

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

**LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES DE PODER, LINGUAGENS E HISTÓRIA
INTELECTUAL**

***O LASTRO DA NACIONALIDADE: HISTÓRIA, CATOLICISMO E
PROVIDENCIALISMO NOS ESCRITOS DE J.C. FERNANDES PINHEIRO (1825-
1876)***

MÔNICA MENESES CARNEIRO CORRÊA

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***O LASTRO DA NACIONALIDADE: HISTÓRIA, CATOLICISMO E
PROVIDENCIALISMO NOS ESCRITOS DE J.C. FERNANDES PINHEIRO (1825-
1876)***

MÔNICA MENESES CARNEIRO CORRÊA

**Orientação: Profa. Dra. Maria da Glória
de Oliveira**

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em
História**, no Curso de Pós-Graduação em
História, Área de Concentração Relações de
Poder e Cultura.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de
financiamento 001*

Seropédica/ RJ
Setembro 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C824 Corrêa, Mônica Meneses Carneiro, 23/03/1989-
O lastro da Nacionalidade: história, catolicismo e
providencialismo nos escritos de J. C. Fernandes
Pinheiro (1825-1876) / Mônica Meneses Carneiro Corrêa,
- 2018.
97 f.

Orientadora: Maria da Glória de Oliveira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
História, 2018.

1. providência divina. 2. historiografia. 3. INGB.
4. Brasil Imperial. I. de Oliveira, Maria da Glória,
25/08/1961-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

MÔNICA MENESES CARNEIRO CORRÊA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/09/2018

Banca Examinadora:

MGB

Professora Doutora MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA
Orientador e Presidente da Banca - UFRRJ



Professor Doutor MARCELLO OTÁVIO NERI DE CAMPOS BASILE



Professor Doutor FRANCISCO GOUVÊA DE SOUZA – UERJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por acolher meu projeto e possibilitar a elaboração desta dissertação. A bolsa concedida pela Capes, essencial para que pudesse me dedicar com empenho à pesquisa. Ao Paulo Longarini por sua solicitude e auxílio na Secretaria do Programa.

A minha orientadora, Maria da Glória de Oliveira, por acreditar desde o início no meu tema de pesquisa, por todo incentivo nos momentos de dificuldades vivenciados no mestrado e por suas contribuições tão fundamentais para a escrita desta dissertação. Sou muitíssimo grata por toda a confiança.

Meu agradecimento aos professores Marcello Basile e Francisco Gouvêa pela participação nas bancas de qualificação e defesa e pelas ricas sugestões e comentários.

Aos amigos da graduação, pelo apoio dado no processo seletivo e ao longo desses dois anos. Não posso deixar de agradecer a querida Marcela Oliveira pela generosa leitura de meus textos e por todo amparo. A Ellen Ribeiro por seus conselhos e amizade. Também, a Bruna Doimo, Thaís Almeida e Laura Motta pela presença e estímulo na defesa. Aos colegas de Mestrado pela troca de conhecimento e auxílio nesta árdua tarefa, em especial, a Daniela Marques, por fazer com que o ambiente acadêmico pudesse ser mais leve. Enfim, a todos os amigos que me acompanharam e contribuíram de, alguma forma, nesta caminhada.

Devo total gratidão a minha família, especialmente, as minhas amadas avó e mãe pelo suporte, dedicação e afeto que sempre me deram. Também, a minha irmã e tia Luzia pelo carinho e palavras de incentivo. Por fim, ao Edcarlos, por toda cumplicidade, compreensão e amor.

RESUMO

CORRÊA, Mônica Meneses Carneiro. *O lastro da nacionalidade: história, catolicismo e providencialismo nos escritos de J.C. Fernandes Pinheiro (1825-1876)*. 2018. Dissertação. (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

A presente pesquisa tem por objetivo geral compreender os usos da noção providencialista no contexto letrado do Brasil no século XIX. A fonte de análise específica consiste nos estudos do cônego e primeiro- secretário do IHGB, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. A hipótese de análise é a de que, em seus escritos, a noção de providência divina funcionava não somente como um recurso explicativo-narrativo de construção do saber histórico, mas também se relacionava ao argumento mais amplo de justificativa política do próprio governo monárquico, na segunda metade do Oitocentos. A questão central que permeia a investigação diz respeito aos modos como, nos estudos do cônego, se conciliaram os usos da explicação providencialista e as demandas por uma escrita "científica" da história no período oitocentista. O recorte temporal da investigação abrange os anos de 1850 até o final da década de 1870, que corresponde à conjuntura de produção historiográfica de Fernandes Pinheiro.

Palavras-chave: providência divina, historiografia, IHGB, Brasil Imperial

ABSTRACT

CORRÊA, Mônica Meneses Carneiro. *The ballast of Nationality: history, Catholicism and providentialism in the writings of J.C. Fernandes Pinheiros (1825-1876)*. 2018. Dissertation (Masters in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

The present research has as general object the comprehension of the usages of the providentialist notion in Brazil's literate context of the 19th century. The source of specific analysis consists on the studies of the canon and prime minister of the IHGB Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. The hypothesis of analysis is that in his scripts, the notion of divine providence worked not only as a narrative and explicative source for the construction of historical knowledge, but was also related to the wider argument of political justification of the monarchical government, on the second half of the 19th century. The main question that permeates the investigation is associated as hoe, in the studies of the canon, had been conciliated the usages of the providentialist explication and the demands for a "scientific" write of history during the period of the 19th century. The period of this investigation englobes the years from 1850 until the ending of the 1890 decade, which corresponds to the conjuncture of historiographic production of Fernandes Pinheiro.

Key words: Divine Providence, Historiography, IHGB, Imperial Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – PROVIDENCIALISMO E A ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL	
OITOCENTISTA	22
– O <i>télos</i> divino e a constituição do moderno conceito de História	22
– A concepção providencialista entre a primeira geração do IHGB	29
– História e <i>Divina Providência</i> nos relatórios de Fernandes Pinheiro	34
CAPÍTULO II – A COMPANHIA DE JESUS E A NOÇÃO DE PROVIDÊNCIA DIVINA 40	
2.1 – Uma questão historiográfica: os jesuítas teriam sido úteis ou prejudiciais ao Brasil?	40
2.2- Igreja, ultramonstano e jesuitismo na historiografia oitocentista	45
2.3 – <i>A suprema sabedoria de Deus em governar</i> : o argumento providencial e civilização pelos jesuítas.....	51
CAPÍTULO III – <i>O LAÇO MAIS PODEROSO D’UNIÃO</i> : O CATOLICISMO NA	
CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE	60
– A expulsão dos franceses e a ação divina na formação dos brasileiros.....	60
– As invasões holandesas e a formação da nacionalidade brasileira.....	68
– O “Brasil Holandez”: a intercessão divina na estirpe do sentimento nacional	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

Aquilo que faz da história, história não poderá jamais ser deduzido a partir das fontes. Para que estas finalmente falem, faz-se necessária uma teoria da história possível.
Reinhart Koselleck ¹

A escrita da História como objeto de investigação no Brasil ganhou maior expressividade a partir dos anos de 1980, com a elaboração de trabalhos que constituem o atual campo da História da Historiografia brasileira.² Desde então, essa subárea específica da disciplina histórica vem expandindo o número de estudiosos com os quais a presente pesquisa pretende manter uma interlocução.³ Pois, pensar os escritos de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro como fonte primaz de observação é atribuir à dimensão escrita um papel central de análise, exercício este que busca refletir a produção historiográfica em um determinado contexto e momento histórico.

¹ KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 188.

² Entre esses trabalhos, destacam-se: WEHLING, Arno. As Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.338, 1983; GUIMARÃES, M. L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos- Caminhos da Historiografia*. Vol. 1. 1988; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, jul./set. 1995; CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX e siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Paris: EHESS, 2002. Tese de Doutorado; LOPES, Valdei. *A Experiência do Tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1823-1845)*, 2003, tese de doutorado; HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto alegre: Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2007. Dissertação de mestrado; NICOLAZZI, Fernando F. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-graduação em História, PPGHIST/UFRGS, 2008, tese de doutorado; OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. Tese de Doutorado. TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. Tese de doutorado; HRUBY Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*, Ano de obtenção: 2012. Tese de doutorado; SOUZA, Francisco G. de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)*. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2012. Tese de doutorado.

³ Em artigos recentes, Rodrigo Turin e Valdei Lopes de Araújo refletiram a respeito da História da Historiografia como subárea de pesquisa. Ver: TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*, n. 13, dez., 2013, p. 78-95; ARAÚJO, Valdei L. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, n. 12, agosto, 2013, p. 34-44; ARAÚJO, Valdei L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: Revista de História*, v. 12, n. 1, 2006, p. 79-94.

Indagar-se a respeito das premissas teóricas que norteiam a pesquisa histórica, figura como condição *sine qua non* do ofício do historiador. Como afirma Reinhart Koselleck, as fontes possuem “função inamovível” na pesquisa histórica pois, enquanto resquícios do passado, condicionam aquilo que pode ou não ser afirmado, assumindo o papel de “poder de veto”.⁴ No entanto, o testemunho “[...] seja escrito ou em forma de imagem, permanece associado às circunstâncias”, e a abundância de informações que possui não é bastante para “abarcara a historicidade” que lhe é própria.⁵ É nesse sentido que o autor alemão nos evidencia a necessidade da teoria, porque a escolha de quais aspectos devem ser considerados ou não, só pode “[...] ser tomada no campo da teoria, que estabelece as condições para a história possível”.⁶

Nesta perspectiva, situar nosso estudo na área da historiografia é tomá-la, conforme afirma Manoel Salgado, como um campo que contribui para “repensar a historicidade de nossa própria disciplina”.⁷ Esta área, como conhecimento específico da História, questiona-se sobre as diversas formas de transformar o passado em um objeto de pesquisa, “[...] materializado num conjunto de textos dados à leitura de uma coletividade como parte de seu próprio esforço de construção identitária”.⁸

Reconhecer a historiografia como campo de pesquisa possibilita perceber que a “nossa própria disciplina tem sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória”. Uma memória que Manoel Salgado define como “disciplinar”, pois, na medida em que é estabelecida, canoniza “autores e obras, constituindo o panteon dos nossos clássicos”. Interrogar esse cânone é função da historiografia que deve desvendar as tramas por detrás de tais escolhas entre tantas outras possíveis. Assim, a reconstrução desses cenários de “disputas e tensões” nos auxilia na tarefa de “[...] compreender o trabalho de escrita da história como parte de um esforço maior de construção social da vida humana”.⁹ Como elemento constitutivo do ofício do historiador, a escrita “não deve ser encarada apenas como forma que

⁴ KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 188.

⁵ KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 187.

⁶ KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 187.

⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003, p. 13.

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica*. *Ágora*, Unisc, v. 11, 2005, p. 32.

⁹ GUIMARÃES, op. cit., 2005, p. 32.

reveste um conteúdo”. Mas sim, como parte de um “esforço poético de produção de sentidos” que integra a prática histórica.¹⁰

Nesse sentido, Carlos Altamirano nos leva à reflexão sobre a história intelectual e os próprios “tipos textuais” agrupados sob a expressão de “pensamento”, em grande medida, atribuída ao conteúdo das obras porque nelas “[...] se discute, se argumenta e se polemiza”. Esta definição suscita, de modo geral, uma abordagem dos escritos sem que se preocupe com a forma da narrativa – seus recursos retóricos, ficcionais e metafóricos. O autor adverte que mesmo o “texto menos literário” é resultado de um “trabalho que lhe deu forma” e, portanto, “não há uma obra de pensamento” que consiga escapar a “essa combinação, e assim, às significações imaginárias”.¹¹

Todavia, não se deve reduzir os escritos somente a esses elementos formais, como se “o pensamento que os anima” fosse um “assunto sem interesse, demasiadamente trivial ou demasiadamente monótono”. Nas palavras de Altamirano, “uma interpretação que privilegiasse apenas as propriedades mais reconhecidamente literárias não seria menos unilateral que aquela que as ignorasse”.¹² O autor direciona nosso olhar para uma história intelectual na qual se “privilegia certa classe de fatos – em primeiro lugar, os fatos do discurso”, visto que estes “dão acesso a uma decifração da história que não pode ser obtida por outros meios e porque proporcionam pontos de observação únicos sobre o passado”.¹³

Conforme observado, esta pesquisa se debruça na análise da escrita da História que, na nossa investigação, privilegia a produção histórica oitocentista. A partir dos anos 1850, o primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, empreende uma intensa publicação de estudos na *Revista* da agremiação e, através deles, foi possível identificar uma relação profícua entre a concepção providencialista de história e o catolicismo, na maneira com que o letrado concebia a narrativa sobre o passado nacional. Assim, tomamos estes dois elementos – o providencialismo e o catolicismo – como pilares da nossa averiguação.

Nos anos 1990, a historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães publicou sua tese de doutorado que se tornou uma referência essencial nos estudos a respeito do IHGB. Uma de

¹⁰ GUIMARÃES, op. cit., 2003, p. 13.

¹¹ ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História Intelectual. *Tempo Social: Revista de Sociologia da Usp*, v. 19, n.1, 2007, p. 11.

¹² ALTAMIRANO, op. cit., 2007, p. 13.

¹³ ALTAMIRANO, op. cit., 2007, p. 11.

suas abordagens na pesquisa tratou da análise de três letrados que sucederam os sócios fundadores do Instituto, os chamados “moços promissores”. Dentre esses, estava Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro que, apesar de suas importantes contribuições como homem de letras no século XIX, necessitou ser introduzido aos leitores, pois, até aquele momento, somente era “lembrado pelos [...] historiógrafos contemporâneos ocasionalmente”.¹⁴ A autora salienta, portanto, que as menções sobre o cônego e seus colegas foram encontradas “com muita maior frequência em obras de literatura, do que em livros de história da História do Brasil”.¹⁵

No campo dos estudos literários, Carlos Augusto de Melo analisou as contribuições de Fernandes Pinheiro à história da literatura no Brasil, por meio, sobretudo, do compêndio “Curso elementar de literatura nacional” (1862), direcionado aos alunos do Colégio Imperial D. Pedro II. Quase uma década após o trabalho da Lúcia Guimarães, o autor aponta para o “espaço à margem” na “história da crítica brasileira” designado ao cônego, que o levaria a ser “lembrado como participante do grupo de críticos menores de nossa literatura”, mesmo com sua grande importância na elite imperial do século XIX.¹⁶

Assim, Melo busca compreender tal “fenômeno de ‘marginalização’ e perceber quais fatores motivaram o “deslocamento da posição canônica, de que granjeava na sociedade do Segundo Império, para a de ‘marginal’ que não merece, muitas vezes, importância *histórica* como um dos primeiros ‘desbravadores’ da literatura brasileira”.¹⁷ A “recepção negativa” das produções do letrado foi construída, para Carlos de Melo, devido ao “seu envolvimento intrincado com a tradição retórica” e, em especial, com o “universo escolar”, que o afastaria “da qualidade ‘respeitável’ de certos tipos de trabalho intelectual”.¹⁸ Tal recepção seria efeito

¹⁴ Além de Fernandes Pinheiro, os outros dois letrados analisados foram Manuel Duarte Moreira de Azevedo e Tristão Araripe de Alencar. Nas palavras de Lúcia Guimarães: “Os três nomes priorizados, diga-se de passagem, não costumam frequentar as páginas dos compêndios de historiografia. Por certo, devem fazer parte dos chamados ‘autores menores’. No entanto, de acordo com os nossos levantamentos, foram os sócios que tiveram o maior número de ‘memórias históricas’ divulgadas pela *Revista*”. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, jul./set. 1995, p. 585.

¹⁵ GUIMARÃES, op. cit., 1995, p. 586.

¹⁶ MELO, Carlos A. *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil*. Campinas: Programa de Pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2006, p. 07. Dissertação de mestrado.

¹⁷ MELO, op. cit., 2006, p. 07.

¹⁸ De acordo com Melo, a própria definição de literatura proposta por Fernandes Pinheiro indicava sua “forte ligação” com os “códigos retóricos de formação”. Pautada na “ideia de belas-letas”, esta seria manifestação “memorável do homem transmitida ao homem por meio da palavra escrita [...] é a expressão dos conceitos, sentimentos e paixão feita por modo agradável”. PINHEIRO apud MELO, op. cit., 2006, p. 114.

de novas noções “teóricas e filosóficas subsequentes” que estabeleceram outros modelos de “valoração” e construíram “barreiras entre literatura e escola”.¹⁹

Produzido para o âmbito escolar, o compêndio supracitado é considerado como a “primeira história literária” brasileira.²⁰ De acordo com Melo, a segunda lição da obra é fundamental para a compreensão do pensamento “histórico-literário” do cônego, visto que nesta se encontra o “conceito de nacionalidade e a explanação do tipo de periodização utilizada no acompanhamento historicista do desenvolvimento literário nacional”.²¹ Na composição do compêndio, Fernandes Pinheiro englobou “toda a produção literária brasileira colonial como pertencente à literatura portuguesa”, seguindo os paradigmas do “pensamento historiográfico lusitano”. Apesar de identificar certa “fisionomia própria” nos trabalhos produzidos no Brasil – fruto da “influência exercida pela nova terra”, o que os distinguiu dos portugueses – ainda não era plausível tomá-los como uma “literatura independente”.²²

O cônego, conforme destaca o autor, partia da premissa de que o “meio geográfico e social e a língua de um país” não serviriam como critérios para definir uma “literatura própria”.²³ Porém, a “originalidade” consistia em “possuir ideias próprias, independentes das matrizes europeias, alcançadas a partir da habilidade e maturidade de cantar as ‘coisas pátrias’”.²⁴ Isso só seria atingido anos após a independência política, período em que o eclesiástico aborda como “Escola Romântica Brasileira”, última lição da obra, cuja preocupação estava em evidenciar o “despontar de uma literatura autônoma e diferente”.²⁵

¹⁹ MELO, op. cit., 2006, p. 24.

²⁰ Segundo Melo, o pioneirismo da obra não lhe poupou das infundáveis críticas desde sua produção. Teria sido Araripe Júnior, ainda no século XIX, a redigir a primeira menção crítica ao compêndio. Contudo, o maior crítico, ainda no Oitocentos, foi Sílvio Romero na publicação “História da Literatura Brasileira” (1888) que utilizou o trabalho de Fernandes Pinheiro “como referencial daquilo que não seria parâmetro de nossa crítica”. Até meados do século XX, permaneceriam as considerações negativas quando, em 1950, inicia-se um processo de “recuperação” da figura do cônego e claro, de sua pioneira obra. Tal movimento foi encabeçado pela família Fernandes Pinheiro, primeiramente com Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Júnior com a reedição de diversos estudos do letrado, e depois, com Mário Portugal Fernandes Pinheiro, famoso por zelar pela memória de seu tio-avô. Apesar dos esforços, conforme visto, o letrado ainda permaneceu atrelado ao “cânone de autores menores”. MELO, Carlos A. “Do cânone à margem: o ‘destino’ do cônego Fernandes Pinheiro na história da crítica brasileira”. In: *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil*. UNICAMP, dissertação de mestrado, 2006.

²¹ MELO, op. cit., p. 112.

²² MELO, op. cit., p. 114.

²³ MELO, op. cit., p. 115.

²⁴ MELO, op. cit., p. 116.

²⁵ MELO, op. cit., p. 118. Carlos Augusto de Melo, no artigo “As histórias literárias do cônego Fernandes Pinheiro e o cânone literário brasileiro”, empreende similar análise, tendo por foco o “curso elementar de literatura nacional”. Neste, salienta a preocupação no século XIX em torno da constituição de um “patrimônio literário” associado à questão da nacionalidade. Segundo o autor: “a independência política, despertou nos

Alguns anos antes da análise feita por Carlos Augusto de Melo, outro autor também pertencente ao campo dos estudos literários abordou as produções de Fernandes Pinheiro. Roberto Acízelo de Souza investigou os compêndios sobre retórica e poética, publicados ao longo do século XIX, principalmente aqueles destinados ao ensino e que tiveram, contudo, uma repercussão além do âmbito educacional.²⁶ Entre as obras do letrado que julgou como circunscritas em sua área de interesse, estão o já mencionado “Curso Elementar de Literatura nacional” (1862), o “Resumo da história literária brasileira” (1873) e as “Postilas de retórica e poética” (1872), sendo esta última examinada mais detidamente.²⁷ O eclesiástico foi retratado pelo autor como importante homem de letras do período oitocentista, com destaque para sua função de “historiador oficial”, atribuída por D. Pedro II. O reconhecimento no contexto imperial seria “indicador de sua projeção intelectual na época”.²⁸ Deste modo, a justificativa de Acízelo de Souza para examinar as contribuições literárias do letrado centrou-se em dois aspectos, o “êxito editorial” e a “adoção no Colégio Pedro II” de suas obras.²⁹

Entre as ponderações feitas por Acízelo de Souza a respeito das “Postilas de retórica e poética”, consideramos fulcral as realizadas quanto às “reservas” do cônego “à noção de originalidade”, um dos “alicerces do pensamento romântico”. Por uma perspectiva diferenciada da de Carlos de Melo, Acízelo de Souza destaca a ressalva de Fernandes Pinheiro ao conceito, que “com seu jeito de catedrático dos velhos tempos”, manifestou como “ilusão dos parvos ou ignorantes” a crença de que “aquilo que pensão, ou dizem, nunca foi antes pensado, ou dito por ninguém”.³⁰ Deste modo, salienta que a “incompatibilidade” com a

brasileiros um sentimento de patriotismo, alimentado pelo desejo incondicional de constituir uma nação brasileira. Tal ânsia levou-lhes à valorização das coisas nacionais [...] No âmbito da literatura, sob influência do espírito romântico, essa tomada de consciência nacional demonstrou-se através da preocupação em construir um patrimônio literário propriamente brasileiro que viria estabelecer os alicerces para o fortalecimento da literatura vindoura”. MELO, Carlos Augusto de. As histórias literárias do cônego Fernandes Pinheiro e o cânone literário brasileiro. *Terra roxa e outras terras- Revista de Estudos Literários*, v.9, 2007, p. 59.

²⁶ Entre os críticos literários que analisaram Fernandes Pinheiro após o movimento de reivindicação de sua imagem como homem de letras em 1950, Carlos de Augusto de Melo considera a obra de Acízelo como a mais substancial, sobretudo, por não retratar o letrado “tendo o ‘destino de escritor esquecido’”. MELO, op. cit., 2006, p. 46.

²⁷ Roberto Acízelo seleciona outras obras ao longo do século XIX para análise, os letrados escolhidos são: Joaquim do Amor Divino Caneca, Miguel do Sacramento Lopes Gama, Manoel da Costa Honorato, Luís José Junqueira Freire e José Maria Velho da Silva. Ver: SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 50.

²⁸ SOUZA, op. cit., 1999, p. 73.

²⁹ SOUZA, op. cit., 1999, p. 50. O compêndio “Postilas” não consta na documentação disponível como livro adotado, entretantes, ou autor supõe que “não se deve excluir a possibilidade” de que teria sido o “compêndio oficial durante algum tempo”. Seus argumentos para tal hipótese seriam: “1º - o já mencionado subtítulo do livro – ‘dictadas aos alunos do Imperial Collegio de Pedro II pelo respectivo professor’; 2º o prestígio intelectual do autor naquela época; 3º sua condição de catedrático da disciplina no Colégio”. SOUZA, op. cit., 1999, p. 74.

³⁰ PINHEIRO apud SOUZA, op. cit., 1999, p. 74. Nas citações ao longo deste trabalho, serão mantidas a grafia e a pontuação originais dos escritos de J. C. Fernandes Pinheiro, bem como dos textos da Revista do IHGB.

“pretensão de renovar inerente ao romantismo” – que em sua hipótese possuía o propósito de “desautorizar o entusiasmo juvenil dos alunos pelas ideias românticas” – não significa uma impermeabilidade “aos influxos do movimento”. Segundo Acízelo, como em outras obras “retóricas-poéticas” do período, é possível identificar elementos românticos como: “a qualificação da eloquência e da poesia como dons da natureza (e não resultados da arte) e a referência ao gênio, de que faz apologia, ainda que temperada pela importância também atribuída às regras ou preceitos”.³¹

Os estudos mais recentes que possuem por objeto os escritos de Fernandes Pinheiro são os de Felipe Ziotti Narita e Luna Halabi Belchior. A abordagem do primeiro recai em grande parte no papel que o letrado teve para o “público escolar”. Apesar de figurar como um aspecto relevante em sua trajetória como homem de letras no Oitocentos, preferimos considerar aqui o exame que Narita faz mais detidamente de sua narrativa histórica. No capítulo “A ordem dos sábios e o juízo do tempo” de sua dissertação, o autor estabelece um debate sobre as obras que o letrado publicou no IHGB.

Em sua investigação, Narita verifica que, diferentemente das “sínteses eruditas” elaboradas por Francisco Adolfo de Varnhagen, o cônego preferiu abordar “temas monográficos”, com os quais não se volta “ao passado como um antiquário”, colecionador de “datas, fatos e grande nomes” e sequer desfruta da História com o “saudosismo ultramontano empunhado contra as ‘corrupções’ do século”, e sim faz “nos tempos uma distensão do presente sobre o passado: mergulho no século para providencialmente contar e justificar o Império como História”.³²

A despeito da breve alusão à presença da noção de providência divina nos escritos de Fernandes Pinheiro, Narita não empreende uma análise dessa concepção como explicação dos eventos pretéritos e seu enfoque se mantém nas relações entre a escrita da História e o catolicismo. Neste aspecto, o autor problematiza o tema da nacionalidade, cuja abordagem pelo letrado adquire uma via específica, na qual a narrativa dos “sucessos e desventuras da nação” é assentada “a partir do horizonte espiritual, religioso”, recurso necessário para consolidar a “estabilidade do presente” – a Monarquia, “nos desacertos da História”.³³

³¹ SOUZA, op. cit., 1999, p. 74.

³² NARITA, Felipe Ziotti. *O tempo sagrado: História e Religião na obra do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Franca: Programa de Pós-graduação em História, UNESP, 2012, p. 90. Dissertação de mestrado.

³³ NARITA, op. cit., 2012, p. 95.

No estudo de Luna Belchior, a análise concentra-se na utilização do conceito de moral e religião nas obras de Fernandes Pinheiro, compreendidas como “importante contribuição que auxilia a problematizar a escrita da história [...] suas transformações e usos” no século XIX.³⁴ Nesse sentido, a autora afirma que, com o processo de constituição do moderno conceito de História, a noção de moral que “abarcava as experiências até meados dos séculos XVII e XVIII” também passa por modificações.³⁵ A “concepção de mundo”, cuja explicação fundamentava-se na “Igreja”, experimenta um “processo de racionalização”, no qual “termos fundamentais são historicizados”. Sua hipótese propõe que a “própria moral passa a ser historicizada” e com isso teve “novos problemas a responder”.³⁶

Assim, Belchior busca “definir alguns possíveis caminhos para o Cristianismo e a moral na sociedade moderna” e demonstrar “como Fernandes Pinheiro respondeu a esse conjunto de problemas”.³⁷ Entre os diferentes documentos que utiliza em seu exame, no periódico “A Religião” evidencia que o cônego empreende uma investigação da “relação entre as Ciências e o Cristianismo”, no qual sugere um “amadurecimento e engrandecimento das Ciências”, baseado na “religião”. A afirmativa leva a historiadora a constatar um reconhecimento do “caráter científico” do cristianismo e sua vinculação ao “advento da ciência moderna” por parte do eclesiástico.³⁸ Propõe, portanto, que Fernandes Pinheiro faz parte de uma geração que percebe o “clima histórico” no qual se situa, levando-o a reagir sobre este. Nesse contexto, moral e religião seriam “historicizadas e trazidas para o discurso histórico, não como reação, um sentimento ou transcendência, mas como resposta a problemas de seu tempo, agora como o futuro aberto e amplo e não apenas com o saudosismo do passado”.³⁹

Ainda entre os estudos elaborados recentemente na área da História da Historiografia, a pesquisa de Hugo Hruby também se debruça na problematização da escrita da História e o catolicismo. Tendo por foco o contexto da Primeira República, o autor atenta para a existência de uma tradição católica na historiografia do período. Por meio dos escritos publicados por sócios do IHGB, evidencia que se os clérigos valiam-se da “História para legitimar suas

³⁴ BELCHIOR, Luna Halabi. Problematizando a nação: cônego Fernandes Pinheiro e o uso moral da história. *Revista UNIABEU*, Belford Roxo, v.8, n.19, 2015, p. 29.

³⁵ BELCHIOR, op. cit., 2015, p. 32.

³⁶ BELCHIOR, op. cit., 2015, p. 33.

³⁷ BELCHIOR, op. cit., 2015, p. 34.

³⁸ BELCHIOR, op. cit., 2015, p. 36-37.

³⁹ BELCHIOR, op. cit., 2015, p. 40.

pregações”, aos historiadores não poderia ser dispensada “a estrutura da Igreja Católica em suas pretensões arquivísticas, patrióticas e civilizadoras”.⁴⁰

Hruby destaca que “em pleno século XX” ainda ocorriam entre os sócios “as discussões sobre História, ciência e fé”.⁴¹ Ao voltar seu olhar para os “primórdios do Instituto”, o historiador salienta a existência de um “antiprovidencialismo iluminista” entre seus fundadores que recusavam a “ideia agostiniana de processo histórico fixado por Deus”.⁴² Contudo, o autor destaca que mais de “cinquenta anos depois, a Providência era um elemento que não poderia ser relegado dos estudos históricos realizados pelos sócios do Instituto”. O saber histórico, ao final do século XIX e limiar do XX, estava “em meio aos debates entre a fé e a razão, buscando se legitimar através das leis da natureza, dos homens ou de Deus”.⁴³ Hruby defende, portanto, uma postura de prudência em relação à ideia de uma “cientificidade assentada e unânime dos estudos históricos”, após demonstrar a forte presença da tradição católica entre os sócios do IHGB na Primeira República.⁴⁴

Giorgio de Lacerda Rosa examinou a formação do discurso sobre a história no Brasil no início do século XIX, entre os anos 1808 a 1825, no governo de D. João VI. Para tanto, utilizou as obras de dois letrados do período, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, e Luís Gonçalves dos Santos, o “padre Perereca”. Em sua investigação, constatou que a historiografia daquele período esteve “fortemente ligada à *linguagem do providencialismo*”, que funcionou como “elemento organizador dos fatos e eventos que formavam o contexto ligado à transmigração da Corte Portuguesa para o Brasil”. Essa linguagem é definida pelo autor como “*político-histórica*”, devido a sua função de estruturar a “construção das narrativas históricas”.⁴⁵

Na perspectiva de Rosa, o providencialismo, em conformidade com o “discurso político” existente nas obras analisadas, constituía-se como elemento legitimador do governo monárquico no Brasil. A maneira como foi utilizado serviu para “justificar e dar sentido a uma vasta quantidade de acontecimentos”, sem que com isso a história deixasse de ser concebida “enquanto progresso”. Sua hipótese consiste em perceber que, por mais que a

⁴⁰ HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*, n.2, mar., 2009, p.63.

⁴¹ HRUBY, op. cit., 2009, p. 58.

⁴² WHELING apud HRUBY, op. cit., p. 59.

⁴³ HRUBY, op. cit., p. 59.

⁴⁴ HRUBY, op. cit., 2009, p. 62.

⁴⁵ ROSA, Giorgio de Lacerda. *A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da história no Brasil*. Mariana: Programa de Pós-graduação em História, UFOP, 2011, p. 14. Dissertação de mestrado.

linguagem providencialista “seja sempre reduzida a uma forma antiga de explicar os fatos históricos”, esta se associou à narrativa histórica como um dos componentes “cruciais na forma de compreender o passado”. Em suas palavras, o providencialismo “mostra-se como força capaz de operar uma visão de mundo e como uma das bases para a formação de um discurso político-historiográfico sobre a monarquia de D. João VI e sobre o Brasil”.⁴⁶

O providencialismo como explicação dos acontecimentos humanos pressupõe, portanto, uma reflexão sobre o conceito de História. Reinhart Koselleck evidencia que somente em fins do século XVIII a palavra “história” alcança a “condição de conceito mestre, político e social”, quando passou a abranger “tanto passado quanto futuro” e pode se transformar em “conceito regulador para toda a experiência já realizada e ainda a ser realizada”.⁴⁷ A conceituação da “História em si e para si” englobou uma “teia de significados”, a saber: “a história como acontecimento e sua narrativa, como destino e como informação a seu respeito, como *providência* e sinal a respeito, todo conhecimento da *Historie* como coletânea de exemplos para uma vida piedosa e justa, prudente e sábia”. Koselleck elucida que, sem renunciar a estes significados, o “moderno conceito de História articulou muitos sentidos antigos”.⁴⁸ O conceito de “História em si”, em sua acepção moderna, designa os “fatos (realizações), o relato destes e o conhecimento científico que a partir do século XIX pode-se obter acerca destes eventos”. O passado como objeto de análise torna-se subordinado às “regras da racionalidade” e vira uma “questão da ciência”.⁴⁹

No Brasil, a escrita da História efetivou-se em um *lugar*, no qual ganhou “contornos, regras e temáticas próprias”, na busca por se constituir através de tais “pretensões científicas”.⁵⁰ O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, criado em 1838, foi a agremiação em que se formularam as “bases de uma história nacional a partir de um campo de experiência moderno”.⁵¹

Nessa instituição, ou a partir dela, surgiu a indagação: “como se deve escrever a história do Brasil” que, ao invés de determinar um paradigma de escrita, “enunciou o

⁴⁶ ROSA, op. cit., 2011, p. 15-16.

⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. Introdução. In: KOSELLECK, Reinhart. Et al. *O Conceito de História*. Autêntica: Trad. René E. Gerz. Coleção História e Historiografia, 2013, p. 37.

⁴⁸ KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 38. (grifo nosso)

⁴⁹ GUIMARÃES, op. cit., 2003, p. 16.

⁵⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, 2006, p. 10. Dissertação de mestrado.

⁵¹ PIMENTA, João P.G.; ARAÚJO, Valdeci L. História. In: FERES, João (org). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 135.

problema em torno do qual se adensaram as diferentes noções que compuseram a historiografia no Brasil oitocentista”.⁵² Pensar o Instituto por essa perspectiva é concebê-lo como o “lugar social” que nos evidencia Michel de Certeau⁵³, no qual a “pesquisa historiográfica” articula-se a “um lugar de produção” e, portanto, está sujeita a “imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade”. É preciso perceber que é “em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas se organizam”.⁵⁴

O tema da nação foi a principal questão a partir da qual se organizou a produção historiográfica no Oitocentos. A história como saber institucionalizado deveria buscar no passado os elementos para fundar uma identidade coletiva comum ao Brasil.⁵⁵ No governo “saquarema”, tal perspectiva torna-se ainda mais notável quando nos atentamos à noção de “expansão para dentro” formulada por Ilmar Mattos. Com caráter “permanente e constante”, esta expansão “ia ao encontro dos brasileiros” e não propunha criar “meros adeptos de uma causa política”, mas sim “os inscrever na nação brasileira e na ordem imperial, como súditos e cidadãos a um só tempo”. Uma característica notável desse processo foi a difusão, entre a “boa sociedade”, de “valores, signos e símbolos imperiais”, propagação que colocava em “destaque o papel dos letrados”.⁵⁶

Ao longo desta exposição, podemos constatar uma ampliação dos trabalhos historiográficos que tomaram como objeto de investigação os escritos do cônego. Contudo, identificamos uma lacuna ainda a ser explorada em suas obras históricas: a noção de providência divina e as suas relações com a escrita da História no IHGB. Deste modo, o objetivo principal de nossa investigação consiste na compreensão dos usos da noção providencialista da História nos estudos de Fernandes Pinheiro.

⁵² OLIVEIRA, op. cit., 2006, p. 10.

⁵³ Michel de Certeau concebe a história como uma “operação” que se relaciona a um “lugar”, uma “prática” e uma “escrita”. A fórmula ainda é imprescindível para uma análise como a que se pretende na presente pesquisa, em que se toma como objeto a historiografia oitocentista. CERTEAU, Michel de. *Escrita da História*. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 66.

⁵⁴ CERTEAU, op. cit., 2007, p. 66-67.

⁵⁵ Após a Independência, em 1822, a conjuntura política brasileira necessitava “redescobrir o passado (inclusive literário), revisar a história colonial, dedicar-se às letras que a dominação metropolitana havia bloqueado e que as lutas políticas haviam sufocado”. PIMENTA, João P.G.; ARAÚJO, Valde L. História, op. cit., 2009, p. 134.

⁵⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.) *O Brasil imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 40.

O providencialismo como concepção da História pressupunha que os acontecimentos humanos seriam fruto de um “plano” traçado por Deus, no qual os eventos históricos decorreriam da vontade divina. Por outro lado, o processo de constituição do moderno conceito de História pressupôs um afastamento das explicações de cunho teológico e, por extensão, da intervenção da providência divina, em prol de uma interpretação racional e científica, baseada em comprovação documental. O problema encontra-se justamente no fato dos estudos do cônego situarem-se em um período no qual a História teria se constituído como ciência moderna e científica, o que nos suscitou algumas questões: como compreender os usos da explicação providencialista em suas produções? Até que ponto o providencialismo como recurso explicativo das narrativas históricas pré-modernas, teria se retirado, em meados do Oitocentos, para uma interpretação do passado estritamente científica? Por último, quais seriam as formas com que se conciliaram a concepção providencial e os elementos que configuram o moderno saber histórico?

A hipótese que tomamos como ponto de partida é a de que, nos estudos de Fernandes Pinheiro, a noção de providência divina funcionava como um recurso explicativo não só de construção do saber histórico, como também parte de um argumento que justificava o próprio governo monárquico, na conjuntura de consolidação do Império no século XIX. Esta suposição nos leva a outros objetivos mais específicos de pesquisa que seriam: analisar a maneira como o cônego articulava o catolicismo com a formação da nacionalidade brasileira e discutir os próprios usos que fez do providencialismo na escrita da história nacional.

O recorte temporal de nosso exame abrange os anos 1850 até o final da década de 1870, que corresponde ao contexto de produção dos escritos de Fernandes Pinheiro. O letrado nasceu em 17 de janeiro de 1825, fruto da união entre o Major Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Maria Filadélfia de Bustamante Fernandes Pinheiro. Era sobrinho de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, sócio fundador do IHGB que desempenhou a função de presidente do Instituto. Em 1848, ordenou-se presbítero, após ter estudado no Seminário Episcopal de São José e, em seguida foi designado secretário particular do bispo do Rio de Janeiro, Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, conde de Irajá, função exercida durante o período de 1849 a 1852. Nesse mesmo período, lecionou a disciplina “Teologia” no

referido Seminário, além de posteriormente ser nomeado professor de Retórica, Poética e História Universal.⁵⁷

Ainda em 1852, assumiu a função de examinador sinodal e cônego da Imperial Capela e viajou à Europa por dois anos, período em que se doutorou em Teologia pela Universidade de Roma. Quando retornou ao Brasil, em 1854, recebeu a comenda da Ordem de Cristo e também foi nomeado vice-diretor, capelão e professor do Instituto dos Meninos Cegos. Na mesma época, foi admitido sócio do IHGB, onde obteve a função de secretário suplente e membro da comissão de Revisão de Manuscritos. Três anos depois, ocupou a cadeira de retórica e poética do Colégio Pedro II. E em 1859, torna-se primeiro-secretário do Instituto ao assumir a vaga deixada por Manuel Araújo Porto Alegre, cargo que exerceu por dezessete anos até seu falecimento, em 1876.⁵⁸

Assim, utilizaremos com fonte de análise principal suas obras históricas publicadas na Revista trimestral do Instituto – *RIHGB*. Trata-se de estudos historiográficos cujos temas gravitam em torno da formação do próprio Estado Monárquico e do enaltecimento da nação.⁵⁹ Ademais, investigaremos o periódico *A Tribuna Catholica* (1851), do qual Fernandes Pinheiro foi redator, com foco na “Introdução” e nos artigos “Jesuítas” e “Ainda sobre o Clero”, cujo exame consideramos necessário para pensar a sua relação com o catolicismo. Os relatórios como primeiro-secretário no IHGB, disponíveis em sessão específica ao fim de cada tomo da *Revista do IHGB*, também serão utilizados, pois entendemos que esses documentos trazem consigo concepções de escrita da História para Fernandes Pinheiro, já que uma de suas funções seria avaliar as obras publicadas ao longo dos anos no Instituto.

No primeiro capítulo, serão abordados os usos da explicação providencialista e as concepções historiográficas presentes no IHGB, cuja análise terá por fio condutor os relatórios produzidos por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro na função de primeiro-secretário, entre os anos de 1859 a 1876. Propomos ainda explicitar o processo de constituição

⁵⁷ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro (1827-1903)*. Volume IV, 1970, p. 107.

⁵⁸ Para mais informações biográficas de Fernandes Pinheiro, ver: PINHEIRO, Mario de Portugal Fernandes. *Cônego Fernandes Pinheiro: vida e obra*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958; Conferir também o “Centenário de Fernandes Pinheiro”: *RIHGB*. Rio de Janeiro, volume 240, jul-set, 1958.

⁵⁹ São estes: “Ensaio sobre os jesuítas” (1855), “Breve reflexões sobre o systema de cathechese seguido pelos jesuítas no Brasil” (1856), “França Antactica” (1859), “Brasil Hollandez” (1860), “Luís do Rego e a posteridade” (1861), “A Carioca” (1862), “Os Últimos Vice-reis do Brazil” (1865), “As Batalhas dos Guararapes” (1866), “A Academia Brasilica dos Esquecidos” (1868), “A Academia Brasilica dos Renascidos” (1869), “Os padres do patrocínio ou Porto Real de Itu” (1870), “Motins políticos e militares no Rio de Janeiro prelúdios da Independência no Brazil” (1874), “Os predecessores de Colombo” (1874).

do moderno conceito de História e discutir os usos do providencialismo nos escritos de importantes membros da primeira geração do Instituto. Já no segundo capítulo, passaremos a analisar as obras publicadas pelo cônego na *RIHGB*. Assim, iremos abordar suas prerrogativas a respeito da ação jesuítica no período colonial e, as maneiras como utilizou a intercessão divina na narrativa sobre o evento. Neste ponto, também discorreremos sobre a conjuntura religiosa em meado do século XIX. Por fim, no terceiro e último capítulo, trataremos da abordagem do eclesiástico quanto à expulsão de estrangeiros do território nacional e da temática da formação do sentimento de nacionalidade articulada ao catolicismo. Procuraremos demonstrar qual noção de providência era mobilizada pelo letrado em seus estudos.

CAPÍTULO I – PROVIDENCIALISMO E A ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL OITOCENTISTA

– O *télos* divino e a constituição do moderno conceito de História

Pergunta o historiador clássico: como foi que aconteceu? E o historiador moderno: como vamos prosseguir?
Karl Löwith.⁶⁰

O termo “história” só consolidou seu sentido e conteúdo modernos no último terço do século XVIII. Reinhart Koselleck afirma que, mesmo como resultado da “evolução continuada de antigos significados”, o conceito correspondeu a uma “configuração nova”. Sua cristalização deu-se mediante dois processos de longa duração, a saber: a “criação do coletivo singular, que reúne as somas das histórias individuais em um conceito comum” e a combinação de “História’ (como conjunto de acontecimentos) e ‘*Historie*’ (como conhecimento, narrativa e ciência históricos)”.⁶¹ Dessa maneira, a expressão sofreu uma ampliação semântica em que sua forma plural passou a ser compreendida como “feminino singular”, capaz de reunir “uma série de acontecimentos em um todo inter-relacionado”.⁶²

Koselleck evidencia que a pretensão de uma “realidade por parte da História” cresceu quando esta começou a abranger mais que a soma de todos os fatos e considerou a relação entre eles. Os “efeitos” da História deixaram de ser encarados “apenas como uma construção racional” e passaram a ser compreendidos em sua complexidade. Em suas palavras, a História sofreu uma alteração de sentido, “que a transformou no seu próprio objeto”.⁶³ Esta foi elevada a “algo como uma última instância”, transformando-se em “agente do destino humano ou do progresso social”.

⁶⁰ LÖWITH, Karl. Introdução. In: *O sentido da História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977 [1949], p. 30.

⁶¹ KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart. Et al. *O Conceito de História*. Autêntica: Trad. René E. Gertz. Coleção História e Historiografia, 2013, p. 119.

⁶² KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 120-121. A mudança no vocábulo permitiu novas formas de designação, como “História em si”, “História em si e para si”, “própria História” e “História como tal”. Para o autor, essas novas denominações até então seriam impensáveis, pois o termo “História” era sempre acompanhado de um sujeito. KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 122. É importante atentarmos que Reinhart Koselleck refere-se às transformações gramaticais específicas da língua alemã no contexto moderno. Para a formação do conceito de História no mundo Ibero-americano ver: PIMENTA, João P.G.; ARAÚJO, Valde L. História. In: FERES, João (org). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

⁶³ KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 123.

A descoberta de um “tempo genuinamente histórico” confluíu com a experiência da modernidade e, a partir desse momento, os historiadores passaram a ser “obrigados a verificar relações” que não se orientavam mais “pela sucessão natural das gerações de soberanos, pelas órbitas das estrelas ou pela mística figural do simbolismo numérico dos cristãos. A História funda sua própria cronologia”.⁶⁴ A Era Moderna, portanto, só pôde ser concebida como um “tempo novo” quando as “expectativas” distanciaram-se “cada vez mais das experiências feitas até então”.⁶⁵

Anteriormente, a “doutrina cristã” estabelecia “limites intransponíveis ao horizonte de experiência”. Até meados do século XVII, o “futuro” encontrava-se ligado ao “passado”, assim a “revelação bíblica, gerenciada pela Igreja, envolvia de tal forma a tensão entre experiência e expectativa que elas não poderiam separar-se”. As “expectativas” eram projetadas para além de qualquer “experiência” vivenciada no mundo terreno.⁶⁶ Tal vinculação modificou-se com o descobrimento de um “novo horizonte de expectativa”, que acabou constituindo-se como “conceito de progresso”. No aspecto terminológico, o “*profectus*” espiritual foi substituído por um “*progressus*” mundano”. A “perfeição possível” que outrora só seria conquistada no céu passa a ser uma possibilidade da “existência terrena” e a “doutrina dos últimos fins” foi “ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto”.

67

O fator determinante para o advento de uma “História em si” foi, segundo Reinhart Koselleck, a “capacidade de abrir mão do recurso a Deus”.⁶⁸ Sua evolução para o “*status* de um conceito através da reflexão” coincidiu com o surgimento das filosofias da História.⁶⁹ A *Historie* somente tornou-se uma “ciência própria” quando “conquistou um novo espaço de

⁶⁴ KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 127. Segundo Elias Paltí, o principal objetivo para elaboração do dicionário de conceitos desenvolvido pelo historiador alemão, seria: “[...] arrojar nueva luz sobre las mutaciones culturales que se producen entre 1750-1850, período que Koselleck denomina *Sattelzeit*. Las mismas, según afirma, contienen las claves fundamentales para comprender el origen y sentido de la modernidad. Está supone, [...] una forma inédita de experimentar el decurso del tiempo”. PALTÍ, Elías José. Introducción. In: KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001, p. 19.

⁶⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 314. A “experiência” seria o “passado atual”, cujos “acontecimentos” foram “incorporados e podem ser lembrados” e, nesta, fundem-se a “elaboração racional” e as “formas inconscientes de comportamento”. Já a “expectativa”, concretiza-se no “hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”. Para Koselleck, as duas categorias permitem indicar a “condição humana universal”, isto é, “remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada”. KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 309-310.

⁶⁶ KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 315.

⁶⁷ KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 316.

⁶⁸ KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 126.

⁶⁹ KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 135.

experiência” e então, determinou o “campo do seu objeto”. O autor evidencia que a “configuração da Filosofia da História indica esse processo”, por meio de três fases: “a reflexão estética, a moralização das Histórias e a formulação de hipóteses, que tentava superar uma interpretação teológica da História através do recurso a uma História ‘natural’”.⁷⁰

As filosofias da História no começo voltaram-se “criticamente contra a fé nas Escrituras, e metafisicamente contra a providência divina, que segundo a interpretação teológica, criava a conexão interna da História”.⁷¹ Se o “plano divino” não existia mais, a “*historie*” se viu forçada a criar “interconexões, que – caso existissem – deveriam derivar da própria História”. De acordo com o historiador alemão:

Tratava-se de conseguir interpretar de forma filosoficamente consistente a multiplicidade e a sucessão de realidades históricas, eliminando o acaso e os milagres, através de fundamentações racionais. Para cumprir essa tarefa, a *historie* se serviu cada vez mais de hipóteses, que possibilitavam superar lacunas no conhecimento dos fatos e tirar conclusões sobre o desconhecido a partir do conhecido.⁷²

Desse modo, mesmo com a “providência divina” continuando a “agir nos bastidores”, teria sido a “coragem de formular hipóteses que permitiu a elaboração filosófica de uma nova história”.⁷³

Antes de Koselleck, Karl Löwith, contrário aos estudiosos cujas argumentações desconsideram as filosofias de “Santo Agostinho a Bossuet”, tomando-as apenas como “doutrina da história com base na revelação e na fé”, opôs-se à tese de que o pensamento ocidental histórico propriamente dito começaria apenas na época moderna, no século XVIII. Para Löwith, a “filosofia da história se inicia com a fé hebraica e cristã numa realização e termina com a secularização do seu esquema escatológico”.⁷⁴ Em seu célebre estudo, *O sentido da História*, publicado em 1949, o autor optou por abordar a sequência da sua

⁷⁰KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 136. Quanto ao papel da Filosofia da História na constituição do moderno conceito, Reinhart Koselleck afirma: “A unidade de sentido estética das representações históricas, a moral atribuída ou buscada na História e, finalmente, a construção racional de uma História possível – todos esses fatores foram articulados numa Filosofia da História, que acabou estatuidando a ‘própria história’ como racional [...]”. KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 154.

⁷¹ KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 151.

⁷² KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 152.

⁷³ KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 153.

⁷⁴LÖWITH, op. cit., 1977, p. 15-16. Ao refletir sobre a Filosofia da História, Karl Löwith lhe atribui a característica de “uma interpretação sistemática da história universal de acordo com um princípio segundo o qual os acontecimentos e sucessões históricos se unificam e dirigem para um sentido final”. LÖWITH, op. cit., 1977, p. 15.

“apresentação histórica” de maneira “invertida”, pois considerava ser mais “fácil compreender a crença inicial da providência” por meio de uma investigação de suas “implicações teológicas” ainda existentes na ideia de “progresso”, do que através de um exame do providencialismo.⁷⁵

Em sua análise, Löwith adverte que “não se procuraria o sentido da história se o mesmo estivesse presente nos acontecimentos históricos”.⁷⁶ O autor ressalta que, entre os antigos, essa “especulação” foi bastante moderada, não havia “pretensões de entender o mundo nem de descobrir o seu sentido fundamental”. A “interpretação da história” dos gregos, por exemplo, pautava-se na “lei cósmica de desenvolvimento e decadência”. Nessa perspectiva, tudo se movia na “base do retorno do nascer e do pôr-do-sol, do Verão e do Inverno, da geração e da destruição”.⁷⁷

Já para judeus e cristãos, a própria existência de uma filosofia da história e a busca de um sentido vinculam-se à “história da salvação”. A própria história política, no período cristão, teria sofrido influência de fundamentos teológicos, pois, de certa maneira, os “destinos das nações ficaram na dependência de uma vocação divina ou pseudodivina”.⁷⁸ Para Löwith,

A perspectiva cristã e pós-cristã é futurista, adulterando o sentido clássico do *historein*, que se relaciona com acontecimentos presentes e passados. Nas mitologias e nas genealogias grega e romana, o passado surge-nos como uma base duradoura. Na perspectiva hebraica e cristã da história, o passado é uma promessa para o futuro; conseqüentemente, a interpretação do passado torna-se uma profecia na inversa, em que o passado é apresentado como uma preparação intencional para o futuro.⁷⁹

Nessa chave, teria sido Políbio aquele que mais se aproximou de um moderno conceito de História, ao representar “todos os acontecimentos como conduzidos a um fim definido: o domínio do mundo por Roma”, no qual “a História efetua um movimento giratório

⁷⁵ LÖWITH, op. cit., 1977, p. 16.

⁷⁶ LÖWITH, op. cit., 1977, p. 17.

⁷⁷ LÖWITH, op. cit., 1977, p. 17.

⁷⁸ LÖWITH, op. cit., 1977, p. 18. Na Idade Média, a “escrita da história era marcada pelo tempo de Deus”. Assim, os clérigos eram responsáveis por dar um significado à sociedade ocidental, “honrando na história a realização de um plano já determinado por Deus”. François Dosse observa, que até o século XIII, esta era destinada a “monges” e “grandes mosteiros” e após os séculos XIV e XV, abre-se para um “público maior e mais urbano” e tendendo a “laicizar-se”, entretanto, “ainda permanece marcada pela Providência”. Segundo o historiador, teria sido Eusébio de Cesaréia (265-341), considerado o “pai da história cristã”, a inaugurar uma “história providencialista”. DOSSE, François. O *télos*: da Providência ao progresso da Razão. In: *A História*. Trad. Maria Ortiz. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 213-260.

⁷⁹ LÖWITH, op. cit., 1977, p. 19.

num ciclo de revoluções políticas”, tendo seu “curso traçado pela natureza”. O resultado desta “fatalidade natural” seria a possibilidade do “historiador de prever o futuro de um dado estado”.⁸⁰ O sentido histórico em Políbio, é utilizado por Löwith para exemplificar a diferenciação entre a perspectiva clássica e a cristã, pois se para o grego era possível “prognosticar desenvolvimentos futuros”, para os autores do Antigo Testamento somente o “Senhor poderia revelar, através de seus profetas, um futuro que se autonomiza de tudo o que se sucedeu no passado, e que não pode ser deduzido [...] como consequência natural”.⁸¹

Para o contexto do século XVIII, Virgínia Buarque assinala que a “escrita católica” precisou reagir à “refutação das concepções teológicas de cunho providencialista” que norteavam uma “parcela expressiva do discurso religioso e político de épocas anteriores”. Foi preciso, portanto, que o catolicismo realizasse uma reelaboração de sua concepção de providência, tornando-a relevante na conjuntura do “racionalismo das Luzes”. Como afirma a autora, uma “reformulação teológica” não era um assunto novo no pensamento católico, todavia, no período, ela acaba assumindo roupagem própria. Assim, emerge a “ideia de um providencialismo que ordenava o sentido da história universal”.⁸²

Nesta perspectiva, os letrados católicos, para empreenderem tal reflexão, utilizaram-se das disciplinas recém-instituídas, a Apologética e a Teologia Moral.⁸³ Por meio de tais conhecimentos, articulados à “razão dedutiva e fé”, eles “buscaram viabilizar ao catolicismo uma apropriação seletiva das noções de experiência e mudança histórica, que nessa releitura, foram subordinadas ao primado da Providência divina”.⁸⁴ Para a autora, com as

⁸⁰ LÖWITH, op. cit., 1977, p. 20-21.

⁸¹ LÖWITH, op. cit., 1977, p. 22.

⁸² BUARQUE, Virgínia A. de Castro. Uma história moral, apologética e... moderna? A escrita católica do século XVIII ao início do século XIX. In: *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, 2011, p. 143.

⁸³ A disciplina “Apologética” surgiu no contexto das “reformas religiosas” e foi sistematizada como saber “teológico”, ao longo do século XVII, momento em que a Igreja precisou formular um conhecimento que pudesse proporcionar uma “prova” racional da “validade da religião (na luta contra o ateísmo), da veracidade da revelação (na disputa contra os deísmos) e da legitimidade do catolicismo (no embate contra os protestantes)”. Ao fim do século XVIII, esta ficou próxima da “cultura romântica”, quando ocorreu o entrelaçamento do “discurso religioso com a dimensão estética”, a partir da formulação da categoria de “civilização cristã”. Por conseguinte, no século XVIII, a moral adquiriu uma importância expressiva. A “teologia moral católica”, instituída como “disciplina autônoma” no século XVI, encontrava-se “desatualizada” e, dessa maneira, a alegoria do “bom-pastor”, no Setecentos, surgia como uma “tentativa discursiva de revalorização da concepção de providência em uma sociedade já embasada em um governo civil e, em grande parte, no pensamento laico”. Por meio de tal, “Deus” aparece como interessado por todas as suas “criaturas”, dando-lhes o “tempo e as graças necessárias para a salvação”. Já os fiéis, precisavam ter “um compromisso moral e religioso” com esse “Deus-pastor” e com a “Igreja”, representante do mundo. Disto, delineou-se uma “teoria teológica política” baseada na sujeição da “comunidade religiosa a uma autoridade que a pastoreasse”, o que culminava na “identificação entre catolicismo e regime monárquico”. BUARQUE, op. cit., 2011.

⁸⁴ BUARQUE, op. cit., 2011, p. 143.

transformações no conceito de História – que conforme supracitado produziu uma nova noção de tempo – o pensamento católico encontrou dificuldades em manter a hegemonia que possuía no “imaginário social”, que era baseado em uma “concepção de Providência divina que desconsiderava a mutabilidade histórica”. A história era encarada sob o ponto de vista de sua “finalidade última (sua união com o Criador)” e de seu “ápice (o evento da encarnação)”, só por meio de tais referências seria possível uma reconstituição da “trajetória’ da humanidade” em diferentes tempos. Por isso, mesmo tomando a “temporalidade histórica como linear, processual e irreversível”, o catolicismo considerava esse “fundamento como imutável ao longo dos séculos”, pois “tratava-se da Providência (ou vontade divina operante), que, ao orientar o curso da história, revelava-se através dela”.⁸⁵

Com a ascensão da nova conceitualização do conhecimento histórico, o “impulso teológico não esteve ausente”. Reinhart Koselleck, afirma que a “*história sacra*, uma História que ia além da revelação bíblica [...] trouxe alguns aspectos cristãos” para o novo conceito.⁸⁶ Segundo ele, com as mudanças ocorridas no século XVIII, há uma “historicização” e o surgimento do termo substituto “História da Salvação”, com o qual a “História assumiu o papel fundamental”. O autor formula tal alteração da seguinte maneira: “[...] o legado judaico-cristão ficou preservado, e sinalizava a contemporaneidade do não contemporâneo no novo conceito de História, mostrando que a antiga expectativa escatológica tinha efeito sobre ele e sobretudo combinava com ele”.⁸⁷

Para os anos iniciais do século XIX no Brasil, Giorgio de Lacerda Rosa nos oferece importantes considerações sobre a produção do conhecimento histórico e o providencialismo. Assim, explicita que na historiografia dos primeiros anos do Oitocentos é possível observar uma continuidade em relação à “linguagem providencialista” utilizada pelos “historiadores brasílicos” do século XVIII que, no entanto, no lugar de uma “noção profética”, dava espaço para uma “experiência moderna da história como progresso”.⁸⁸ Através da análise das obras dos letrados José da Silva Lisboa e Luís Gonçalves dos Santos, o autor demonstra encontrar indícios da interpretação de eventos históricos por meio da utilização de “fórmulas racionais

⁸⁵ BUARQUE, op. cit., 2011, p. 145-146.

⁸⁶ KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 173.

⁸⁷ KOSELLECK, op. cit., 2013, p. 176.

⁸⁸ ROSA, Giorgio de Lacerda. *A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da história no Brasil*. Mariana: Programa de Pós-graduação em História, UFOP, 2011. Dissertação de mestrado, p. 44.

de se experimentar o passado”, bem como da procura de um “fio condutor” que pudesse “explicar o presente, fundamentado em uma concepção providencialista da história”.⁸⁹

Essas narrativas eram marcadas, segundo Rosa, pelos episódios ocorridos no início do século XIX no Brasil, como a chegada da Corte real, que foram “traduzidos nos diversos gêneros de história” produzidos naquele momento e baseados em uma “nova experiência de tempo que se iniciava”, marcada pela “transição para algo novo e inédito”. Para o autor, por meio de tais escritos, era possível perceber que o providencialismo “no mundo luso-brasileiro não só sobreviveria, ainda por muito tempo, às refutações às quais era submetido desde meados do século XVIII”, mas também passaria por alterações produzidas por uma “experiência de tempo que se estabeleceu na modernidade, constituindo-se em uma nova linguagem capaz de operar o discurso sobre o passado e dotar de significado e de organização o processo histórico em seus inúmeros períodos e fases”.⁹⁰

Assim, Rosa ressalta que, nessa conjuntura, a providência divina era responsável por “levar o Brasil e o Império Português ao caminho do progresso”. Mesmo que ao longo do processo existissem alguns desacertos, como a invasão napoleônica, ela era capaz de reorganizar “a ordem das coisas”, porque, “nada estava fora de sua vontade e, cada acontecimento fazia parte da realização do plano providencial”.⁹¹ Desse modo, o autor verifica na “linguagem providencialista” a base de um discurso histórico cujo objetivo seria destinar ao monarca a função primaz de “manutenção e engrandecimento do Império Português”.⁹²

Nesse sentido, o autor identifica que a “linguagem do providencialismo” contribuiu para que os letrados no início do Oitocentos produzissem um “discurso histórico que entendia o desenvolvimento e o progresso do Império segundo a perspectiva da Providência Divina, essa enquanto causa motora”. A “ação” providencial seria, em alguns momentos, “indireta”, pois fazia uso de “grandes homens” para a “realização de seu plano, como era o caso de D. João VI”. Rosa considera que o recurso a tal linguagem permitia, na perspectiva discursiva, a possibilidade de refletir sobre os eventos após 1808, como “remetendo à atuação de um plano

⁸⁹ ROSA, op. cit., 2011, p. 45.

⁹⁰ ROSA, op. cit., 2011, p. 45. A escrita da história, nesse momento, ainda não havia sido institucionalizada, portanto era comum a presença de “formas antigas e novas de se escrever” as narrativas históricas. Ou seja, em uma “mesma obra vários gêneros, subgêneros e formas de escrita” conviviam entre si, tal “convivência de elementos híbridos talvez seja a característica mais marcante dessa produção historiográfica das primeiras décadas do século XIX no Brasil”. ARAÚJO apud ROSA, op. cit., 2011, p. 53.

⁹¹ ROSA, op. cit., 2011, p. 87.

⁹² ROSA, op. cit., 2011, p. 91.

divino para evolução da história”. Conforme assinala: “A providência é um elemento capaz de articular o processo histórico, que ao mesmo tempo em que permite aos homens agirem no mundo, atua juntamente em favor ou contra eles, dando ao acúmulo dessas ações um significado mais abrangente”.⁹³

Como podemos perceber, no processo de constituição do moderno conceito de História, a concepção providencialista permaneceu como um elemento explicativo na elaboração das narrativas históricas dos acontecimentos passados. Através da discussão das prerrogativas de Giorgio de Lacerda Rosa, verificamos que ainda nos anos iniciais do século XIX no Brasil, a Providência era um componente estruturante do saber histórico. No tópico seguinte, buscamos discorrer sobre o debate da utilização do providencialismo, já no contexto de institucionalização da escrita da História no Oitocentos com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

– A concepção providencialista entre a primeira geração do IHGB

Essa philanthropia transcendente que aprecia o homem em qualquer situação em que o acha destinado para obrar e servir de instrumento, á infinitamente sabia ordem do mundo, é o espirito vivificador do verdadeiro historiador.

Karl F. Phillipe von Martius ⁹⁴

Tendo em vista a importância das produções dos primeiros sócios do IHGB, consideramos imprescindível, antes da própria análise dos escritos de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, mapear entre tais letrados a utilização da noção providencialista. Apoiando-nos nas premissas já mencionadas de Michel de Certeau, ou seja, as de que uma pesquisa historiográfica encontra-se articulada a um “lugar de produção” e, portanto, relaciona-se com uma “topografia de interesses”, acreditamos que examinar essas narrativas contribui para a compreensão de que o recurso ao providencialismo não era uma

⁹³ ROSA, op. cit., 2011, p. 96.

⁹⁴ MARTIUS, Carlos F. Ph. Como se deve escrever a historia do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel L. S. *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010, p. 65-66.

especificidade historiográfica do cônego e, talvez, estivesse relacionado a uma das concepções de escrita da História na instituição.

Manoel Luís Salgado Guimarães no “Livro de fontes de Historiografia Brasileira” (2010), reuniu nove obras que nomeou como “textos de fundação”.⁹⁵ Para o autor, estes escritos integram um “conjunto de contribuições” ao IHGB, por seus temas principais abordarem a “concepção de modelos” para a História do Brasil. Assim, entre esses textos, selecionamos o célebre *Discurso* (1939), proferido na inauguração do Instituto, por Januário da Cunha Barbosa, e o premiado *Como se deve escrever a história do Brasil* (1943) de Karl F. Phillippe von Martius.⁹⁶ Optamos também pela inclusão em nossa discussão do “Prefácio” da *História Geral do Brasil*, de Francisco A. de Varnhagen, por conta de sua centralidade nos debates historiográficos entre os sócios, inclusive nas produções de Fernandes Pinheiro.⁹⁷

Temístocles Cezar assinala que, no contexto de institucionalização do conhecimento histórico no Brasil, a História “enquanto disciplina científica” ainda estava “dando seus primeiros passos”. Como acontecia com o “projeto nacional”, não era vívida ou totalmente evidente a sua identidade. Desse modo, eram oferecidas palestras no Instituto, no qual se buscavam maneiras de “normatizar e criar regras para o ofício” do “historiador da nação”. O discurso de Januário da Cunha Barbosa, proferido na associação, seria “paradigmático nesse sentido”, pois se tratava de uma “lição sobre o método historiográfico” que buscava refletir sobre a narrativa histórica e seu autor. Conforme assevera Cezar: “É um texto que foi lido e escutado no interior do IHGB, liberando uma série de efeitos. É possível acompanhar o rastro de alguns. Outros se perdem e são esquecidos”.⁹⁸

⁹⁵ GUIMARÃES, op. cit., 2010, p. 12.

⁹⁶ Os demais “textos fundadores” publicados no livro de Manoel Luís Salgado Guimarães são de autoria de: Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Henrique Julio de Wallestein, Raimundo José da Cunha Matos, Henrique de Beaurepaire-Rohan, João Capistrano de Abreu, Tristão de Alencar Araripe e também o “Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil”, do IHGB.

⁹⁷ Utilizaremos como fonte o “Prefácio”, recentemente transcrito na coletânea *História e Historiadores no Brasil*. VARNHAGEN, Francisco A. de. Prefácio à História Geral do Brasil. In: VARELLA, Flávia; OLIVEIRA, Maria de; GONTIJO, Rebeca. [Org.]. *História e Historiadores no Brasil: da América Portuguesa ao Império do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 225-236. No Prefácio, Varnhagen menciona o IHGB e a proteção que sua obra e o Instituto recebiam da Monarquia: “É todo o Instituto confessa, cheio de reconhecimento, que sem a proteção valiosa do Senhor D. Pedro II, ele teria deixado de existir: e por sua parte, este mínimo sócio declara que, sem a correspondente quota que dessa proteção lhe coube, o Brasil não teria hoje esta obra”. VARNHAGEN, op. cit., 2015, p. 227.

⁹⁸ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004, p. 12. No relatório do ano 1868, elaborado por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, em que se comemoravam trinta anos da fundação do IHGB, podemos perceber a importância de tal letrado, sobretudo, para o cônego: “[...] fundou-se o nosso Instituto sob a presidência de um venerado ancião de saudosa e imorredoura lembrança. [...] pede a justiça que faça eu aqui expressa e honrosa

Desta maneira, em seu *Discurso*, Januário afirma que a história “não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de hum machinismo que concorrem ao desempenho dos fins do seu inventor”, ao contrário, ela “os deve pintar taes quaes forão na sua vida, obrando em liberdade, e fazendo responsaveis por suas acções”.⁹⁹ Assim, em seguida, conclui:

A providencia, he verdade, faz muitas vezes sahir o bem do seio do mal, a ordem das turbulencias da anarchia e a liberdade dos terrores do despotismo; mas, é força dize-lo, Srs., estes caminhos não estão ao nosso alcance; os caminhos do homem são traçados pelos seus deveres, e, aos olhos da musa severa da historia o crime sempre deve ser crime.¹⁰⁰

Como podemos perceber nos trechos supracitados, o primeiro secretário-perpétuo, de certa maneira, evita a explicação providencial de eventos passados. Temístocles Cezar argumenta que a exclusão da “intervenção da providência” dá lugar a uma explicação dos “fatos históricos pelo meio das causas naturais e humanas”. Em sua interpretação, para Januário, o historiador seria aquele que “pinta”, porém somente deveria “pintar aquilo que é suscetível de ser compreendido pelo homem”. A providência não seria “compreensível”, pois não é ela “que julga as ações humanas, mas a própria história”.¹⁰¹

De fato, o cônego Cunha Barbosa no trecho analisado retira a importância da justificativa providencialista, no entanto, isso não significa que o recurso divino esteve ausente de sua narrativa, pois ao fim de seu *Discurso*, diz: “Seja-me ainda permitido terminar esse discurso com huma *invocação ao Eterno*, tomada das palavras do santo Isaias: ‘ – E tu, Sr., atêa, em luzeiro eterno; faíscas tuas, já assomadas neste horizonte. E sempre de face haja de encontrar-se nelle a verdade [...]’”.¹⁰²

Na dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil*, o providencialismo é evidenciado de forma mais contundente, quando Martius afirma: “Jamais nos será permitido

menção do mais vigoroso, mais activo, quiçá mais dedicado, n’uma palavra do conego Januario da Cunha Barbosa, quem indignamente succedo, d’esse prestimoso ecclesiastico, que descobriu o segredo de ser ao mesmo tempo util á religião ás letras e á pátria”. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXXI, 1868, p. 406.

⁹⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: GUIMARÃES, Manoel L. S. *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010, p. 26.

¹⁰⁰ BARBOSA, op. cit., 2010, p. 26-27.

¹⁰¹ CÉZAR, op. cit., 2004, p. 21-22.

¹⁰² BARBOSA, op. cit., 2010, p. 32. (grifo nosso)

duvidar que a vontade da providencia predestinou ao Brasil esta mescla”.¹⁰³ A miscigenação figurou como argumento primaz de seu projeto de escrita da História. Manoel Luís Salgado Guimarães explicita que, para o autor oitocentista, era necessário levar em consideração os “elementos étnicos”, que tiveram “papel relevante na formação dos brasileiros”. Martius compreendia a população brasileira como a “mistura de três ‘raças’”: a indígena, a negra e a branca. Para se escrever sobre o Brasil era preciso se “espelhar” na “interação dessas forças diferenciadas”.¹⁰⁴ Conforme podemos identificar na seguinte passagem do premiado trabalho:

Eu creio que um autor philosophico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade, e de um christianismo esclarecido, nada achará n’essa opinião que possa offender a susceptibilidade dos brasileiros. Appreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor, como a mais sublime obra do Creador, e abstrahindo da sua côr ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador.¹⁰⁵

Se pensarmos na importância da “mescla das raças” como argumento essencial para a escrita da História do Brasil em Martius, podemos concluir que ele também confere grande relevância à providência e ao cristianismo, ao associá-los à miscigenação, especialmente quando defende como condição obrigatória para o ofício do historiador oitocentista a necessidade de apreciar o homem, independente de sua “côr”, como criação divina. Manoel Salgado enxerga no letrado um “otimismo” quanto ao “futuro do Brasil”, pois “defendia a tese de que nosso país estaria predestinado a criar, a partir da fusão dessas três ‘raças’, uma nova nação” e a ideia de que, dirigida por “forças-extra-históricas”, a história teria “reservado para cada qual um papel determinado, uma tarefa a ser cumprida”.¹⁰⁶

Arno Wheling ressalta que Martius “admitia um providencialismo na origem da criação, mas a partir do qual as ações humanas passariam a determinar-se por condicionamentos semelhantes àquelas do mundo físico”.¹⁰⁷ Por sua vez, o autor evidencia que, em Varnhagen, a “obra humana” e, por extensão, a própria História, “era algo não só permitido como desejado por Deus”. Segundo ele, na *História Geral do Brasil*, tanto “no prefácio da primeira Edição e no prólogo da segunda”, não há “referência à ação providencial na história”. Todavia, Wheling destaca que, por diversas vezes no texto, a providência divina

¹⁰³ MARTIUS, op. cit., 2010, p. 65.

¹⁰⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Tradução Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 128.

¹⁰⁵ MARTIUS, op. cit., 2010, p. 65.

¹⁰⁶ GUIMARÃES, op. cit. 2011, p. 128-129.

¹⁰⁷ WHELING, Arno. A concepção histórica de Von Martius. *RIHGB*, n. 385, out-dez, 1994, p. 731.

é mencionada como aquela, por exemplo, responsável por salvar os índios da “anarquia selvagem” pela ação do cristianismo” e que teria impedido o triunfo de “insurretos e a fragmentação do Brasil”, ao proferir “em favor de sua integridade”.¹⁰⁸

No “Prefácio” da primeira edição do estudo, ao falar a respeito de suas premissas, Varnhagen afirma: “professamos firmes princípios em religião, em política e em tudo mais sobre que nos declaramos nesta obra. Somos sempre sinceramente católico, sem deixar jamais de ser cidadão” e, continua “acreditando sem cessar, para os grandes sucessos, na providência divina, em harmonia com o provérbio que diz: ‘O homem põe, mas Deus dispõe’”.¹⁰⁹ Através de tal passagem, é possível verificar que, apesar da ausência, já destacada por Wheling, de uma menção direta ao providencialismo atuando na História, o historiador oitocentista concebe a providência como uma maneira de compreender o mundo.

Ademais, em sua investigação, Arno Wheling identifica na narrativa de Varnhagen uma “ação divina” que seria “subjacente aos atos humanos, aberta o suficiente para permitir-lhes a liberdade de escolha em suas ações teleológicas”. Um providencialismo que se assemelharia às concepções de Vico ou Herder. Segundo Wheling, apesar do autor da *Historia Geral do Brasil* possivelmente não ter tido contato com tais pensadores, essa perspectiva era difundida entre os “autores historistas” como uma “alternativa cômoda” aos “protestantes (como Ranke), ou católicos (como Varnhagen), que, embora, com fé pessoal, desejavam manter-se equidistantes tanto das visões ortodoxas do providencialismo, como das agnósticas ou materialistas”.¹¹⁰

Através desta breve discussão, sem pretender encerrar o assunto, podemos perceber que a providência não esteve ausente dos discursos e das narrativas históricas dos letrados da primeira geração do IHGB. Talvez sua presença fosse mais evidente nos argumentos de alguns, como nos casos de Martius e Varnhagen, mas o fato é que, de alguma maneira, o recurso à explicação providencialista, ainda em meados do século XIX, compunha as produções científicas acerca do passado colonial e de como a história do Brasil deveria ser

¹⁰⁸ WHELING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 122.

¹⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco A. de. Prefácio à História Geral do Brasil. In: VARELLA, Flávia; OLIVEIRA, Maria de; GONTIJO, Rebeca. [Org.], *História e Historiadores no Brasil: da América Portuguesa ao Império do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 231.

¹¹⁰ WHELING, op. cit., 1999, p. 122-123. Segundo François Dosse, Vico foi um “grande cantor do providencialismo”, cuja ambição era “conseguir uma verdadeira demonstração histórica e filosófica da Providência”. Este se recusava conceber a “história profana” dissociada da “história sagrada” e pretendeu “unificar tal dualismo” através do elemento providencial. Ver: DOSSE, François, op. cit., 2003, p. 227-228.

escrita. Assim, na parte final do capítulo, iremos adentrar nos usos do providencialismo nos relatórios do primeiro-secretário Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, com os quais também será possível discutir as concepções de História que marcaram a historiografia naquele contexto.

– História e *Divina Providência* nos relatórios de Fernandes Pinheiro

É seguramente a paciência um dos apreciáveis dotes do historiador que não desacoroçoa ao compulsar pulverentas revistas e carcomidos jornaes, e d'essa mina extrahe ouro de finissimo quilate.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro¹¹¹

Para Lúcia Paschoal Guimarães, havia na hierarquia do IHGB uma instância superior que seria, em suas palavras, “o todo-poderoso primeiro-secretário”, cujas atividades se assemelhavam a de um “editor-chefe”. Ele “não tomava partido, nem se expunha publicamente nos debates. Mas sua autoridade de aprovação ou de veto era inquestionável”.¹¹² Nesse sentido, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, ao exercer tal cargo entre 1859 e 1876, possuía a incumbência da elaboração de um relatório, no qual emitia considerações a respeito dos trabalhos ofertados pelos demais sócios durante o ano à associação.¹¹³ Acreditamos que, através dessa documentação, seja possível identificar não só os usos do providencialismo, mas também de algumas concepções de História existentes na narrativa do cônego e no próprio Instituto.

¹¹¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXXVI, 1873, p. 621.

¹¹² GUIMARÃES, op. cit., 1995, p. 571.

¹¹³ As funções previstas ao primeiro-secretário, de acordo com os “Novos Estatutos” do ano de 1851, são: “Art. 17. O 1º Secretário tem a seu cargo o depósito do arquivo, biblioteca, e museu do instituto, para cujo arranjo proporá à Mesa um indivíduo, que cure dessa repartição, e faça a escrituração necessária [...]. Art. 18. Na falta do Presidente, providenciará o primeiro Secretário em todos os negócios urgentes do Instituto, e nos da administração econômica [...]. Art. 30. Na sessão de 15 de dezembro, à qual devem concorrer todos os Membros, sob a direção do Presidente, pronunciará este um discurso de abertura, findo o qual o 1º Secretário lerá o relatório, em que exponha os trabalhos do instituto durante o ano social [...]”. Novos Estatutos do IHGB Apud BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. *Entre o escritor e o historiador: a história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2007, p. 60.

Por conseguinte, no relatório do ano 1859, ao comentar a obra *Os indígenas do Brasil perante a Historia*, de Gonçalves de Magalhães, o cônego afirma que esta contribuía para iluminar a temática das tribos indígenas por meio de “esplendores da sciencia”, ao ter vingado os “autocthones da negerrima reputação que lhes crearam os chronistas”. Segundo ele, “esmerilhar no selvagem o germen do bem, depositado nos arcanos do coração pela mão do Eterno, era sem duvida uma bella empresa”.¹¹⁴ A apreciação do trabalho é marcada por dois pontos. Em primeiro lugar, a notória recorrência ao elemento divino para elogio dos pressupostos do autor e, em segundo, um aspecto característico da produção historiográfica oitocentista, a crítica quanto à veracidade das crônicas.

Como possibilidade para a produção do saber historiográfico, o “afastamento temporal circunscreveria a posição epistemológica privilegiada do historiador frente à do cronista”, aspecto que, demandava a procura por “documentos com que o primeiro passaria a inquirir crítica e indiretamente o passado”. Dessa maneira, os imperativos de verdade justificavam “a acuidade da corroboração documental”, cuja combinação com o distanciamento temporal do fato examinado permitiria a investigação histórica.¹¹⁵ Fernandes Pinheiro dá relevante destaque à procura por fontes, realizada da “ingênua carta de Pero Vaz Caminha” à “Historia Geral do Brasil pelo Sr. Varnhagen” e empreendida por Magalhães: “foram compulsados todos os documentos, e dos seus (muitas vezes contraditorios) testemunhos, concluiu o nosso collega que nem tão bárbaros, nem tão ferozes eram os aborigenes brasilicos como aprouve a alguém representa-los”.¹¹⁶

A conclusão de Gonçalves de Magalhães de que teriam sido exageradas as impressões atribuídas aos indígenas é ressaltada pelo primeiro-secretário, através da utilização da providência divina como aquela que velaria pelo destino da humanidade:

¹¹⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXII, 1859, p. 688.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009, tese de Doutorado, p. 163. Na quarta edição do Novo Diccionario da Lingua Portugueza (1859), de Eduardo de Faria, podemos encontrar uma definição interessante para a figura do historiador e do cronista no século XIX. O “Historiographo” aparece como um “litterato pensionado do estado ou de um principe para escrever sua historia e corresponde quase sempre ao que se chamava chronista”. Já o “Historiador” seria aquele que “compõe uma historia sem ser pensionado o quasi sempre não contemporanea”. O primeiro, era um “simple analysta que refere acontecimentos reune materias”, já o segundo, “escolhe-os, põe-os em ordem, examina os factos, julga os homens e as cousas”. FARIA, Eduardo de. *Historiador. Novo Diccionario da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E. C. 4ª edição, volume II, 1859, p. 326.

¹¹⁶ PINHEIRO, op. cit., 1859, p. 688.

Começando por aconselhar toda a cautela na apreciação das narrativas dos primeiros europeus, pensa o Sr. Dr Magalhães que exagerados foram os defeitos dos selvagens e desconhecidas as suas virtudes. No seu grosseiro culto *descobre a idéa da Providencia, que incessante vela pelos destinos humanos*; em *Tupan* não duvida de reconhecer o Ente Supremo, bem como, em *Anhanga* o principio do mal, o anjo decahido que a sua misera sorte busca arrastar a humanidade.¹¹⁷

Em 1860, devido a uma enfermidade não especificada, Fernandes Pinheiro não pode elaborar seu relatório anual, tarefa que ficou a cargo do segundo-secretário, Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras. O propósito do tópico consiste na investigação dos escritos do cônego, contudo, frente ao uso expressivo do providencialismo na documentação de Filgueiras consideramos interessante trazer suas prerrogativas. A Providência, em sua fala, assume um aspecto de enaltecimento da independência e, por extensão, da própria monarquia. Outra característica é também a sua intercessão como “guia certa” da “humanidade a um fim”, vejamos:

O philosopho imparcial que investiga as épocas de que me occupo não póde esquivar-se a uma notável impressão de pio respeito e veneração religiosa. N'um povo que o acaso reúne, que o interesse liga, sem tradições de avós, sem educação do sangue, mas que antes de um século sonha com a independencia, antes de dous morre pela liberdade, e que apenas completa tres proclama e firma ambas sobre fundamentos solidos, sem terriveis abalos, sem sangue e sem horrores; n'um povo que assim tão rapidamente se transforma é tão clara e efficaz *a intervenção da Providencia que o espirito finito do pensador curva-se reverente ante a omnipotencia e sabedoria desse espirito supremo que, apezar da calma ou da borrasca, guia certa a humanidade a um fim.*¹¹⁸

O “philosopho imparcial”, mencionado por Filgueiras, remonta a outra perspectiva para a elaboração do saber histórico entres os sócios da agremiação: a temática da imparcialidade, que mantém relação direta com a questão temporal. Os pressupostos de Lúcia Paschoal Guimarães nos auxiliam na compreensão de tal perspectiva através das noções de “passado imediato” e “passado remoto” na história do Brasil. O primeiro é compreendido pela autora como o “espaço de tempo que se estende do período que antecedeu a independência até a fundação do Instituto Histórico”, que seria “entres os anos 1817 e 1838”.¹¹⁹

¹¹⁷ PINHEIRO, op. cit., 1859, p. 689. (grifo nosso)

¹¹⁸ FILGUEIRAS, Caetano A. de. Relatório do segundo-secretário. *RIHGB*, Tomo XXIII, 1860, p. 661. (grifo nosso)

¹¹⁹ GUIMARÃES, op. cit., 1995, p. 517.

Nessa periodização, estavam inseridos “conflitos internos mal resolvidos”, portanto, abordar fatos recentes, propiciaria “trazer à tona uma série de contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais”.¹²⁰ Tratava-se, para aqueles sócios, de uma escrita da História muito parcial devido à proximidade temporal de seus autores com a temática explorada. Um exemplo é a severa crítica realizada por Fernandes Pinheiro, no relatório do ano 1863, ao trabalho do sócio Dr. Felizardo Pinheiro de Campos:

Convencido de que a historia de um paiz deve ser escripta ao passo que se fôrem desdobrados os acontecimentos, leu o Sr. Felizardo Pinheiro de Campos, em uma das sessões do Instituto, o seu *Bosquejo Historico do reinado do Sr. D. Pedro II desde a sua maioridade até a época actual*
A natureza do assumpto e o temor que me acompanha de requeimar a pena na lava ardente de apreciação dos factos contemporaneos, veda-me de aquilatar, como devêra, o trabalho do nosso illustrado collega.¹²¹

Por outro lado, o “passado remoto” abrangeria, segundo Lúcia Paschoal Guimarães, o “espaço de tempo entre 1500 e 1816”, o que correspondia ao período colonial do Brasil. Para o Instituto, nessa época estavam “localizadas as raízes do Império”. Na *Revista* do IHGB, a maioria dos trabalhos abordam temáticas que se situam dentro de tal temporalidade, o que conferiria maior imparcialidade na análise do evento estudado.¹²² Novamente, é possível verificarmos esta concepção, através dos comentários emitidos pelo cônego, na função de primeiro-secretário. No relatório do ano de 1864, um ano após as críticas ao trabalho de Felizardo, a obra do sócio João Manoel Pereira da Silva é enaltecida, com destaque à temporalidade de sua abordagem:

A ninguem penso offender se á frente dos recentes donativos colocar a obra do nosso laborioso e erudito consocio o Sr. Dr. J. M. Pereira da Silva, intitulada: *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*
Allumiado pelo brandão da critica, desceu as cryptas do passado, exhumou os velhos foraes, as carcomidas escripturas e vetustos alvarás, e, surgindo á

¹²⁰ GUIMARÃES, op. cit., 1995, p. 518.

¹²¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXVI, 1863, p. 918. O posicionamento crítico mantém-se com a continuação da leitura de Pinheiro Campos nos anos seguintes. Em 1864, Fernandes Pinheiro prefere não comentar sobre a obra: “Actuando ainda em meu espirito os motivos de abstenção que a tal respeito guardei no precedente relatorio, peço vênia para sobre elle correr a cortina do silencio”. Já em 1865, quando se encerra a leitura, afirma: “Razões imperiosas, que já submetti aos vossos discernimentos, impõem-me silencio a respeito d’este trabalho do nosso colega”. A negativa durante os dois anos que se passaram da primeira leitura ressalta a relação problemática com o “passado imediato” na associação. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXVII, 1864, p. 394; PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXVIII, 1865, p. 334-335.

¹²² GUIMARÃES, op. cit., 1995, p. 520. De acordo com Lúcia Paschoal Guimarães, no século XIX, foram impressos na RIHGB 434 documentos, que contemplavam o “passado remoto” e apenas 91 destinados ao “passado imediato”.

luz meridiana, traçou-nos primoroso quadro do viver de nossos avós; par e passo acompanhando os notáveis eventos que se deslisaram entre as gloriosas metas de 1640 e 1808.¹²³

Reinhart Koselleck assinala que, progressivamente, a “História do tempo presente” foi perdendo sua “dignidade”. Assim, ocorreu uma alteração na perspectiva de que o conhecimento histórico diminuiria com o afastamento temporal dos eventos e, dessa maneira, tal posição passou a ser concebida como essencial para apreensão dos fatos. O “presente do passado” deixou de ser um tema histórico capaz de perpetuar e transmitir “histórias”. Portanto, ao considerar o “ponto de vista temporal”, a “ciência histórica” transformou-se em “uma disciplina investigativa do passado”.¹²⁴

No relatório do ano 1874, podemos atentar que a História do tempo presente não era de todo ignorada entres os letrados do Instituto, mas havia uma reprovação “por realizar esse gênero de história, apenas por fazê-la mal, ou seja, sem imparcialidade nem critério”.¹²⁵ Assim, nesse mesmo ano, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro comenta o estudo do sócio Moreira de Azevedo que, em sua percepção, seria um exame “substancioso”, ao tratar da “sedição militar dos dias 14 e 15 de julho de 1831”, “cujas consequencias seriam por sem duvida lamentáveis sem a energia do governo regencial”.¹²⁶ Outro aspecto importante da obra, salientado pelo cônego, seria o seu desdobramento. Para Fernandes Pinheiro, o “restabelecimento da ordem” seria um desígnio da “Divina Providencia”, por meio da figura determinante do Padre Antonio Feijó na situação conflituosa.

Suscitou a Divina Providencia n’essa lutuosa quadra um varão que, colocado em diversos ambientes, seria quiçá um Richelieu ou um Alberoni; mas que no Brasil chamou-se simplesmente o padre Diogo Antonio Feijó. A elle, poderosamente secundado por Bernardo Pereira de Vasconcellos e José Lino Coutinho, illustres membros do patriotico gabinete de 16 de julho, deveu-se o restabelecimento da ordem, como lucidamente nol-o demonstrou o laborioso escriptor [...]¹²⁷

Na apreciação do trabalho do sócio por Fernandes Pinheiro, a providência divina é mobilizada para abordar uma situação de crise política situada no passado imediato,

¹²³ PINHEIRO, op. cit., 1864, p. 399- 400.

¹²⁴ KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 174.

¹²⁵ CEZAR, op. cit., 2004, p. 15.

¹²⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXXVII, 1874, p. 458-459.

¹²⁷ PINHEIRO, op. cit., 1874, p. 459.

assumindo papel semelhante a de um ator político.¹²⁸ Sob uma perspectiva mais ampla, através dos relatórios, podemos identificar o argumento providencialista da História, no qual Deus seria responsável por interceder em favor da humanidade. Tal aspecto nos abre a possibilidade de pensar na utilização desse recurso como prática, senão comum, mas ao menos permitida e aceitável na instituição.

¹²⁸ A escrita a respeito do período regencial no IHGB possuía um “sentido pedagógico” em que as “regências” instruíam o “caminho da felicidade’ pelo avesso” mostrando “o que não se deveria fazer ou deixar voltar a ocorrer [...]”. SOUZA, Francisco G. de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)*. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2012, p. 107. Tese de doutorado. Para análise do contexto de 1831 e das revoltas regenciais ver também: BASILE, Marcello Otávio N. de C. *Revolta e cidadania na Corte regencial*. *Tempo*, v.11, n.22, 2007.

CAPÍTULO II – A COMPANHIA DE JESUS E A NOÇÃO DE PROVIDÊNCIA DIVINA

2.1 – Uma questão historiográfica: os jesuítas teriam sido úteis ou prejudiciais ao Brasil?

[...] viamos seu zelo pela diffusão das luzes multiplicando seus collegios, despertando o gosto pela literatura sagrada e profana; e cheio de entusiasmo por esses beneméritos varões inscrevemos nosso obscuro nome no catalogo dos apologistas da companhia de Jezus.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro¹²⁹

Em 1854, Fernandes Pinheiro ofertou o “Ensaio sobre os jesuítas” ao IHGB para sua admissão como sócio da agremiação. Na época, no relatório anual, o então primeiro-secretário Joaquim Manoel de Macedo destacou com empolgação a recepção e acolhimento que o escrito recebeu entre seus pares, ao dizer que o “valioso manuscrito do illustrado candidato a par de mui sério estudo e brilhante erudição” demonstrava “uma independencia na maneira de ver os factos, que muito abona o seu auctor”.¹³⁰ Com efeito, trata-se de um estudo característico das pesquisas históricas daquela conjuntura, rico em fatos, citações e transcrições vívidas de fontes documentais.

Um aspecto crucial na obra, e que nos parece estrategicamente descrito pelo cônego, é ainda no início de sua fala destacar que o jesuitismo é um tema que lhe despertou interesse desde a sua juventude. Se pensarmos que se trata de um estudo concorrente à participação em um seletto grupo de letrados, talvez não seja exagero supor que Fernandes Pinheiro reivindica certa autoridade sobre o assunto. O mesmo afirma: “Desde a idade de vinte annos, em que começamos nossas lides jornalísticas, o objecto que mais nos interessou foi a solução do grande problema – si os jezuítas tinham sido uteis, ou prejudiciais ao mundo em geral e em particular ao Brazil”.¹³¹ O ponto de grande importância nessa passagem é a questão em torno

¹²⁹ PINHEIRO, J.C. Fernandes. Ensaio sobre os Jezuitas. *RIHGB*, tomo XVIII, 1855, p. 71.

¹³⁰ MACEDO, Joaquim Manoel. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, tomo XVII, 1854, p.18. Ainda sobre a admissão de Fernandes Pinheiro, Macedo salienta: “O sr. cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que faz honra ao nosso clero por seu nobre character e sua illustração, e que com zelo patente e reconhecimento cultivava as letras e a história patria, foi o novo adepto recebido no gremio do instituto, que exultou ao ver abonado por tanto merecimento um homem, cujo nome lhe veio recordar o d’aquelle presente varão, que fora o seu primeiro presidente, e que tam notavel se fizera por sua sabedoria, e por seus escriptos, por seu patriotismo, e por suas virtudes civicas e privadas”. MACEDO, op.cit., 1854, p.11.

¹³¹ PINHEIRO, J.C. Fernandes. Ensaio sobre os Jezuitas. *RIHGB*, tomo XVIII, 1855, p. 71.

da qual se concentrou toda a sua abordagem sobre a ação jesuíta no Brasil – não só na referida obra, mas também em outros escritos, como veremos adiante – se os jesuítas foram benéficos ou não à nação.

O eclesiástico ressalta que as referências aos feitos inicianos nos arquivos o tornaram um dos “apologistas da companhia de Jezus”, elementos que o motivaram a aprofundar suas investigações a respeito de tais homens, conforme salienta: “quisemos estudar sua marcha através dos paramos da historia , compulsâmos seus annaes, e vimos com admiração, que os discípulos de Loyola tinham por toda parte deixado um sulco luminoso; e cada vez nos apaixonavamos mais por essa celebre instituição [...]”.¹³² Na sequência de sua exposição, menciona a impopularidade que na época adquiriu por tal defesa, uma vez que, permitia até que lhe “averbassem de *jesuíta*” porque para ele “essa palavra era o compendio do padre virtuoso e dedicado á cauza da Igreja”.¹³³

Na introdução do estudo, Fernandes Pinheiro afirma que através da imprensa realizou seus primeiros protestos contra as injustiças e ingratidões atribuídas aos jesuítas, este diz “Protestamos pela imprensa contra tudo que nos parecia ser-lhes contrário; [...] Nossos epinícios foram acolhidos com frieza pelo público e até pelos homens sensatos e de uma orthodoxia superior a menor suspeita”.¹³⁴ É possível que, neste trecho, o letrado faça referência ao debate ocorrido com o *Correio de Porto-Alegre*, abordado no artigo “Jesuítas” do periódico *A Tribuna Catholica*.¹³⁵ No impresso, o clérigo demonstra-se surpreso com a repercussão negativa de sua indicação à leitura da obra “Clementino XIV e os jesuítas” realizada em outro jornal chamado “Da religião”.¹³⁶ Desta forma, na *Tribuna* empreende uma argumentação em favor dos jesuítas e, por extensão, da própria religião católica, na qual ressalta não ter pretendido “entrar em polemica com um anonymo” (a crítica que havia

¹³² PINHEIRO, op.cit., 1855, p. 71.

¹³³ PINHEIRO, op.cit., 1855, p. 72.

¹³⁴ PINHEIRO, op.cit., 1855, p. 72.

¹³⁵ O periódico de publicações quinzenais teve curta duração, de 1851 a 1852, tendo sido suspensas devido a já mencionada viagem do cônego Fernandes Pinheiro à Europa. Em 1857, as publicações do impresso são retomadas, todavia com outro redator e com título *Tribuna Catholica*, o jornal do Instituto episcopal religioso. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro (1827-1903)*. Volume IV, 1970, p. 112.

¹³⁶ Sobre a crítica emitida pelo *Correio de Porto-Alegre*, Fernandes Pinheiro explicita: “Quando publicámos no periódico – *A Religião* – um pequeno artigo bibliográfico recommendando a leitura da excelente obra de Mr. Cretineau-Joly intitulada – *Clemente XIV e os Jesuítas*, – mui longe estávamos de pensar que semelhante artigo soffresse a menor contestação, tão inconsusas nos pareciam as razões, em que nos apoiávamos. Quão porém não foi nossa surpresa quando vimos no *Correio de Porto-Alegre* [...] uma refutação ao que tínhamos escripto”. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Jesuítas. A Tribuna Catholica*. Rio de Janeiro, n.7, 1851, p.1.

recebido foi assinada pelo pseudônimo “Alma do Marquês de Pombal”), todavia, desejando fazer “triumfar a verdade” iria “buscar responder em poucas palavras aos argumentos e as censuras apresentadas pelo autor do citado artigo”.¹³⁷

Dentre a defesa dos jesuítas empreendida no artigo, encontra-se a argumentação da sabedoria de tais homens. Para Fernandes Pinheiro, não era possível afirmar serem todos eles sábios, contudo, sustentava que “nenhuma outra Ordem apresentou no curto período da sua duração maior número de grandes escriptores em todos os ramos dos conhecimentos humanos” e que inclusive a maioria dos literatos dos “séculos XVII e XVIII tinham recebido a instrução nas escolas jesuíticas”.¹³⁸ Nessa época, a admiração pelos inicianos, acompanhada de um desejo de justiça para com seus feitos, levou o cônego a considerá-los como integrantes de uma instituição sagrada. Deste modo, novamente em oposição à refutação que havia recebido do impresso sulista, ressalta: “Estamos persuadidos de que se o nobre e illustrado correspondente se dignar de examinar as constituições do Instituto de Loyola ficará convencido que ele é *santo*”.¹³⁹

Como observa Tania de Luca, a “defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público” foram aspectos que caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX. Nessa conjuntura, o elemento comercial era secundário perante a tarefa de “interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas”. Segundo a autora, os jornais e revistas assumiram no Oitocentos um “papel relevante em momentos políticos decisivos”.¹⁴⁰ Portanto, a utilização de tal fonte em uma investigação histórica implica considerar que seu conteúdo “abarca um espectro de questões”, uma vez que, “será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”.¹⁴¹

Assim, na leitura dos impressos do Oitocentos, torna-se imprescindível a identificação cuidadosa do corpo editorial, das escolhas dos títulos e dos textos programáticos, que “dão conta das intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura do passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores”.¹⁴² Por esta perspectiva, Fernandes Pinheiro,

¹³⁷ PINHEIRO, op. cit., 1851, n.7, p. 1.

¹³⁸ PINHEIRO, op. cit., 1851, n.7, p. 5-6.

¹³⁹ PINHEIRO, op. cit., 1851, n.7, p. 5-6.

¹⁴⁰ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 133-134.

¹⁴¹ LUCA, op. cit., 2005, p. 140.

¹⁴² LUCA, op. cit., 2005, p. 140.

na condição de redator, evidencia as motivações para a criação do impresso. Na “Introdução” da *Tribuna Catholica*, segundo o cônego, as pessoas envolvidas em seus trabalhos cotidianos acabavam por não conseguirem se dedicar às letras e “acompanhar os progressos do espírito humano em sua tão variada marcha”, encontrando-se, assim, com uma “ardente sede de doutrina religiosa, de que há tempo estão privadas; porque o povo poderá passar antes sem pão do que sem fé”.¹⁴³ Conforme diz:

Animado por estas considerações, julgando fazer algum serviço ao nosso paiz, e sem attender ás nossas debeis forças, é que tomamos a tarefa de redigir uma folha religiosa. A *Tribuna Catholica* não faz grandes promessas aos seus assignantes com receio de não poder cumpri-las; mas roga-lhes que acreditem que envidará todos os seus esforços para corresponder a confiança em que a honrarem. Publicará os actos officiaes do Bispado que mais interesse tiverem, e que não forem reservados, defenderá os princípios religiosos e moraes com todas as suas forças, buscando amenisar a polemica com artigos da literatura e poesia sagrada [...] Eis o nosso programma, que para podermo-lo satisfazer solicitamos, e encarecidamente pedimos o apoio de todos os que sympathisarem com as ideias que acabamos de expender.¹⁴⁴

No trecho acima, podemos perceber o vínculo profundo entre o texto jornalístico e a religião católica. Diferentemente das publicações historiográficas produzidas sob a égide do IHGB, nas quais a defesa do catolicismo se apresenta de uma maneira mais sutil, - conforme veremos no decorrer deste exame -, no impresso Fernandes Pinheiro expressa categoricamente o intuito de proteção aos “princípios religiosos”. Face à explicitação dos objetivos gerais e das expectativas que abarcavam *A Tribuna Catholica*, é possível compreendermos, naquele contexto, o elogio de seu redator para com os jesuítas, que como demonstrado concebia-os como padres virtuosos e dedicados à Igreja.

No impresso, o letrado ainda ressalta que planejava a publicação de um “opúsculo” para “demonstrar os importantes serviços, que a Companhia de Jesus prestou ao mundo de Colombo e em especial a Terra de St^a Cruz”, em que pudesse “adoçar as dores, as rudes provações, que na carreira do apostolado tem colhido esses padres d’aquelles mesmos, que lhe devem a civilização e as luzes, de que tanto se apavoneam”.¹⁴⁵ Tratava-se do já mencionado “Ensaio sobre os Jesuítas”, o que ratifica o importante vínculo entre os dois escritos, o que nos leva a considerá-los como produções complementares. Uma vez que o ensaio publicado

¹⁴³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Introdução. *A Tribuna Catholica*. Rio de Janeiro, n.1, 1851, p. 4.

¹⁴⁴ PINHEIRO, op. cit., 1851, n.1, p. 4-5.

¹⁴⁵ PINHEIRO, op. cit., 1851, n.7, p. 7.

no IHGB em 1855, é resultado de uma reflexão iniciada nos anos 1851-1852, como o próprio Fernandes Pinheiro deixa a entender após mencionar as críticas recebidas pelo seu texto impresso, “alguns aconselhavam-nos que estudássemos também os livros dos adversários [...] que interrogássemos com imparcialidade o passado”. E, desta forma, conclui: “cauzaram-nos taes palavras a devida impressão, a nós, que, posto que jovem, não corrámos os ouvidos às lições da experiência, e que, por habito e educação respeitamos os conselhos dos anciões”.¹⁴⁶

O letrado, então, reconhece que era preciso passar pelo “penoso trabalho da decomposição” de suas ideias e, assim, entende que a melhor maneira para conhecer o “terreno” sobre o qual desejava investigar era ir à Europa. Como já havíamos mencionado na introdução deste exame, em 1852, Fernandes Pinheiro encerra as atividades como redator da *Tribuna Catholica* e viaja ao continente europeu para doutorar-se em Teologia na Universidade de Roma. Período que descreve na introdução do “Ensaio sobre os Jesuítas” da seguinte forma:

Pequena foi nossa demora na capital do orbe catholico, porém marca ella a bela época da nossa vida, colhemos na boca dos sábios oráculos, que estes jamais confiam aos livros, avaliámos por nós mesmo o quanto dista a pratica da theoria: tudo desejámos ver, tudo perguntavamos, e talvez que d’essa nossa disposição de espírito resultassem algumas vantagens para o esclarecimento da importante questão que ora nos ocupa.¹⁴⁷

Todavia, Fernandes Pinheiro é categórico ao afirmar que não renegaria inteiramente seus “antigos principíos”, nem que havia passado para o “campo do inimigo com armas e bagagens”. Disse ele, apenas “modificamos as nossas ideias, e desde já pedimos venia para expor com rude franqueza os motivos que a isso nos levaram”, implorando assim, “indulgencia pela audacia com que entramos em tão ardua tarefa, e correcção pelos infinitos erros, de que deve abundar este nosso trabalho”. Ao fim da rica introdução, conclui que a “tosca produção considerada um ligeiro ensaio” foi escrita “unicamente com o fito de suplicar uma cadeira no recinto dos nossos sabios para de mais perto ouvir suas doutras prelecções”, fazendo clara referência à candidatura como sócio do IHGB.¹⁴⁸

Conforme enuncia Hayden White, um prefácio figura como uma instrução de como uma obra deve ser lida, um espécie de guia cujo propósito é evitar leituras equívocas do

¹⁴⁶ PINHEIRO, Ensaio sobre os Jesuítas, op.cit., 1855, p. 72.

¹⁴⁷ PINHEIRO, Ensaio sobre os Jesuítas, op.cit., 1855, p. 72.

¹⁴⁸ PINHEIRO, Ensaio sobre os Jesuítas, op.cit., 1855, p. 73.

texto que ele antecipa, possuindo, portanto, um “intenção de controle” por parte de seu autor.¹⁴⁹ A partir de tais pressupostos, compreendemos, de maneira similar, que a introdução desenvolvida por Fernandes Pinheiro no ensaio, cumpre o papel de conduzir seus pares a uma leitura acertada de seus argumentos a respeito dos jesuítas e sobre quais bases fundamentou sua exposição.

2.2- Igreja, ultramonstano e jesuitismo na historiografia oitocentista

Porque ainda uma vez declaramos, que o amor nem o ódio nos liga ao instituto de Loyola; elogiamos as boas acções dos seus ministros com a mesma independencia com que censuramos aquellas, que nos parecem pouco condignas com a sua santa instituição.
Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro¹⁵⁰

O papel de destaque atribuído ao tema jesuíta na escrita da História engendrada pelo IHGB correspondeu, segundo Simone Domingos, a uma discussão política desenvolvida no interior do próprio Instituto. O debate a respeito da “atuação desses religiosos no passado coincidiu com uma motivação imediata”, isto é, o “eminente retorno dos padres ao território brasileiro”.¹⁵¹ Em vista disto, a autora estabelece três momentos distintos da abordagem historiográfica sobre a Companhia de Jesus no IHGB. No primeiro, entre os anos 1839 a 1849, assumiu-se uma postura mais favorável aos inacianos, sobretudo, quanto a seus mecanismos de cristianização e civilização dos índios.¹⁵²

Na segunda fase, nos anos 1850 a 1870, estabeleceu-se uma reavaliação crítica das ações jesuíticas, na qual se procurou destacar a relação conflituosa da Ordem com a política pombalina e, de uma maneira geral, “demonstrar a incompatibilidade entre sua presença e os interesses do Estado Imperial”. E, por fim, o terceiro momento, nos anos 1870, período de abalo das relações entre a Igreja e a Monarquia, que refletiu na divisão de posturas entre os

¹⁴⁹WHITE, Hayden. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992, p. 209.

¹⁵⁰PINHEIRO, Ensaio sobre os Jesuítas, op.cit., 1855, p. 136.

¹⁵¹DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Religião: repercussões da polêmica sobre o retorno dos jesuítas ao Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1870)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2014, Tese de doutorado, p. 7.

¹⁵²DOMINGOS, op. cit., 2014, p.6

sócios. Havia aqueles que tomaram a defesa dos religiosos como catequizadores e outros que associavam a Companhia ao ultramontanismo, de modo que o retorno destes era visto “como uma manobra do papado para estabelecer a supremacia da Igreja no Império”.¹⁵³

Interessa-nos, particularmente, o posicionamento historiográfico desenvolvido no segundo momento, no qual se situam as produções de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro sobre a temática jesuítica. De acordo com Simone Domingos, as publicações na *RIHGB* nesse período seguiram dando destaque à catequese indígena, porém por um olhar mais negativo. Diferentemente dos trabalhos publicados nos anos iniciais da agremiação cujas investigações eram “favoráveis à administração dos loyolanos”, entre 1850 e 1870, os estudos “dão lugar a leituras que não descartam por completo o trabalho daqueles religiosos”, mas “apresentam muitas ressalvas quanto à sua atuação”.¹⁵⁴

Por conseguinte, Simone Domingues salienta que a conduta tomada em relação ao jesuítas na *Revista* do Instituto se alinhou à postura conservadora, principalmente na década de 1850. Segundo a autora, “tratava-se da defesa do Estado acima de tudo”, uma vez que a Companhia de Jesus, “descrita como uma associação sem vínculos e compromissos com a nação”, divergia dos interesses imperiais e, portanto, não fazia parte dos seus planos. Assim, a historiografia “alocou sua importância no passado colonial, mas a dispensou no presente”.¹⁵⁵

Conforme podemos perceber, a polêmica sobre o retorno da Companhia de Jesus nas publicações do IHGB se inseriu em um debate mais amplo a respeito das relações entre a Igreja e o Estado monárquico no século XIX. Desta forma, para Simone Domingos, o debate e o desacolhimento à Ordem inaciana se relacionou ao “implemento de uma política de matiz centralizadora e defensora de um Estado forte”, que “investiu na extinção gradativa das ordens regulares no Brasil”. Nesta perspectiva, os jesuítas figuravam como um empecilho para a Monarquia, pois “seu trabalho na divulgação do ultramontanismo e, sobretudo, a capacidade de sobrevivência da Ordem, problematizavam o regalismo e a meta de extinção dos regulares” do território brasileiro.¹⁵⁶

¹⁵³ DOMINGOS, op. cit., 2014, p. 6-7.

¹⁵⁴ DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2009, dissertação de mestrado, p. 116.

¹⁵⁵ DOMINGOS, op. cit., 2009, p. 119.

¹⁵⁶ DOMINGOS, op. cit., 2014, p. 87.

Ítalo Domingos Santirocchi evidencia que, no século XVII, o ultramontanismo passou a ser relacionado àqueles que “defendiam a superioridade dos papas sobre os reis e os Concílios” e, foi, nesse contexto, que a Ordem inaciana passou a ser intensamente vinculada aos ultramontanos. No século XVIII, ocorre uma ampliação do conceito e este passa a ser utilizado para “identificar os defensores da Igreja em qualquer conflito entre os poderes temporais e espirituais (Igreja-Estado)”. Desta maneira, no século XIX, o ultramontanismo foi caracterizado por diferentes atitudes da Igreja católica, em um “movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna”. Segundo o autor, pode-se resumi-lo nos seguintes aspectos:

o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos ‘perigos’ que assolavam a Igreja (galicismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais) [...].¹⁵⁷

No Segundo Reinado, como explicita Santirocchi, os ultramontanos no Brasil atuaram, sobretudo, através do episcopado. Contudo, sua atuação contou com a ajuda de “representantes pontifícios”, das ordens religiosas reformadas, as jesuítas, por exemplo, e com “congregações femininas”. O autor ressalta que, no fim do Primeiro Reinado, há um profundo esforço dos ultramontanos para “reformular a Igreja brasileira e levá-la à plena ortodoxia de acordo com a Igreja Católica Apostólica Romana, a qual pertenciam”. Assim, ao longo do século XIX, os “eclesiásticos ou leigos católicos” adversários do “liberalismo e do regalismo no Brasil” foram denominados, de forma pejorativa, por seus opositores de “ultramontanos” e jesuítas (ou jesuítas disfarçados)”. Estes passaram a aceitar a denominação quando “entenderam que isso significava plena adesão à ortodoxia e fidelidade ao Papa”.¹⁵⁸ Encontramos, por exemplo, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado nos anos 1859, a seguinte definição: “Jesuítico, a, adj. pertencente, relativo aos jesuítas, (fig.) subtil, ardiloso; v.g., artes, intrigas – s.”¹⁵⁹

¹⁵⁷ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização, Ultramontanismo, Reforma. *Temporalidades*. Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Ago/Dez, 2010, p. 24.

¹⁵⁸ SANTIROCCHI, op. cit., 2010, p. 26.

¹⁵⁹ FARIA, Eduardo de. Jesuítico, a. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E. C. 4ª edição, volume II, 1859, p. 326. Simone Domingos salienta

Ao contrário dos padres ilustrados, conforme demonstra Marta Abreu, que tencionavam reformar o clero em uma “perspectiva regalista e liberal”, os ultramontanos eram defensores de transformações “restritas ao campo religioso e eclesiástico”. Estes eram “favoráveis à união entre Estado e Igreja, mas insistiam na autonomia do clero em assuntos religiosos”, posição que os colocava como “defensores da supremacia da autoridade do papa”.¹⁶⁰

Como a autora reitera, após a outorga da Constituição, o “controle sobre a Igreja por parte das autoridades governamentais tendeu a aumentar”. Diferentes ações explicitaram tal “política que, para alguns de protetora da Igreja se tornara usurpadora”.¹⁶¹ Em vista disto, até 1828, a Mesa de Consciência e Ordens, instituição régia transferida para o Brasil com a vinda da Família Real, geria, por exemplo, o “provimento do Clero e outros assuntos eclesiásticos”. Depois desse período, tais atribuições foram passadas para o Ministério da Justiça e, *a posteriori*, para o Ministério do Império:

Considerando todos os quadros eclesiásticos como funcionários públicos; nomeando párocos; negando à Santa Sé a possibilidade de receber recursos oriundos dos fiéis; limitando as funções episcopais; inibindo a criação de novas dioceses; possibilitando recurso de apelação aos magistrados seculares sobre decisões dos tribunais eclesiásticos; proibindo as novas ordens religiosas de receberem noviços (1855); regulamentando seminários (1863); utilizando a paróquia como célula da vida política e civil; legislando sobre divisões eclesiásticas, conventos e associações religiosas, como as irmandades; e interferindo em construções de igrejas e capelas, devoções e festas religiosas, o Estado imperial controlava totalmente os assuntos religiosos e eclesiásticos.¹⁶²

que a Monita Secreta tornou-se uma importante arma no ataque aos loyolanos. De acordo com a autora, o documento reservado a membros selecionados da Ordem tinha “o objetivo de instruir procedimentos que promovessem o aumento do poder temporal e as riquezas da Companhia de Jesus através de métodos *pouco católicos*”. Contudo, os próprios jesuítas negavam a autenticidade do mesmo. Com a restauração da Ordem em 1814, as edições da obra teriam se multiplicado, devido aos impulsos tecnológicos da imprensa, e os “detratores da Companhia de Jesus se esforçaram-se para demonstrar a autenticidade do documento”. Para mais informações sobre o documento jesuítico, ver: FRANCO, José Eduardo; VOGEL, Cristine. *As monita secreta: História de um best-seller antijesuítico. PerCursos*. Florianópolis, v.4, n.1, 2003.

¹⁶⁰ ABREU, Martha. Igreja. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 149.

¹⁶¹ Marta Abreu ressalta que os historiadores da Igreja acreditam que a “direção regalista nos assuntos religiosos na primeira metade do século XIX”, teria propiciado uma “religiosidade católica falsa ou superficial”, por conta do “predomínio de sacerdotes afastados dos assuntos espirituais que defendiam a soberania do poder civil sobre os assuntos religiosos e a autonomia dos bispos em relação ao papa”. Todavia, para a autora, se analisado por uma outra perspectiva, “essa mesma direção regalista pode ser encarada com uma forma diferente de administrar o catolicismo. Afinal, representantes do clero liberal, a exemplo do padre Feijó, também defendiam um projeto de revigoração da ação religiosa e moral”. ABREU, op.cit., 2002, p.148.

¹⁶² ABREU, op.cit., 2002, p.148.

Ao passo que se aproximava o fim do século XIX, as posições ultramontanas no interior da “elite eclesiástica tornaram-se dominantes e cada vez mais radicais”, seguindo o “movimento católico antiliberal centralizado em Roma”. De acordo com Marta Abreu, o relacionamento entre os ultramontanos e a “elite dirigente imperial, majoritariamente regalista, anticlerical e laica, apesar de católica” foi caracterizado por uma sucessão de contratempos. De modo que o “clero ultramontano” questionava o desprezo imperial “com o investimento em seminários, com a nomeação de novos sacerdotes, com a importância da educação religiosa na formação dos cidadãos e com autonomia excessiva das irmandades religiosas”. Na década dos anos 1870, testemunhou-se a mais “famosa crise” entre o Estado monárquico e a Igreja, a chamada “Questão Religiosa” (1872 a 1875).¹⁶³

Desta maneira, na década de 1850, como explicita Simone Domingos, entre os sócios do IHGB, predominaram leituras sobre os loyolanos que não descartaram por completo o trabalho dos mesmos, porém, apresentaram “restrições quanto à sua atuação no passado e no presente”. As maiores críticas recaíram sobre a “acumulação do poder espiritual e temporal em suas mãos, o que os tornava competidores e obstáculos ao poder estatal”.¹⁶⁴

Em consonância com a leitura historiográfica adotada pelos sócios do IHGB evidenciada por Simone Domingos, no contexto dos anos de 1850, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro mantém uma postura crítica em sua investigação sobre a Companhia de Jesus. Se antes o letrado, por meio dos impressos, realizava uma defesa apaixonada dos jesuítas, a ponto de se considerar um apologista da causa destes, nos trabalhos elaborados no âmbito do Instituto podemos perceber uma reavaliação do papel histórico dos religiosos. Dessa forma, seus importantes feitos no período colonial – a civilização das populações indígenas e a propagação do catolicismo –, como veremos adiante, são destacados como atributos louváveis e dignos de gratidão pela prosperidade a que se encontrava o Estado Imperial. No entanto, para o letrado, a Ordem no Brasil e em outras partes do mundo “passou por diferentes fazes, e corrompeo-se com o passar dos tempos”. Assim, esboça uma resposta à questão na qual sua abordagem se estruturou, se os jesuítas foram prejudiciais ou não a nação, e sobre isto enuncia:

Como brasileiro não deixaremos jamais de tributar o testemunho da nossa gratidão pelos serviços que ao paiz prestaram: nós tudo lhe devemos; formam a antiguidade da nossa história, e foram os architectos da presente

¹⁶³ ABREU, op.cit., 2002, p.149.

¹⁶⁴ DOMINGOS, op. cit., 2009, p. 136.

prosperidade e da nossa futura grandeza. Hoje porém não dezejamos a sua volta: ser-nos-ia ella damnosa, uma vez que se não despissem, pizando as nossas fronteiras, do manto de políticos; o que seria talvez exigir d'elles o impossível. Conscios da sua superioridade intellectual, querem dominar por ella; esquecem muitas vezes o lugar de modestos operarios do Evangelho para se emaranharem no intrincado labirinto da política, e então tornam-se prejudicaes, deixam de ser uma congregação religioza para se converterem em seita política, em carbonários da Igreja. Tal é a nossa opinião.¹⁶⁵

A conclusão sobre a Ordem dos jesuítas é contundente: apesar de todas as suas realizações no passado colonial, estes não eram bem-vindos no presente oitocentista. A ambição dos loyolanos, que deixam de agir como “ modestos operários do evangelho” para operar no “labirinto da política”, não era compátivel com o projeto de nação que se construía no século XIX, ao contrário, era danosa e prejudicial. Conforme evidencia Felipe Narita, o cônego “anatemiza o ultramontanismo de seu tempo, sobretudo, na imagem dos inacianos (que ‘exerciam o mais cruel dos despotismos que existe na terra, a autocracia do pensamento’) [...]”¹⁶⁶

Algumas anos antes, Fernandes Pinheiro no artigo “Ainda sobre o clero”, do impresso *A Tribuna Catholica*, endossava a sua perspectiva ao alertar sobre a simplicidade que a carreira eclesiástica deveria seguir. De acordo com o letrado:

Antes de se alistarem os moços nas fileiras ecclesiasticas consultem bem a sua vocação; não se ordenem com o unico fim de ganhar dinheiro, e de passar vida folgada. A carreira ecclesiástica não é de gosos, de prazeres, e sim d'abnegações e de sacrificios. Pregoeiros do Evangelho devem edificar o povo pela sanctidade dos seus costumes: e expondo seus dias entre os horrores da peste levar o balsamo da consolação, ás almas dos infelizes. Possam alfim, percorrendo o deserto do mundo, arrimados em seu bastão peregrino, fazer chegara linguagem da verdade aos ouvidos dos grandes da terra.¹⁶⁷

Ademais, Simone Domingos esclarece que, no “impasse entre afastar os loyolanos da sociedade brasileira” e preservá-los como personagens da história nacional, o caminho seguido pelos sócios do IHGB foi, nesse segundo momento, o de “assumir um discurso

¹⁶⁵ PINHEIRO, op. cit., 1855, p. 164.

¹⁶⁶ PINHEIRO apud NARITA, Felipe Ziotti. O tempo sagrado: História e Religião na obra do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Franca: Programa de Pós-graduação em História, UNESP, dissertação de mestrado, 2012, p. 103.

¹⁶⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Ainda sobre o clero. *A Tribuna Catholica*. Rio de Janeiro, n.9, 1851, p. 2-3.

alinhado à orientação da “política de conciliação”, ou seja, poupando submissos e debelando os soberbos”. De outro modo, “não se negaria a atuação dos padres no passado colonial, mas também não se apoiaria seu retorno ao Brasil já que havia o receio de que se transformassem ‘num estado dentro do estado’”. Assim, difundiu-se uma postura na qual a atividade de “religiosos (menos jesuítas) e leigos como agentes civilizadores no Império deveria ser tutelada pelo Estado”.¹⁶⁸

A historiadora assegura que a liderança exercida pela Ordem inaciana no período colonial foi entendida como “um governo *paralelo* incompatível com as expectativas da nação brasileira”. Por conta disto, a “aplicação do modelo catequético para a civilização e cidadania dos indígenas tornou-se inviável” e, portanto, impediu que a Companhia de Jesus fosse “parte constitutiva do projeto nacional”, uma vez que “não compartilhava dos anseios *comuns* da nova pátria, ou seja, não tinha um sentimento de *pertencimento* e, por isso, seus membros eram como *Estrangeiros* nessas terras”.¹⁶⁹

2.3 – A suprema sabedoria de Deus em governar: o argumento providencial e civilização pelos jesuítas

A idade média acaba de mergulhar-se no occaso da historia: começam os tempos modernos marcados por gigantescos e providenciais acontecimentos [...] O mundo entra em nova faze: a hegira da civilização.
Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.¹⁷⁰

Nas produções historiográficas do cômego, verificamos uma forte associação da questão jesuítica com o tema da civilização e, por extensão, com o recurso ao argumento providencial. No estudo intitulado “Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuítas no Brazil”, publicado em 1856 na *RIHGB*, o letrado, em diferentes momentos, relaciona a Companhia de Jesus à missão civilizatória. Um exemplo contundente é quando discorre sobre os primeiros anos da catequese no Brasil:

¹⁶⁸ DOMINGOS, op. cit., 2009, p. 5.

¹⁶⁹ DOMINGOS, op. cit., 2009, p. 170.

¹⁷⁰ PINHEIRO, Ensaio sobre os Jezuítas, op. cit., 1855, p. 73.

Na primeira fase da catechese, investidos das funções de legítimos tutores, traçavam a linha de conducta, que deveriam seguir seus pupilos [...] Assim, os vemos acumular os cargos de parochos com os de juizes e administradores; mas tal accumulacão tornava-se então de indeclinavel necessidade: ninguem senão eles podia se entender com as hordas antropophagas, que com tantas fadigas e perigos chamavam ao gremio da vida civilizada.¹⁷¹

Como evidencia Manoel Salgado, a “leitura da história” realizada pelo IHGB foi caracterizada por um “duplo projeto”, a saber: “dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso”. Assim, o Estado imperial retratado pelo Instituto deveria “surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia”. Tarefa laboriosa, tendo em vista que a “realidade social brasileira” diferia profusamente da que se tinha como paradigma.¹⁷²

Apesar de demarcar claramente que, para as nações ocidentais, havia sentidos distintos para a noção de civilização, Norbert Elias ressalta que este conceito expressava a consciência que o Ocidente tinha de si mesmo. Por isto, as sociedades ocidentais buscaram por meio de tal expressão evidenciar o que possuíam de “caráter especial” e aquilo do qual tinham orgulho.¹⁷³ A palavra foi, sem dúvida, uma das mais utilizadas “pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas do Brasil Imperial”.¹⁷⁴ Para essas elites imperiais, as “razões e os motivos da civilização” se transformaram, ao longo do Oitocentos, em uma “obsessão a ser perseguida para superação de todos os males e problemas do país”.¹⁷⁵

Nesse sentido, Demétrio Magnoli evidencia que a “percepção da elite imperial estava permeada por uma ambiguidade, ou uma duplicidade”, isto é, a “elevada imagem que fazia de si mesma não tinha correspondência na imagem que fazia do país”, na medida em que se considerava uma parte da “civilização europeia condenada aos trópicos”. Logo, a “civilização e as luzes” seriam “atributos seus, que implicavam um programa de ação – civilizar o Brasil”. Os próprios Institutos históricos e geográficos surgem como “parte desse programa de

¹⁷¹ PINHEIRO, J.C. Fernandes. Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuítas no Brasil. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIX, n. 23, 1856, p. 386.

¹⁷² GUMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos- Caminhos da Historiografia*. Vol. 1, 1988, p.8.

¹⁷³ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 1,1993, p. 23.

¹⁷⁴ ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 141. De acordo com Marta Abreu, nos dicionários oitocentistas “civilidade” significava “cortesia”, ‘urbanidade’, ‘polidez’, ‘boa educação’, ‘boas maneiras’, ‘delicadeza’, ‘etiqueta’, ou seja, tudo que se opunha à rusticidade grosseira dos setores sociais mais baixos”. ABREU, op. cit., 2002, p. 141-142.

¹⁷⁵ ABREU, op. cit., 2002, p. 142.

resgate”, cuja ambição era “elevar o país à altura da sua classe dirigente, tornando-o digno de figurar no mundo civilizado”.¹⁷⁶

A partir de tais premissas, nos parece coerente a constante referência à civilização que Fernandes Pinheiro empreende nos seus trabalhos, cujo objeto central é a Companhia de Jesus, tendo em vista também a conjuntura vivenciada pelo retorno dos religiosos no século XIX. De certa forma, ao privilegiar esse conceito em algumas passagens do seu texto, o eclesiástico dá conta de questões historiográficas pertinentes ao momento vivenciado no presente. Manoel Salgado sublinha que para os “círculos intelectuais” ocupar-se da temática indígena ganhou “sentido exatamente no momento em que a tarefa de construção da nação colocava-se como prioritária”. Isto significava refletir sobre o lugar dos autóctones no projeto que estava sendo edificado, “definindo um saber sobre estes grupos, para ser tornado memória, a fixar e transmitir”.¹⁷⁷

De acordo com o autor, os estudos a respeito das “experiências jesuíticas no trabalho com os indígenas ganharão prioridade na *Revista* com o objetivo de valer-se dessa experiência histórica para a implementação de um ‘processo de civilização’ capaz de englobar também as referidas populações”. Essas lições obtidas através da investigação das ações civilizatórias dos jesuítas no período colonial são destacadas por Fernandes Pinheiro da seguinte forma:

O vicio radical de todos os systemas de catechese até hoje seguidos entre nós é o de não ter-se querido attender ás diversas phases, que ella apresenta. Emquanto o selvagem erra pelas florestas tam livre como o vento, que agita os leques das suas palmeiras, o único poder capaz de attrahe-lo, fazendo-lhe comprehender as vantagens da vida civilisada, é o da religião. Só o ministro de Deus pode ser ouvido pelos filhos primogênitos da natureza: so os seus preceitos podem ser obedecidos.¹⁷⁸

Nota-se que, para o eclesiástico, a condição *sine qua non* para atrair os índios à civilização era a religião, somente o catolicismo teria poder suficiente para convencê-los. Esta prerrogativa é ratificada quando diz que “foi o sentimento religioso, profundamente gravado

¹⁷⁶ MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997, p. 95.

¹⁷⁷ GUIMARÃES, op. cit., 1988, p. 20. A respeito da constituição de um saber etnográfico sobre os indígenas no Brasil oitocentista, ver: KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. DH/PUC-Rio, 2005, tese de doutorado; TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, tese de doutorado.

¹⁷⁸ PINHEIRO, Breves reflexões sobre o systema de catechese, op. cit., 1856, p. 395. (grifo nosso)

em todos os corações, que civilizou o mundo”.¹⁷⁹ Todavia, como visto, a civilização pelo evangelho não deveria mais passar pela tutela da Ordem inaciana e, sim, pelo crivo do Estado Imperial.

O recurso a explicações providencialistas manifesta-se na narrativa quando Fernandes Pinheiro aborda a própria criação da Companhia de Jesus como intercessão divina. O cônego argumenta que Inácio de Loyola, após ferir-se em batalha, entra em reclusão e solicita uma leitura romanesca característica de sua época, porém, “por uma disposição particular da Providência, não foi possível encontrar semelhantes livros em todo um castello feudal, trazendo-se-lhe em seu lugar a *Vida de Jesus Christo* e o *Flos Sanctorum*”. Teriam sido tais obras, enviadas do céu, as responsáveis por fazer o jesuíta deixar de “querer combater os Mouros” e dedicar-se “à grande obra de conversão dos infies”.¹⁸⁰

Fernandes Pinheiro reitera o nascimento da Companhia de Jesus como uma “necessidade que tinha a igreja de oppôr-se ao grande demolidor saxonico”, fazendo referência à reação católica frente aos avanços do protestantismo. Até o nome da instituição “novo nos annaes christãos, indicava que era destinada para a luta”, definindo-os como “verdadeiros gladiadores do evangelho” que “desciam á arena para defender os princípios que por quinze séculos tinha venerado o mundo”.¹⁸¹

É importante atentar que não pretendemos realizar um estudo a respeito da fundação da Companhia de Jesus, pois nos interessa, especialmente, investigar as maneiras como tal instituição foi problematizada por Fernandes Pinheiro e como o autor fez usos da providência divina na historiografia que elabora sobre o tema. Assim, consideramos imprescindível fazer uma investigação acerca dos significados atribuídos ao termo no cenário oitocentista. No *Dicionário da Lingua Portugueza* (1824), sistematizado por Antonio Moraes e Silva, temos a seguinte definição: “PROVIDENCIA, a suprema sabedoria, com que Deus rege, e dirige tudo; Direcção para se fazer alguma coisa, evitar algum danno, remediar alguma necessidade presente, ou por vir”.¹⁸² Alguns anos depois, em 1832, no *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, encontramos um significado semelhante: “Providencia, a

¹⁷⁹ PINHEIRO, Breves reflexões sobre o systema de cathechese, op. cit., 1856, p. 379.

¹⁸⁰ PINHEIRO, Breves reflexões sobre o systema de cathechese, op.cit., 1856, p. 75.

¹⁸¹ PINHEIRO, Breves reflexões sobre o systema de cathechese, op. cit., 1856, p. 382.

¹⁸² SILVA, Antônio de Moraes. Providencia. *Diccionario da Língua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, 1755-1824*, p. 260.

suprema sabedoria de Deos em governar, e dirigir tudo; Ordem para fazer alguma cousa".¹⁸³ E, já em 1859, período relativamente próximo às publicações de Fernandes Pinheiro, no *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*, de Eduardo de Faria, encontra-se "Providência – previsão, disposição antecipada de meios para obter algum fim. *Divina* ou *Summa* –, a sabedoria de Deus que rege e dirige o universo. Tomar, dar as – necessárias, em caso urgente, ou para acautelar, obviar algum perigo previsto".¹⁸⁴

Nota-se que os dicionários definem, de forma aproximada, a expressão "providência" como a sabedoria com que Deus governa ou dirige tudo. Identificamos um sentido similar atribuído por Fernandes Pinheiro, quando discorre sobre a descoberta do Novo Mundo. De maneira geral, não há uma menção direta à expressão, porém, é nítida a atribuição feita a Deus por dirigir os homens à descoberta das novas terras:

N'este seculo, em que tão grandes perdas experimentava o nosso culto, permitiu Deos, que imensas regiões fossem abertas á propagação do catholicismo exactamente pelas duas nações as mais orthodoxas do mundo. Vasco da Gama e Colombo ofereciam nas Indias e na America um campo digno de ensaiarem as suas forças os novos apóstolos do catholicismo.¹⁸⁵

Sobre a permanência do providencialismo no saber historiográfico no século XIX, Marcelo Gantus Jasmin nos oferece uma interessante chave de investigação ao examinar a célebre obra *A Democracia da América* (1835), de Alexis de Tocqueville. Segundo o autor, umas das grandes questões no argumento tocquevilliano consiste no "recurso escancarado à Providência, como princípio explicativo do processo histórico", quando este propôs que a "revolução democrática", isto é, o afastamento progressivo das diferenças sociais entre nobres e plebeus, seria uma "realidade providencial".¹⁸⁶

A análise de Marcelo Jasmin concentra-se, exatamente, na averiguação dos papéis que o providencialismo cumpriu na narrativa de Tocqueville. Desta maneira, pressupõe que a proposição providencialista exerceu uma "tríplice função" no texto. A função retórica, cuja tarefa era de convencimento da "inviabilidade do retorno ao Antigo Regime"; uma segunda, "cognitiva" que conferiu "inteligibilidade ao processo de longo prazo sem reforçar as

¹⁸³ PINTO, Luiz Maria da Silva. Providencia. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Typographia de Silva, 1832, s/n.

¹⁸⁴ FARIA, Eduardo de. Providência. *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E. C. 4ª edição, volume II, 1859, p. 998.

¹⁸⁵ PINHEIRO, Breves reflexões sobre o systema de cathechese, op.cit., 1855, p. 83.

¹⁸⁶ JASMIN, Marcelo Gantus. Tocqueville, a Providência e a História. *Dados*. Rio de Janeiro, v.40, n. 2, 1997, s/n.

perspectivas materialistas do acaso ou da legalidade imanente à história”; e por fim, uma terceira, “ético-política” que tencionou a “determinação do lugar da ação humana responsável e de suas possibilidades no mundo contemporâneo”.¹⁸⁷

O autor ressalta que a identificação de uma “função retórica de persuasão política” que coube ao providencialismo não anulou simplesmente a sua consistência. Para ele, é possível se “chegar a uma hipótese plausível acerca da sinceridade” do “argumento providencial que não contradita, nem exclui, seus usos retóricos”. Os pressupostos de Marcelo Jasmin são fundamentais, portanto, na tarefa de problematização da utilização da concepção providencialista da História, sobretudo porque é “no estudo dos usos aos quais serve o termo Providência que melhor podemos estabelecer os seus significados historiográficos e políticos”.¹⁸⁸

Conforme identificado na análise dos relatórios de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, no primeiro capítulo desta dissertação, a providência cumpria uma função semelhante à de um *ator político*. Assim, na escrita historiográfica sobre a Ordem inaciana novamente percebemos esta atribuição, quando ela se torna a responsável por guiar Pedro Álvares Cabral até as Américas e, com isso, permitir que, com apenas nove anos de criação da Companhia, os loyolanos pudessem propagar o evangelho cristão no Brasil:

A Terra parecendo faltar para as conquistas pacíficas dos jesuítas, o mundo de Colombo offereceu ampla seara aos operários do Evangelho; e até o nosso Brazil, que o acazo ou antes a Providencia revelara a Cabral, recebia os companheiros de Nobrega nove annos apenas depois da solemne fundação da companhia.¹⁸⁹

Da mesma forma, a intercessão divina também permitiu que os primeiros loyolanos do território brasileiro fossem virtuosos, quando o letrado afirma: “Permittiu Deos que os primeiros provinciais da ordem que viveram entre nós, fossem todos de eminentes virtudes e, que se dedicaram inteiramente pelo bom êxito da catechese” e, assim, conclui que “Nobrega, Luiz da Gran, e sobre todos Anchieta deixaram grata recordação na nossa História”.¹⁹⁰

¹⁸⁷ JASMIN, op. Cit., 1997, s/n.

¹⁸⁸ JASMIN, op. Cit., 1997, s/n.

¹⁸⁹ PINHEIRO, op. cit., 1855, p. 85.

¹⁹⁰ PINHEIRO, op. cit., 1856, p. 386.

Hugo Hruby, ao debruçar-se sobre o IHGB entre os anos finais do século XIX e os primeiros anos do século XX, evidencia que o saber histórico no Instituto se “via submetido a conformações religiosas”. Deste modo, argumenta que a presença do catolicismo na agremiação dava-se não só pela “atividade profissional de alguns dos seus sócios ou opção de culto de outros”, “nem somente pela escolha de temas a serem estudados na História do Brasil”, este, “fazia parte, outrossim, do modo como compreendiam a História e a ciência”.¹⁹¹

O autor salienta que o comportamento da Igreja acabou por “colocá-la em uma posição de isolamento num mundo em que predominava a ideia de um progresso contínuo fundado sobre o desenvolvimento da ciência”. Deste modo, nos anos finais do século XIX, a Igreja propõe uma “harmonização entre a razão, a ciência e o discurso católico”.¹⁹² Para Hruby, é “nesse rearranjo de experiências e expectativas na conduta católica” que os discursos dos sócios devem ser contextualizados, uma vez que, nas falas dos próprios membros da agremiação, “estavam expressas as tentativas de reconciliação da Igreja com a modernidade”.¹⁹³

Assim, Hugo Hruby demonstra que as “discussões sobre História, ciência e fé marcavam os discursos dos sócios em pleno início do século XX”. Segundo ele:

Os religiosos tinham uma efetiva contribuição aos estudos históricos por suas peregrinações por amplos espaços do território nacional e porque representavam a maior instituição propagadora da Civilização Universal. Além disso, o amor à Pátria viria através do exercício do amor a Deus: do púlpito emanariam lições de patriotismo. O problema do Catolicismo estava na falta de comprovação documental. A fé, a crença e o dogma dispensavam a necessidade de documentos. Que maior prova do que a vontade divina? A própria religiosidade estava a alimentar muitas das lendas sobre o passado do país que deveriam ser extirpadas pela crítica documental. Entretanto, não se poderia dispensar esta imensa rede de testemunhas oculares com seus registros e estudos nos mais distantes cantões do país. Assim como os clérigos utilizavam-se da História para legitimar suas pregações, os historiadores não poderiam dispensar a estrutura da Igreja Católica em suas pretensões.¹⁹⁴

¹⁹¹ HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2007. Dissertação de mestrado, p. 126 -127.

¹⁹² HRUBY, Hugo, op. cit., 2007, p. 130.

¹⁹³ HRUBY, Hugo, op. cit., 2007, p. 131.

¹⁹⁴ HRUBY, Hugo, op. cit., 2007, p. 135.

A partir de tais afirmações, Hruby discorda dos argumentos de Arno Wehling quanto a um “antiprovidencialismo iluminista dos fundadores do IHGB” com a recusa da ideia agostiniana de processo histórico fixado por Deus, defendendo que, mais de cinquenta anos depois da fundação do IHGB, a Providência era um elemento que não poderia ser relegado nos estudos históricos realizados pelos seus sócios.¹⁹⁵

De modo geral, Hruby evidencia que o “fazer história no Instituto Histórico, longe de um caráter homogêneo delimitado, tentava acomodar, apesar das tensões geradas, razão, Providência e leis”. Para o autor, o conhecimento histórico ao fim do século XIX estava em “meios aos debates entre a fé a razão”, procurando “legitimar-se através das leis da Natureza, dos homens ou de Deus”. Naquele contexto, há não somente fronteiras pouco demarcadas entre os saberes científicos, mas também entre os membros do Instituto havia uma “indefinição epistemológica”.¹⁹⁶

Os argumentos de Hruby ampliam nosso horizonte de análise dos usos da providência divina, já que demonstram que o debate sobre catolicismo e fé na escrita da História ultrapassaram os limites da Monarquia. Portanto, a discussão que propõe, de certa forma, nos assegura da necessidade de se refletir sobre tais questões no saber histórico produzido em meados do século XIX e no caso, em especial, da historiografia elaborada por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Até aqui podemos afirmar que o catolicismo foi peça estruturante de sua argumentação sobre passado colonial. Não podemos dizer que o recurso à religião nasce de sua proximidade com a Igreja como eclesiástico, pelo nosso óbvio distanciamento temporal do mesmo e, tendo em vista, que o próprio letrado não justifica tais utilizações. Parece-nos muito mais, pela naturalidade com que é empregado, que o argumento divino em Fernandes Pinheiro faz parte das concepções que engendram seu pensamento histórico. A providência integra ou compõe uma noção de escrita da História na qual também é mobilizada como ator/agente político, na medida em que é utilizada para explicar eventos passados que dão conta de questões políticas e religiosas do presente. Para o cônego, a providência age, sobretudo, em benefício de um Império.

Dito isto, acreditamos que os escritos históricos de Fernandes Pinheiro sobre a Companhia de Jesus percorreram as exigências historiográficas da instituição, o IHGB, e do

¹⁹⁵ HRUBY, Hugo, op. cit., 2007, p. 135.

¹⁹⁶ HRUBY, Hugo, op. cit., 2007, p. 136-137.

contexto a que pertenciam. Ou seja, esmerilhar a trajetória da Ordem no Brasil, listando suas contribuições à nação na época colonial, tal como a civilização e a própria propagação da religião católica. Mas, por outro lado, também alertando para os erros e vícios cometidos pelos loyolanos, de modo a evidenciar que seu retorno não se configurava como algo benéfico à Monarquia.

Ao fim deste capítulo, gostaríamos de destacar, contudo, uma destas contribuições inicianas abordadas pelo cônego:

Ninguém, que tenha se ocupado com as couzas da nossa terra, ignora, que foram os jesuítas, que poderosamente contribuiriam, já por seus conselhos, já pela sua amizade com os indígenas, para o triunfo da expedição de Estacio de Sá [...] A fundação d'esta cidade, destinada a ser a capital de um grande império, a rainha d' America meridional, foi a consequência imediata da expulsão dos invasores. Sem os jesuítas, sem os seus patrióticos esforços, talvez que os Francezes tivessem permanecido na nossa cidade. O tempo urgia; D. João III tinha cessado de existir; e o reinado seguinte devêra ser o ultimo que contasse Portugal antes do fatal eclipse da dominação espanhola, e é fácil ajuizar, si durante ella poderia o Brazil libertar-se da dupla invasão dos Hollandezes ao norte e dos Francezes ao sul.¹⁹⁷

Quisemos encerrar nossas proposições com este trecho específico, por um motivo muito claro. Fernandes Pinheiro relega à Companhia de Jesus um papel fundamental nos embates contra os estrangeiros que estiverem no território do Brasil. Acreditamos que, juntamente com o tema do jesuitismo, as invasões holandesas e francesas foram os dois principais objetos de pesquisa privilegiados na produção historiográfica elaborada pelo letrado no IHGB. A referência aos embates no “Ensaio sobre os Jesuítas” reflete também uma característica que podemos identificar em seus modos de escrita da história, no qual os temas de estudo são inter-relacionados, em grande parte, de seus escritos.

No próximo capítulo, investigaremos os usos do providencialismo nas narrativas históricas produzidas por Fernandes Pinheiro, que dão conta da expulsão dos estrangeiros do Brasil. Assim, iremos discutir a formação da nacionalidade brasileira, sob a perspectiva de tais invasões, articulada ao catolicismo. Buscamos traçar uma relação destes dois elementos com a elaboração de um discurso cujo propósito seria a legitimação e enaltecimento da monarquia de D. Pedro II.

¹⁹⁷ PINHEIRO, op. cit., 1855, p. 132-133.

CAPÍTULO III – *O LAÇO MAIS PODEROSO D’UNIÃO: O CATOLICISMO NA CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE*

– A expulsão dos franceses e a ação divina na formação dos brasileiros

Não cabe à historia o avaliar das intenções de quem quer que seja; o santuario d’alma fica impenetravel aos olhos dos homens; só Deus póde nelle encontrar motivos para galardão, ou castigo.
Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro¹⁹⁸

Publicada em 1859 na *Revista* do IHGB, a obra “França Antartica”, redigida por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, propôs uma análise da presença francesa no Brasil colonial a partir de uma questão historiográfica similar àquela que orientou sua investigação sobre a temática jesuítica, discutida no capítulo anterior. Na introdução do trabalho, o letrado explicita o problema em que circunscreveu sua abordagem, ou seja, “si a expulsão dos francezes foi útil, ou prejudicial ao Brasil”, advertindo logo em seguida, que estava inclinado à primeira das duas hipóteses.¹⁹⁹

Motivado pelo amor à pátria e o desejo de explicitar os “fatos gloriosos” do passado nacional, o cônego pretendia examinar a invasão francesa através da “linguagem da imparcialidade” que, segundo ele, ainda não havia sido utilizada pelos autores “quer nacionaes, quer estrangeiros” que o antecederam. O primeiro-secretário cita os letrados que serviram de referência em sua análise. Entre eles, estão os cronistas Simão de Vasconcellos Jaboatão, Sebastião da Rocha-Pitta, Frei Gaspar, Silva Lisbôa e Francisco Pizzaro que, para Fernandes Pinheiro, escreveram sem crítica alguma. Além desses, os franceses André Thevet e Jean de Léry teriam travado entre si uma “encanercida lucta” sobre o assunto. Hans Staden pouco lhe serviu na redação da obra e, por fim, os valiosos escritos de Senrs, Ferdinand Denis, Varnhagen e Joaquim Norberto eram considerados de grande auxílio e dignos, portanto, de sua gratidão.²⁰⁰

A aproximação com Ferdinand Denis não se limitou às leituras e utilizações de seus trabalhos históricos. Como evidencia Carlos Augusto de Melo, a partir dos anos 1860, Fernandes Pinheiro estabeleceu uma relação de amizade com o francês através de um profícuo

¹⁹⁸ PINHEIRO, J.C. F. *França Antartica*. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXII, 1859.

¹⁹⁹ PINHEIRO, *França Antartica*, op. cit., 1859, p. 5.

²⁰⁰ PINHEIRO, *França Antartica*, op. cit., 1859, p. 4.

envio de correspondências. Nessas cartas, consideradas por Melo como documento de grande valor devido à troca de pensamentos e informações entre os autores oitocentistas, comentava-se as obras elaboradas pelos mesmos. Tal contato, provavelmente, foi iniciado pelo cônego por motivações pessoais e também devido a sua função de primeiro-secretário, cuja atribuição incluía difundir a *Revista* do IHGB através do envio de remessas do periódico aos intelectuais de seu tempo. O cargo oferecia uma possibilidade de estabelecer ligações e diálogos informais, visto que, o letrado “sempre aguardava um parecer crítico dos textos que escrevia”.

201

Além da RIHGB, o cônego aproveitou este espaço de discussão para enviar a Denis suas produções, como ocorreu com a primeira edição do “Curso Elementar de Literatura Nacional” (1862) e os próprios trabalhos publicados no Instituto. O encaminhamento das obras visava divulgá-las no ambiente intelectual da Europa e obter, através das cartas, as “opiniões críticas de um respeitável pesquisador europeu, como era considerado Ferdinand Denis”.²⁰² Segundo Melo, o letrado buscava com frequência novas interlocuções com autores nacionais e internacionais, para que pudesse desenvolver “relações e ser visto com distinção”. A busca por essa proeminência é explicitada pela investigação das suas correspondências, nas quais se confirma a “habilidade empreendedora do intelectual em construir laços amigáveis e fortes [...] com os mais conceituados nomes da época, envolvendo trocas ou favores oficiais que, posteriormente, garantiam-lhe um retorno pessoal”.²⁰³

Ferdinand Denis, diretor da Bibliothèque Sainte Geneviève, localizada em Paris, possuía grande prestígio no seio da elite letrada brasileira do século XIX, por conta de suas viagens e trabalhos sobre o Brasil. Segundo Margarete Edul, o autor figurou como um “especialista em assuntos brasileiros”, o que o tornou um dos “maiores correspondentes dos homens cultos” do Império, até mesmo de D. Pedro II.²⁰⁴ Assim, a autora toma por hipótese a prerrogativa de que a troca de correspondências por parte de Fernandes Pinheiro continha um desejo de projeção de seu nome e obras. Para ela, seria provável que o eclesiástico beneficiava-se das cartas para “cair nas boas graças do historiador francês, afinal, além de seu (justo) desejo de integrar os quadros do Instituto Francês, se a obra do cônego tivesse uma

²⁰¹ MELO, Carlos A. “Do cânone à margem: o ‘destino’ do cônego Fernandes Pinheiro na história da crítica brasileira”. In: *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil*. UNICAMP, 2006, dissertação de mestrado, p. 19.

²⁰² MELO, op. cit., 2006, p. 20.

²⁰³ MELO, op. cit., 2006, p. 18.

²⁰⁴ SOUZA, Margarete Edul Padro de. Fernandes Pinheiro e as relações França-Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, nº. 3, setembro, 1995, p. 129.

apreciação positiva por parte de Denis, quem ousaria no Brasil daquele tempo, contestá-lo?”.²⁰⁵

Assim, Fernandes Pinheiro destaca não querer que seu juízo em “França Antártica”, seja tido como “infallível”, pois possuía por intenção “unicamente despertar ingenuos curiosos, chamando á arêna da discussão” de um tema que tanto o interessava.²⁰⁶ Ambicionando narrar “sem amor nem ódio” os feitos franceses, o eclesiástico afirma que seu trabalho “nada tem de definitivo: é apenas um estudo histórico; um *gymnasio*”, no qual depositou suas forças para outros estudos “de maior magnitude” que possuía em mente – supomos aqui tratar-se da temática em torno das invasões holandeses, a qual veremos adiante.²⁰⁷

Estabelecidas as proposições que nortearam a escrita da obra, o letrado dá início à narração dos fatos que marcaram a presença da França no período colonial brasileiro. Deste modo, “França Antártica” foi elaborada pelo primeiro-secretário em três partes, a primeira no qual descreve o estabelecimento francês em terras brasileiras e uma segunda e terceira, em que discute mais diretamente o processo de luta para expulsão destes do Brasil, assunto que, em especial, nos interessa. Isto porque, ao narrar tais episódios, Fernandes Pinheiro teceu relevantes argumentos a respeito da união da nação contra o “estrangeiro” que se atrelaram à proposição providencialista. Essa perspectiva torna-se clara quando o autor descreve momentos que antecederam a batalha travada contra os franceses: “O clangor das trombetas e o rufar dos tambores anunciou logo aos despontar d’aurora um dia de peleja: mas nessa era o soldado catholico não se batia com denodo se não contasse com o auxilio do céu”.²⁰⁸

²⁰⁵ SOUZA, op. cit., 1995, p. 132. No artigo “Um fragmento de diálogo nos bastidores da história: Ferdinand Denis e Fernandes Pinheiro”, três correspondências endereçadas ao cônego pelo letrado francês nos anos 1860 foram disponibilizadas e traduzidas. Em uma carta, datada de 05 de agosto de 1862, Denis, por exemplo, menciona o recebimento das obras enviadas por Fernandes Pinheiro: “Eu só posso estar infinitamente sensível com a remessa que, de vossa parte, me foi entregue recentemente e expresso aqui meus mais sinceros agradecimentos. É porque encontrei em vosso livro prazer e instrução que me permito endereçar-vos aqui uma observação alheia, por assim dizer à vossa obra e a qual me diz respeito unicamente”. Já em 24 de abril de 1867, Ferdinand comenta a vontade do eclesiástico de tornar-se sócio do Instituto parisiense “Eu me deixei levar pelo tempo, como ocorre frequentemente em Paris, e o correio para o Brasil parte hoje; não quero que ele nos deixe, sem vos levar algumas palavras minhas provando-vos ao menos que não perdi de vista vossas recomendações. Nada será mais fácil que satisfazer vosso desejo a respeito do *Instituto Histórico de Paris*” e, agradece pelo envio da *RIHGB*: “Por enquanto eu não sei como vos agradecer, senhor abade, o cuidado obsequioso com o qual quisestes completar minha coleção da *Revista* [...]”. Para leitura das cartas na íntegra, ver: TRÍPOLI, Maílde Jerônimo. Et al. Um Fragmento de diálogo nos bastidores da história: Ferdinand Denis e Fernandes Pinheiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, n.º. 3, set., 1995, p.109-115.

²⁰⁶ PINHEIRO, França Antártica, op. cit., 1859, p. 4.

²⁰⁷ PINHEIRO, França Antártica, op. cit., 1859, p. 5.

²⁰⁸ PINHEIRO, França Antártica, op. cit., 1859, p. 51.

A figura de um soldado católico auxiliado por Deus não nos parece um simples recurso narrativo. Se atentarmos, ao longo da obra, para a sua fala a respeito da contenda contra os estrangeiros, percebemos uma clara referência aos desígnios divinos. Para Fernandes Pinheiro, a expulsão dos franceses, bem como a dos holandeses, foi fundamental para que o Brasil se tornasse um próspero Império, pois, segundo ele, a própria providência agiria em benefício do futuro da nação:

Afastando-nos da respeitável opinião do nosso benemérito consocio, o Sr. Dr. Gonçalves dias, que pretende que a expulsão dos francezes levára consigo muitas esperanças procuremos demonstrar o contrario pensando que tanto esta como a dos holandezes fôram de summa vantagem para nossa pátria e em geral para o Brasil inteiro; porque sem isso não seríamos hoje uma nação que pela sua unidade de raça e de religião começa a pesar tão poderosamente na balança dos destinos politicos da America, e parece pela providência chamada a um glorioso futuro.²⁰⁹

No trecho acima, a nítida referência ao providencialismo para enaltecimento da Monarquia evidencia uma preocupação historiográfica que, de certo modo, relaciona-se com uma problemática do próprio contexto político em que o letrado estava circunscrito. Referimo-nos ao tema da nação no Oitocentos, a respeito do qual Felipe Narita faz uma interessante leitura das prerrogativas do cônego. O autor afirma ser evidente nas publicações de Fernandes Pinheiro a vinculação política da escrita da História com o Segundo Império e o próprio monarca.²¹⁰ Narita entende que o primeiro-secretário, ao narrar eventos passados, buscava construir raízes na História, de modo que apresentava o “curso dos tempos com um necessário *vir-a-ser* do Império”. A narrativa sobre os acontecimentos históricos exprimia, portanto, anseios de uma centralização política da nação vivenciados no presente.²¹¹ É importante ressaltar que a História no século XIX, tornou-se componente fundamental no processo de construção das nações e na fixação de uma “memória sagrada para esta invenção social”. Ainda que desconhecido como uma experiência vivida, o passado pôde ser elucidado pelo conhecimento histórico e, a partir deste, foi possível “gerar imagens e dar sentidos para a ação no presente”.²¹² Na perspectiva historicista, como destaca Elias Palti, tal relação figurava

²⁰⁹ PINHEIRO, França Antarctica, op. cit., 1859, p. 108.

²¹⁰ NARITA, Felipe Ziotti. *O tempo sagrado: História e Religião na obra do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Franca: Programa de Pós-graduação em História, UNESP, 2012, p. 90. Dissertação de mestrado.

²¹¹ NARITA, op. cit., 2012, p. 94.

²¹² GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 2000, s.n.

de maneira tão inerente que se tornava impossível conceber a temporalidade histórica fora de certa nação.²¹³

Conforme assinala Rodrigo Turin, a relação instituída no texto entre o historiador e a nação era uma atividade usual na produção historiográfica oitocentista. Em geral, era comum que nos prefácios das obras esse “vínculo pessoal/nacional” fosse ressaltado com o propósito de legitimar o trabalho realizado. Ao demonstrar a “sinceridade, a dificuldade e a utilidade do empreendimento”, estes autores ambicionavam inserir-se no ambiente letrado da época. Assim, Turin observa que seja para antecipar críticas futuras, indicar metodologias de análise ou ressaltar possíveis utilizações da investigação apresentada, desejava-se enobrecer a “missão que constituía o ato da escrita”.²¹⁴ O autor assinala, portanto, que a escrita sobre o passado nacional no Oitocentos era uma ação fundamentalmente política que implicava um “vínculo visceral” entre o autor/historiador e o projeto de nação por ele defendido.

Como um “ato essencialmente político”, a narrativa sobre os eventos históricos nacionais implicava ao seu redator uma reflexão a respeito de tal vínculo. Para Turin, a própria escrita da História transitava pela instauração de uma “relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende”, ou seja, escrever sobre o passado resultava em uma “tomada pública de posição que caracterizasse o par autor-nação”.²¹⁵

Dessa forma, era “em nome da nação e pela nação” que os letrados atuavam no século XIX. O historiador tornou-se “um dos braços mais importantes do Estado na confecção de uma identidade coletiva e na reflexão acerca dos modelos de ação para o governo”. De acordo com o autor, a investigação histórica naquele contexto figurava como uma “matriz científica” de elaboração de estratégias que orientavam a ação da monarquia. Esses letrados através do exame do passado nacional estavam incumbidos de “cantar, tal como um aedo moderno, as glórias do Brasil à posteridade”.²¹⁶

²¹³ PALTÍ, Elias. *A nación como problema*. Los historiadores y la “cuestión nacional”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 45.

²¹⁴ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *Historia da Historiografia*. n. 2, 2009, p. 14. Rodrigo Turín propõe uma análise da “formação da ética que modelou” o ofício do historiador a partir de três elementos existentes na produção histórica oitocentista, são eles: “a sinceridade, a cientificidade e a instrumentalidade”. Estes topoi constituíram a “formalização da prática historiográfica, indo ao encontro do tipo de relação estabelecida entre o historiador, a história e o projeto de nação que se procurava instaurar”. Assim, a escrita da História passava pelos requisitos do “sentimento pátrio”, do “domínio técnico-científico” e pela “pertinência do produto em relação ao seu uso”. TURIN, op. cit., 2009, p. 14.

²¹⁵ TURIN, op. cit., 2009, p. 14.

²¹⁶ TURIN, op. cit., 2009, p. 15-16.

O argumento pátrio compartilhado pelos homens de letras do século XIX, obviamente, também estava presente nos trabalhos historiográficos redigidos por Fernandes Pinheiro. De maneira sutil ou explícita, há em suas proposições um recorrente enaltecimento do Império e da própria nação, que tomava corpo em meados do Oitocentos. Um exemplo desta vinculação entre autor, nação e texto, pode ser encontrado no estudo “Os Últimos Vice-Reis do Brasil”, publicado na *RIHGB* em 1865. No texto, o autor emite um vívido elogio a D. Pedro II e a conquista da independência política:

Vibrando a corda do patriotismo, pedimos venia para protestar que ninguém mais do que nós se honra de ser brasileiro, ninguém mais do que nós rende a homenagem da sua humilde gratidão aos vultos venerados que contribuíram para a grande obra da nossa emancipação política. Reconhecemos que na penumbra do regimen colonial havia homens que trabalhavam afincadamente para um resultado, que só mais tarde e pela iniciativa d’um príncipe magnânimo devêra ser coroado de felicissimo exito. Pertencemos, porém, ao limitadíssimo numero dos *fanáticos*, que sacrificam suas mais caras affeições nas aras da verdade, e para quem a imagem da justiça é uma especie de sombra de Banquo, que assoma imprevista e implacável no ágapes do entusiasmo patriotico.²¹⁷

Na passagem podemos perceber, de modo claro, que o letrado concebe as raízes da emancipação nos feitos coloniais. Contudo, apesar de tal identificação, para ele, o Brasil como uma nação independente só se tornaria uma realidade através da magnificência de um Imperador que pudesse conduzir o país à liberdade. Argumentação que, no nosso entendimento, era empregada para legitimar o governo monárquico e também dignificar seu próprio exame no círculo letrado em que se encontrava inserido. Por esta perspectiva, Manoel Salgado evidencia a existência entre os sócios do IHGB de uma herança iluminista que concebia a História como um processo linear marcado por uma ideia de progresso.²¹⁸ Logo, os sucessos da nação eram narrados através de uma linha evolutiva o que, de certa forma, torna inteligível a referência de Fernandes Pinheiro ao Imperador como o responsável por concretizar esse anseio de liberdade vivido desde os tempos de colônia.

Na própria obra “França Antarctica”, o primeiro-secretário, em diferentes momentos, exalta a figura de D. Pedro II. Um exemplo é quando elogia o caráter libertário de sua administração, “[...] um governo livre, como o que felizmente possuímos, onde impera um

²¹⁷ PINHEIRO, J.C.F. Os Últimos Vice-reis do Brazil, RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 28, 1865, p. 266.

²¹⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos- Caminhos da Historiografia*. Vol. 1, 1988, p.11.

príncipe, cujo palacio semelhante à habitação dos tribunos de Roma, é acessível à todos, tem sempre o povo meios de fazer ouvir a sua voz, e levar suas queixas aos degraus do throno”.²¹⁹ Assim, esta profícua relação entre a monarquia e a elaboração do saber histórico no Brasil se acentuou a partir dos anos 1850, coincidindo com o próprio fortalecimento do governo monárquico. A mudança das instalações do IHGB para o Paço Imperial simboliza o aprofundamento de tal vinculação, uma vez que o Imperador passa a participar assiduamente dos encontros realizados na agremiação, elegendo temas para discussão e reflexão dos letrados, promovendo prêmios e provendo apoio financeiro, o que contribuiu para sua imagem de governante “esclarecido e amigo das letras”.²²⁰

Para Manoel Salgado, a interpretação do passado como uma ratificação do presente, dotada, dessa forma, de sentido político, foi um das características marcantes da proposta historiográfica do Instituto. Os letrados circunscritos naquele espaço intelectual deveriam traçar o “caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica”.²²¹ Nesse sentido, a escrita da História engendrada na agremiação estava comprometida em desvendar as origens da nação e delinear uma identidade própria para o Brasil.²²² Com o processo de consolidação da monarquia, em que a historiografia adquiriu grande relevância, buscou-se também “ressaltar o perfil desse Estado ‘ilustrado’ como portador da civilização e motor do progresso”.²²³ Assim, a ciência histórica foi, no século XIX e, sobretudo dentro do IHGB, “o meio indispensável para forjar a nacionalidade”.²²⁴

Por conseguinte, Fernandes Pinheiro, ao fim da obra “França Antártica”, tece importantes argumentos sobre a tentativa de estabelecimento francês em solo brasileiro que refletem a concepção historiográfica de seu tempo. De acordo com o cônego, existia uma ordem natural que levaria as colônias a superarem suas respectivas metrópoles, tendência similar a como os “filhos deixam a casa paterna quando emancipados”. Através desta lógica, o cônego pressupõe que o “Brasil teria de constituir-se como uma nação independente”, pois no futuro iria se separar de “qualquer nação que o houvesse colonizado”. A questão levantada pelo letrado consistiu em, justamente, examinar se seria “proveitoso o fraccionamento do

²¹⁹ PINHEIRO, França Antártica, op. cit., 1859, p. 69.

²²⁰ GUIMARÃES, op. cit., 1988, p. 10

²²¹ GUIMARÃES, op. cit., 1988, p. 16.

²²² GUIMARÃES, op. cit., 1988, p. 6.

²²³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Tradução Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 78.

²²⁴ GUIMARÃES, op. cit., 1988, p. 14.

territorio entre francezes, hollandezes e portuguezes, ou si a união de todo o paiz debaixo d'uma só nacionalidade".²²⁵ Em sua avaliação, concluiu que a fragmentação territorial só teria gerado consequências danosas ao país:

Não haverá um só brasileiro, verdadeiramente amigo do seu paiz, que desejasse ver quebrado este *magnifico vaso de porcelana*, na expressão de um moderno escriptor nosso; que não agradeça á Providencia Divina de termos conservado essa integridade, base fundamental da nossa futura grandeza. Hollandezes no norte, portuguezes no centro, francezes no sul seriamos fracos e desunidos; falaríamos tres linguas, teríamos talvez duas religiões: e gigante dos trópicos, que quiça deterá um dia no isthmo de Panamá a marcha invasora do audaz anglo-saxonico, fazendo recuar a água do Mississipi, seria olhado com depresso, e nem se quer escutado nos conselhos da America.²²⁶

Nota-se que, na base de sua argumentação, o providencialismo assume função crucial na manutenção da integridade territorial do Brasil. Para Fernandes Pinheiro, através da ação da providência foi possível conservar uma nação unida, fator que seria o sustentáculo da futura grandeza reservada ao Império. Porém, por que motivo o letrado, comprometido com a cientificidade na interpretação do passado, estaria lançando mão de explicações transcendentais para os fatos históricos? Tratava-se de um artifício estritamente retórico? Uma estratégia para captar a atenção de seus leitores e, dessa forma, legitimar a centralidade do Império como uma concessão divina? Ou, por outro lado, o cônego realmente acreditava na intercessão de Deus nos acontecimentos terrenos? Talvez seja possível supor que todas estas questões são válidas e que, de fato, existia uma intenção de convencimento e, ao mesmo tempo, um sentido religioso com as utilizações deste recurso narrativo, levando-se em consideração a vocação católica de Fernandes Pinheiro. Contudo, como já temos argumentado ao longo de nossa investigação, mesmo que existam estas possíveis funções atribuídas à proposição providencialista é inegável que, naquele contexto, a providência divina era um argumento mobilizado para a compreensão do passado colonial e, portanto, constituía uma noção-chave na concepção de História de alguns membros do IHGB.

Além disso, mesmo que a investigação sobre o argumento providencial esteja submetida a tais questões seria impossível alcançar uma resposta concreta e absoluta para elas, pois examinamos um conjunto de fontes textuais cujo autor encontra-se temporalmente distante de nós. Este impasse temporal nos permite apenas conjecturar sobre as possíveis

²²⁵ PINHEIRO, França Antarctica, op. cit., 1859, p.112.

²²⁶ PINHEIRO, França Antarctica, op. cit., 1859, p.112.

intenções historiográficas de Fernandes Pinheiro, o que deixa em aberto a possibilidade de pensar na atuação da providência divina sobre ambos os aspectos.

Podemos afirmar, entretanto, que para o primeiro-secretário a ação divina foi indubitavelmente responsável pela constituição da unidade da nação. Em suas últimas considerações no estudo “França Antártica”, o letrado é categórico ao enunciar: “A unidade religiosa e política do Brasil foi obra de Deus e não dos homens: foi o Céu que auxiliou os Vieiras, ao Vidades ao Camarões e aos Dias”. O recurso à providência torna indiscutível seu pressuposto final de que a expulsão dos franceses foi um benefício para o futuro glorioso que aguardava o país dos trópicos. O cônego encerra sua narrativa reiterando, “só fomos nação quando podemos ser imperio”, um discurso que claramente ratifica a soberania do governo monárquico.²²⁷

– As invasões holandesas e a formação da nacionalidade brasileira

Sejamos justos para com as gerações passadas se com justiça quisermos ser julgados pelas gerações vindouras.
Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.²²⁸

Fernandes Pinheiro dedicou-se também ao estudo das invasões holandesas no período colonial. Sobre o tema, elaborou um trabalho intitulado “Brasil Hollandez”, publicado na *Revista* do IHGB, em 1860. Na introdução da obra, o letrado evidencia não ter a intenção de narrar a história da guerra brasílica em seus trinta anos de duração, pois tal empreendimento já havia sido realizado por Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua célebre *Historia Geral do Brasil*. Para o eclesiástico, “depois de falarem os mestres só resta respeito e admiração aos discípulos”.²²⁹

Deste modo, em oposição a narrativas que priorizavam datas e fatos, sua análise foi orientada por uma indagação semelhante às suscitadas nos seus demais exames abordados por nós até o momento: “Tencionamos aventurar algumas reflexões acerca da invasão holandesa,

²²⁷ PINHEIRO, França Antártica, op. cit., 1859, p. 112-113.

²²⁸ PINHEIRO, J.C. F. As Batalhas de Guararapes. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXIX, 1866, p. 312.

²²⁹ PINHEIRO, J.C. F. Brasil Hollandez. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXIII, 1860, p. 67.

[...] estudando cuidadosamente a marcha dos acontecimentos para d'elles deduzir os bens e os males que essa poderosa nação do 17 ° seculo nos causou”.²³⁰ Inclusive, esclarece que a opção pelo título “Brasil Hollandez”, assim como pelo anterior “França Antartica”, não foi feita por “falta de patriotismo” e sim, conforme assinala, “por querermos estudar debaixo dos titulos que os estrangeiros deram a nossa terra, sua influencia sobre ella, e si deveremos lamentar que malogradas fossem taes tentativas”.²³¹ Esta chave de leitura pode estar associada, em grande parte, à preferência do cônego de dedicar-se à pesquisa histórica através de “temas monográficos” surgidos a partir de uma questão, ao invés de uma investigação que privilegiasse um olhar antiquário ao passado.²³²

Ademais, no relatório do ano 1859, na função de primeiro-secretário do IHGB, o letrado emitiu uma avaliação de seu próprio trabalho que aponta e complementa as suas motivações para a escrita da obra:

Tambem coube-me a honra de enfrentar a benigna atenção do Instituto com um estudo historico, a que denominei O Brasil Hollandez. O imperioso dever de relatar-vos todos os sucessos do nosso anno acadêmico constrange-me a ocupar-vos por alguns instantes com a resenha das matérias contidas nesse grosseiro trabalho.

Sempre julguei o período hollandez o mais épico da nossa história, e desde os mais verdes annos lia com atenção as narrativas dos nossos chronistas, e extasiava-me perante tantos actos de heroísmo da guerra brasílica dos 30 annos. Agglomeravam-se porém as duvidas em meu espirito á proporção que consultava novos escriptores, e d’ahi o ardente desejo de estudar com pausa este ponto dos nossos annaes.²³³

É possível perceber que, além da admiração pelo evento em si, considerado como o “mais épico da história brasileira”, a pesquisa historiográfica também foi incentivada pela busca de explicações surgidas a partir da contraposição das crônicas e da leitura de novos escritos contemporâneos. Pressupomos que o letrado estivesse referindo-se, sobretudo, ao

²³⁰ PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 67-68.

²³¹ PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 68-69. De acordo com o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Eduardo de Faria, a expressão “patriotismo” significava: “s. m. (Fr. *patriotisme*) amor e zêlo pelo bem commum, prosperidade, honra da pátria o dos conterrâneos”. Junto a mesma há uma observação do autor, “este termo e os tres precedentes, adoptados modernamente do francez, são indispensáveis”, em uma referência aos termos: “Patriota, (Fr. *patriote*) pessoa que ama a pátria, que é dotada de patriotismo”; “Patrioticamente, *adv.* com sentimentos e zêlo de patriota”; “Patriótico, a, *adj.* (Fr. *patriotique*) zeloso por tudo o que tende a promover a prosperidade e gloria da pátria. *Sociedades* – s, destinadas a promover o bem commum dos cidadãos”. FARIA, Eduardo de. Historiador. *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E. C. 4ª edição, volume II, 1859, p. 879.

²³² NARITA, op. cit., 2012, p. 90.

²³³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXII, 1859, p. 691.

trabalho do próprio Varnhagen, pela interlocução estabelecida ainda no início do “Brasil Holandez” e por se tratar de um estudo de grande influência nas investigações históricas elaboradas na agremiação.²³⁴

Ainda no início do estudo, Fernandes Pinheiro assinala que sua análise da guerra brasílica seria guiada pela imparcialidade, assim, portugueses, holandeses e colonos poderiam ser ouvidos igualmente “perante o tribunal da historia”, conforme evidencia: “ouviremos seus depoimentos, asseguramos a todos o direito de defesa e só promulgaremos a sentença quando firmada estiver nossa convicção”.²³⁵

A noção de “tribunal da História” se sustenta na perspectiva de uma “justiça que se realiza através da Historia” e, dessa forma, o *topos* possibilitava ao historiador se abster de uma possível “formulação subjetiva de seu juízo”.²³⁶ Segundo Maria da Glória de Oliveira, a concepção afastava as “suspeitas de parcialidade”, fazendo o historiador “revestir de ambições ‘científicas’ o preceito retórico de ‘deixar falar por si mesma a verdade da história’”.²³⁷ No trabalho “As batalhas de Guararapes”, publicado na *RIHGB* no ano 1866, no qual o letrado narra o embate da expulsão da presença holandesa de território brasileiro, o “tribunal” é evocado de uma maneira ainda mais contundente, ao enunciar: “[...] para elle appellam vencedores e vencidos e, convicto de sua justiça ninguem ha que a tal emprazamento se recurse. Pode por dilatados anos fazer-se esperar a derradeira sentença; quando porém proferida traz ella o cunho da mais sublimada imparcialidade”.²³⁸

Como uma noção corrente no saber historiográfico do século XIX no Brasil, o “tribunal” encontrava-se presente não só nas investigações de Fernandes Pinheiro que refletiam sobre o período holandês, mas também em outros de seus estudos. Tal é o caso de “Luiz do Rego e a Posteridade”, de 1861, cujo objetivo foi retratar a revolta pernambucana ocorrida, em 1817.

²³⁴ Fernandes Pinheiro salienta que também utilizou “dados fornecidos por amigos e inimigos, consultando as paginas do *Castrioto Lusitano* de Frei Raphael de Jesus, do *Valeroso Lucedeno* de Frei Manoel Calllado, da *Guerra Brasílica* de Brito Freire, assim como, as *Ações do Conde Mauricio* por Barleus; o *Novo Orbe* de Laet, os *Hollandezes no Brasil* de Netscher, e a *Historia do Brasil* de Robert Southey. PINHEIRO, Brasil Holandez, op. cit., 1860, p. 68.

²³⁵ PINHEIRO, Brasil Holandez, op. cit., 1860, p. 68.

²³⁶ KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart. Et al. *O Conceito de História*. Autêntica: Trad. René E. Gerz. Coleção História e Historiografia, 2013, p. 150.

²³⁷ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. Tese de Doutorado, p. 161.

²³⁸ PINHEIRO, As Batalhas de Guararapes, op. cit., 1866, p. 310.

Razão tinham os antigos quando estabeleceram os juízos dos mortos; porque necessario é que desapareça o homem da superfície da terra para que se lhe faça justiça, para que com imparcialidade se julgue dos seus actos”, pois “pairam ainda por algum tempo em derredor dos tumulos o espectro das paixões, e releva que se haja elle ausentado para que sua final sentença profira a historia.²³⁹

Retomando nossa inquirição do “Brasil Holandez”, o eclesiástico revela que seu exame foi concebido, sobretudo, como um “ponto para discussão” dentro do Instituto, de modo que suas premissas pudessem ser “modificadas, senão completamente mudadas” pela “vigorosa dialética dos ilustrados membros” que o honrassem com uma refutação.²⁴⁰ Tais pressupostos nos remeteram às considerações de Michel de Certeau, quando afirma que o “texto histórico enuncia uma operação” situada em um “conjunto de práticas” e, dessa forma, um “estudo particular” seria determinado

[...] pela relação que mantém com outros, contemporâneos, com um ‘estado de questão’, com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que constituem, com os postos avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento. Cada resultado individual se inscreve num rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros e, cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado.²⁴¹

O argumento também é defendido por Antoine Prost, quando afirma que a História “é uma realidade, em si mesma, histórica”, isto é, localizada no tempo e no espaço e “assumida por homens que se dizem historiadores e são reconhecidos como tais”. Assim, “antes de ser uma disciplina científica – segundo sua pretensão e, até certo, ponto, conforme ela o é efetivamente –, a história é uma prática social”. Para o autor, há grupos de pesquisadores que pleiteiam tradições, formam escolas e estabelecem normas para instituir seu ofício. Esses homens e mulheres que se intitulam historiadores, unidos pelo sentimento de pertencimento, praticam o saber histórico “para um público que os lê ou escuta, discute com eles e acha seu trabalho interessante”. Mesmo movidos pelo interesse acadêmico e o “culto à ciência”, o “seu reconhecimento social”, necessita da atribuição de um *status* pela sociedade. Dessa forma, a

²³⁹ PINHEIRO, J.C. F. Luís do Rego e a posteridade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXIV, 1861, p. 353.

²⁴⁰ PINHEIRO, Brasil Holandez, op. cit., 1860, p. 68.

²⁴¹ CERTEAU, Michel de. *Escrita da História*. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 72.

consagração do historiador como tal passa por um “duplo reconhecimento”, a saber: por seus pares e pelo público a qual se dirige.²⁴²

Uma “obra de valor” historiográfico, portanto, seria aquela identificada como tal por seus pares. Sendo assim, um escrito histórico é “ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo”, que se relaciona muito mais ao “*complexo* de uma fabricação específica e coletiva” do que ao “efeito de uma filosofia pessoal”. Por isso é, antes tudo, “o *produto* de um *lugar*”.²⁴³ A partir de tais prerrogativas, nos preocupamos também em buscar indícios do surgimento da temática holandesa como um problema historiográfico no interior do IHGB, pois entendemos que a obra do letrado é o resultado de questões suscitadas nesse ambiente ilustrado. Após mapearmos uma série de documentações na *Revista* do Instituto, identificamos em uma ata de 1854, uma proposta da Comissão de História que continha os seguintes pontos:

A 1.^a comissão de historia d’este instituto propõe que se peça ao governo:
1.º Que ordene ao presidente da província do Pará remeta para esta côrte algumas das peças d’artilharia tomadas aos Francezes na conquista de Cayenna, e que, conforme nos informou o nosso consocio Gonçalves Dias, lá existem abandonadas e desapreciadas.
2.º Que mande indagar do presidente de Pernambuco se lá existem alguns despojos da mesma natureza tomados aos Holandezes, e no caso de os encontrar, os remeta para esta côrte [...].²⁴⁴

O trecho acima não seria suficiente para afirmarmos que a preocupação com o tema das invasões estrangeiras surgiu no momento em que a ata foi redigida, porém ele nos permite pressupor que o assunto encontrava-se em debate no Instituto, principalmente quando atentamos para a sequência do documento que justifica a procura por tais “despojos”:

E porque é necessário principiarmos a coligir alguns trophéos, e a formar padrões de nossa gloria, que tanto pode servir para tornar objectiva a história de nossos feitos d’armas, como podem servir para estimular os brios nacionais, propõe a comissão que quantos d’esses trophéos e bandeiras se possa ajuntar, e os que consta existirem aqui [...].²⁴⁵

²⁴² PROST, Antoine *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 13.

²⁴³ CERTEAU, op. cit., 2007, p. 73-72.

²⁴⁴ Ata da sessão em 24 de novembro. *RIHGB*, Tomo XVII, 1854, p. 609.

²⁴⁵ Ata da sessão em 24 de novembro. *RIHGB*, Tomo XVII, 1854, p. 610.

Vê-se que os resquílios dos embates coloniais eram necessários para “estimular os brios nacionais”, afirmativa pragmática que estava em consonância com o projeto político de se forjar a nação no Oitocentos. É importante destacar que a independência brasileira não produziu de imediato um forte sentimento de nacionalidade, portanto, o tema holandês surgia também naquele contexto como um evento do qual seria possível retirar lições para as questões de formação nacional vivenciadas no presente.²⁴⁶ Além disso, compartilhamos do argumento de Maria da Glória de Oliveira, do qual não seria por acaso que o assunto a respeito das invasões holandesas adquirisse “relevância e atualidade como tema historiográfico”, no período de duração da Guerra do Paraguai, entre os anos 1864 a 1870. Visto que, em tal conjuntura, seria propícia a lembrança de uma próspera vitória também obtida contra o inimigo estrangeiro.²⁴⁷

Maria da Glória de Oliveira evidencia que, nos anos seguintes da publicação do “Brasil Hollandez” e “As batalhas dos Guararapes”, respectivamente, em 1860 e 1866, Fernandes Pinheiro deu prosseguimento no estudo sobre o tema, porém através da biografia de três homens fundamentais no embate para a retomada do território brasileiro: Henrique Dias, Felipe Camarão e André Vidal de Negreiros. Para a autora, a elaboração de tais narrativas expressa que, além de ser um “capítulo heroico da história brasileira”, o embate “contra os holandeses oferecia-se como cenário histórico em que era possível vislumbrar a mobilização dos elementos díspares da formação nacional – um negro, índio e um luso-brasileiro – em torno do sentimento comum de patriotismo”. O cônego identificava, dessa forma, em “Henrique Dias o ‘valente cabo dos pretos’ e em Felipe Camarão ‘o invicto chefe dos carijós’”, assemelhando-os aos “melhores chefes militares imperiais como o ‘heroico parahybanos’ André Vidal de Negreiros”.²⁴⁸

²⁴⁶ Como evidencia Marcello Basile, o processo de Independência não gerou a formação de um “sentimento profundo de identidade nacional entre os brasileiros das diferentes partes do país, e logo, também não produziu, a seu termo, propriamente uma nação”. Assim, a emancipação política do Brasil não foi o resultado de um “processo, premeditado, linear e homogêneo” dotado de forte convicção nacional. Deveu-se a isso, a descentralização política das capitânicas desde os tempos coloniais e, como aponta o autor, à frente de “tantas forças centrífugas”, seria um processo longo para que “se diluíssem os patriotismos regionais e uma identidade nacional pudesse ser forjada”. BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 207-208.

²⁴⁷ OLIVEIRA, op. cit., 2009, p. 164. Sobre a conjuntura política da Guerra do Paraguai ver: IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.) *O Brasil imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.385-424.

²⁴⁸ OLIVEIRA, op. cit., 2009, p. 164. Ver: Biographia dos Brasileiros Illustres por armas, letras, virtudes, &c. Henrique Dias. *RIHGB*, Tomo XXI, 1868, p. 365-383; Biographia dos Brasileiros Illustres por armas, letras, virtudes, &c. D. Antonio Filipe Camarão. *RIHGB*, Tomo XXXII, 1869, p. 201-208; Biographia dos Brasileiros Illustres por armas, letras, virtudes, &c. André Vidal de Negreiros. *RIHGB*, Tomo XXXII, 1869, p. 329-342.

Os usos do conflito colonial holandês e de seus principais personagens como exemplos a serem tomados, remete a uma concepção historiográfica existente na produção histórica oitocentista e, principalmente, nos trabalhos dos sócios do IHGB – a *Historia magistra vitae*. No cerne deste *topos*, encontrava-se a ideia de que a História “seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico”, isto é, ela nos deixaria “livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos”.²⁴⁹ A expressão cunhada por Cícero pertencia ao contexto da oratória, em que, o orador estava apto para conceder um “sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo, a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência”. Reinhart Koselleck assinala que o uso do termo também esteve associado a demais metáforas que reescreviam a atividade histórica, como expressou Cícero: “A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador”.²⁵⁰ Assim, a função principal atribuída pelo romano à historiografia foi direcionada “à prática sobre o qual o orador exerce sua influência”, em que utilizava a história como coleção de exemplos [...] a fim de que seja possível instruir por meio dela”.²⁵¹

Segundo Koselleck, o uso da fórmula ciceroniana remetia a uma “possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral”, de modo que a História poderia dirigir os homens a um “aperfeiçoamento moral ou intelectual”. O autor assinala que, até o século XVIII, a utilização do termo permaneceu como um “índice inquestionável da constância humana”, cujas narrativas históricas foram “instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas”. Além disso, a permanência do *topos* deveu-se à efetiva semelhança entre os acontecimentos terrenos até aquela conjuntura.²⁵²

Conforme abordado no primeiro capítulo, a partir de uma nova experiência de tempo iniciada ao fim do Setecentos, ocorre o processo de constituição do moderno conceito de História que culminou na reunião das várias histórias individuais em um conceito comum. Assim, a nova história (designada em alemão por “Geschichte”), segundo Koselleck, “adquiriu uma qualidade temporal própria” e, desta maneira, “diferentes tempos e períodos de

²⁴⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 42.

²⁵⁰ CÍCERO apud KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 43.

²⁵¹ KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 43.

²⁵² KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 43.

experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo”.²⁵³ Contudo, como o autor aponta, no transcurso desta conceitualização muitos dos antigos sentidos foram incorporados. Portanto, a fórmula *Historia magistra vitae*, bem como a própria ideia de providência divina foram noções que permaneceram na elaboração do saber histórico oitocentista no Brasil, isto porque, a “ciência” histórica, em si mesma, ainda encontrava-se em formulação naquele período.

Manoel Salgado ressalta que o IHGB, como “herdeiro de uma concepção antiga de história”, empenhou-se na atividade de historiar as origens da nação, objeto de análise característico da moderna historiografia elaborada na Europa do século XIX. Situada em um período de mudança, tal escrita abrigava características antigas e modernas de se refletir o saber histórico, em que se buscava, sobretudo, desvendar a “especificidade nacional brasileira em termos de sua identidade” e seu papel entre as demais nações. Conforme afirma o autor, tratava-se de um “projeto não só ideológico, mas também político” que possuía a missão de contribuir para a construção do Estado Brasileiro.

Neste sentido, a História “enquanto palco de experiências passadas” conseguiria filtrar exemplos e a partir dela os governantes poderiam buscar a melhor forma de exercer as atividades que lhe competiam. Manoel Salgado evidencia, portanto, que o conhecimento histórico foi entendido no Instituto como uma “marcha linear e progressiva” que articulava passado, presente e futuro. Assim, a *Revista* da agremiação comprometida com uma noção histórica modelar dedicou-se, entre outros gêneros de escrita, à narrativa biográfica que seria capaz de oferecer modelos às próximas gerações. Para autor, não se trata somente de uma “visão pragmática e exemplar que se abriga no projeto historiográfico do IHGB”, visto que a “concepção de história partilhada pela instituição guarda um nítido sentido teleológico, conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último” da ciência histórica.²⁵⁴

Nos escritos de Fernandes Pinheiro, observamos utilizações pontuais da fórmula ciceroniana. No relatório do ano de 1865, por exemplo, o letrado comenta o trabalho de Pereira Pinto, “Apontamentos para o Direito Internacional”, e diz: “A obra do nosso collega é uma verdadeira historia da diplomacia brasileira, [...] um brado energico alçado contra a extorsão e violência de que por vezes temos sido victimas; amigável advertencia aos futuros

²⁵³ KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 47.

²⁵⁴ GUIMARÃES, op. cit., 1988, p. 15.

negociadores para que das lições do passado possam colher a norma do futuro”.²⁵⁵ Arriscamos supor que o primeiro-secretário faz referência ao embate com os paraguaios, assinalando o papel pedagógico que a História poderia oferecer ao conflito.²⁵⁶ De mesmo modo, no relatório de 1866, o eclesiástico afirma que “inventariar o passado, para d’elle tirar uteis lições, é por certo tarefa de incontestavel utilidade”.²⁵⁷ Em “As Batalhas dos Guararapes”, podemos ver que a expulsão dos holandeses era um evento digno de lembrança, pois remetia às glórias da nação, alcançadas pelo patriotismo de seus personagens:

São as batalhas dos Guararapes, pelejadas pelos pernambucanos contra os hollandezes, os mais brilhantes feitos d’armas de que se gloria a historia do Brasil colonial. Admiravel é por certo contemplar esses bravos, quase esquecidos da metropole, arcando braço a braço com uma das primeiras potencias a Europa, e só no seu patriotismo encontrando recurso para debellar-a em continuos combates e n’essa memorandas batalhas cuja grata recordação hoje invocamos.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, a restauração ocupou posição central no imaginário pernambucano, com a “função de uma matriz ideológica”. Na memória popular, o evento assumiu as “cores de um tempo fabuloso e quase mítico”, assim, mesmo após séculos da expulsão dos holandeses, as gerações vindouras celebravam as principais conquistas do embate, tal como a própria vitória dos Guararapes. Os pernambucanos sustentavam que a recapitulação do território havia sido conquistada devido aos esforços da “gente da terra, nada devendo à metrópole, por quem teria sido, de fato, abandonada nos momentos mais difíceis da

²⁵⁵ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXVIII, 1865, p. 340-341.

²⁵⁶ No relatório do ano 1867, Fernandes Pinheiro emite opinião favorável à guerra contra os paraguaios e destaca a postura gloriosa dos combatentes, tal qual os heróis do passado: “Fomos todos nós testemunhas do ardente entusiasmo com que milhares de voluntarios se alistaram nas bandeiras da honra, da nobre abnegação como que immolaram nas aras dos dever as mais caras affeições d’alma, do inexceíivel denodo com que nos campos de batalha emularam com os mas legendários herões antigos e modernos.

Ha tres anos que o Brasil sustenta contra o tyranno do Paraguay a mais colossal guerra pelejada na America Meridional; ha tres anos que prodigalisa seu sangue, seu ouro; não para dilatar fronteiras que não carece, não para firmar oppressivo predomínio sobre seus vizinhos, mas só e unicamente para vingar immerecidos ultrajes, para abater as muralhas d’essa nova China, para franquear seus rios, que também são nossos, ao pavilhão de todos os povos!!”. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXX, 1867, p. 433.

²⁵⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXIX, 1866, p. 433.

luta contra o invasor”.²⁵⁸ Nesse sentido, Demétrio Magnoli reitera que o conflito figurou como uma temática “apropriada para a definição do ‘nacional’ ante o ‘estrangeiro’”.²⁵⁹

Por certo, na historiografia do Oitocentos, o acontecimento adquiriu relevância como tema historiográfico justamente por lhe ser atribuída a origem do sentimento de nacionalidade brasileira. Para Arno Welling, foi Francisco Adolfo de Varnhagen que “inaugurou uma matriz interpretativa que se estenderia ao século XX: o cadinho em que se forjaram os primeiros sentimentos e os primeiros heróis da nacionalidade”. Assim, argumenta que o embate holandês foi considerado pelo autor oitocentista como a ocasião privilegiada da “construção do panteão nacional”, no qual se tornou possível incorporar figuras negras e indígenas, tal como Felipe Camarão e Henrique Dias.²⁶⁰

Nesta perspectiva, Nilo Odalia atribuiu também a Varnhagen tal interpretação do evento. Segundo o autor, as invasões holandesas foram concebidas dessa maneira, pois nelas o sentimento nacional aflorou de modo nítido, por ter sido essencialmente uma “luta de brasileiros, isto é, de colonos”.²⁶¹ Odalia sinaliza que a relevância da luta contra os holandeses na *História Geral do Brasil*, deveu-se a essa tomada de consciência dos coloniais e a própria ideia de superação do complexo de “inferioridade ante os reinóis”. Além disso, observa que, na interpretação do letrado oitocentista, foram destacados os elementos que teriam propiciado uma “maior coesão interna da nação”. A guerra seria uma “afirmação e garantia da unidade territorial”, sustentada na função exercida pelos três grupos étnicos. Através da análise da narrativa de Varnhagen, o autor sugere que o conflito foi entendido como capaz de despertar na “massa difusa e informe os primeiros pruridos da nacionalidade e do sentimento nacional”.²⁶²

Do mesmo modo, Manoel Salgado atentou para o modelo interpretativo de Varnhagen ao assinalar que, em sua obra, a vitória sobre os holandeses foi concebida como o evento em que ocorreu a “forja do sentimento nacional brasileiro”.²⁶³ Constatamos também que, para o autor,

²⁵⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Imagens do Brasil Holandês 1630-1654*. ARS, São Paulo, v. 7, n. 13, 2009, p. 169.

²⁵⁹ MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997, p. 98.

²⁶⁰ WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 184.

²⁶¹ ODALIA, Nilo. A nação branca e europeia. In: *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997, p. 55.

²⁶² ODALIA, op. cit., 1997, p. 56.

²⁶³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Tradução Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 204.

as lutas decorrentes da presença estrangeira teriam sido úteis ao Brasil por permitirem o “advento da nação e sua definição como representante da civilização”, motivo pelo qual o evento histórico adquiriu um “significado simbólico tão intenso”.²⁶⁴

Podemos perceber, através da abordagem dos historiadores supracitados, que a interpretação da formação da nacionalidade brasileira no conflito holandês foi delegada, em sua maioria, a Varnhagen. Através de nossa análise das publicações de Fernandes Pinheiro a respeito do tema, observamos uma similaridade neste argumento que, contudo, não é mencionada pelos autores. A ausência de menção às suas obras pode estar ligada ao *status* de “autor menor”, atribuído ao cônego ainda no fim do século XIX, como evidenciamos na Introdução desta dissertação. Ou até mesmo por serem tratados de trabalhos posteriores à *Historia Geral do Brasil* e, por isto, serem compreendidos como um diálogo ou reflexo de sua “matriz interpretativa” inaugural.²⁶⁵ Em todo caso, propomos averiguar no “Brasil Hollandez” – estudo no qual o eclesiástico abordou mais detidamente a presença holandesa – os modos como compreendeu essa construção do “sentimento nacional” no referido evento, tendo por foco a relação que estabeleceu com a noção de providência divina.

– O “Brasil Hollandez”: a intercessão divina na estirpe do sentimento nacional

De que vale porém o va’or humano contra a vontade de Deos? No clepsydro do destino coára-se a derradeira gota: Pernambuco ia ser hollandez.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.²⁶⁶

Na averiguação do “Brasil Hollandez”, identificamos que o tema da construção da nacionalidade foi desenvolvido por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nos tópicos finais da obra e, desta forma, concentraremos nossa análise na terceira e quarta partes, intituladas,

²⁶⁴ GUIMARÃES, op. cit., 2011, p. 217.

²⁶⁵ Além de abordar o conflito holandês na *Historia Geral do Brasil*, Varnhagen redigiu a obra *Historia das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 a 1654*, em 1872, na qual discute especificamente tal temática. Ver: VARNHAGEN, Francisco A. de. *Historia das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 a 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6757>.

²⁶⁶ PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 84.

respectivamente, de “Decadência” e “Ruína”.²⁶⁷ O declínio da ocupação holandesa, para o letrado, teria se iniciado com o fim do governo de Maurício de Nassau, em relação ao qual não escondia a admiração e respeito. Segundo ele, o “sábio governador” soube compreender que a “liberdade de consciencia era a unica capaz de cimentar a fusão das nacionalidades”, pois, uma vez que, “garantido aos colonos o exercicio do seu culto deixariam elles de ver inimigos nos conquistadores e facilmente se submetteriam a seu doce e suave jugo”.²⁶⁸ Com o fim de sua administração, contudo, “desapparecera a tolerancia religiosa, palladio da prosperidade da colônia”, os ministros protestantes passaram a perseguir “aos catholicos; pondo pês ao livre exercicio do seu culto, insultando suas crenças, zombando de suas augustas ceremonias, ferindo n’uma palavras, o povo na mais sensivel fibra de seu coração”.²⁶⁹ Vemos que, no cerne de seu argumento, a manutenção do domínio holandês esteve intrinsicamente relacionada à religião, isto é, à liberdade de professar o catolicismo:

Mais poderosa do que qualquer outro elemento guarda a religião a vitalidade dos povos; á ella, e unicamente á ella, deve a Grecia ter ressuscitado no seu terceiro dia secular. Não pensou assim a intolerancia dos dignos successores de Calvino, favoneando quiçá as más paixões exigiu medidas restrictivas, dividiu em dous campos os sudbitos da Hollanda, despertou as reminiscencias d’outra epocha, fez lamentar o dominio portuguez e hêsphanhol, e plantou um germen d’agitacão que devera produzir em poucos annos a guerra da independencia.²⁷⁰

O impedimento do exercício da fé católica, imposto pelos holandeses após a demissão de Nassau, foi compreendido pelo eclesiástico como a força motriz para a união dos colonos contra os estrangeiros, tendo em vista o papel crucial da religião para sedimentar os povos. Sobre o fim da presença neerlandesa, concluiu:

²⁶⁷ O letrado dividiu o estudo em quatro partes que corresponderam às fases cronológicas da presença holandesa em território brasileiro, são estas: I- Fundação; II- prosperidade; III- Decadência; IV-Ruína. Sobre tais subdivisões, explicita: “Na primeira parte analysaremos abreviadamente o estado do paiz na occasião em que os audazes navegadores que haviam supplantado os leões de Castella o invadiram, e assistiremos a fundação do seu imperio americano; na segunda contemplaremos o agradável espectaculo d’um povo redigido por sabias leis e governado por um grande homem; e na terceira indagaremos as razões que trouxeram a sua decadencia, e na quarta veremos a ruina e a completa perda da colônia”. PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 69.

²⁶⁸ PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 87-88. Sobre a tolerância religiosa de Nassau, Fernandes Pinheiro afirma ainda: “Si a differença de raça não o tolhe em suas benéficas vistas muito menos o fará a de religião Protestante, respeita o culto catholico. e protege o israelita. [...] repara as igrejas que cahiam em ruinas ou as que a impiedade devastara, consente nas procissões e públicas festividades, e pela sua tolerancia e magnanimidade dicta elogios aos adversarios da sua nação, como Southey e aos da sua crença como Fr. Giuseppe de S. Teresa. Gozam os judeus de identicos favores, consente-lhes a observância do seu sabão, a creação de suas synagogas e a abole a incapacidade que sobre elles pesava para exercerem cargos publicos”. PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 87.

²⁶⁹ PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 98.

²⁷⁰ PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 88.

Curta foi a prosperidade do *Brasil Holandez*, semelhante á essas auroras boreaes que interrompem as trevas das regiões polares; repousava no gênio d'um homem e não no largo pedestal das instituições, e succumbio como o imperio de Carlos Magno quando a mão do gigante abandonou o cyclopico monumento.

A' vigorosa unidade succedêra o regimem d'um corpo colectivo, verdadeira hydra de Lerna, à um homem prestigioso, aparentado com as principaes casas soberanas da Europa, substituem mercadores e artesões.²⁷¹

Para o eclesiástico, depois que as “ideias conciliatorias” foram abandonadas e passou-se a “tirar dos paizes conquistados o maior proveito possível”, voltam-se “às vexações, e renovam-se as scenas da indisciplina militar, e acumulam-se, n'uma palavras os combustiveis para o próximo incendio”.²⁷² Por uma perspectiva transcendental, Fernandes Pinheiro teoriza, portanto, sobre as motivações para a decadência do “Brazil Holandez” e, de acordo com ele, “os erros dos governos são muitas vezes instrumentos da vontade divina; porque só ella sabe tirar o bem do mal”.²⁷³

Como temos argumentado, nos estudos do cônego, apesar de situados em um período no qual o providencialismo já teria sido assimilado em favor de um conhecimento moderno da História, a explicação providencialista foi uma concepção fundamental para a narração dos acontecimentos históricos. Tal constatação pressupõe, todavia, um questionamento determinante para nossa análise, isto é, que ideia de providência Fernandes Pinheiro utiliza em suas produções historiográficas? Reformulando a questão de modo mais claro, que providência é essa?

A noção de providência divina corrente até meados do século XVIII pressupunha que “Deus permanecia operando sobre o mundo criado, viabilizando sua continuidade em conformidade com as leis que ele próprio imputara desde o início dos tempos”, de modo que a ação divina também podia “interromper a sucessão normal dos acontecimentos, por meio de milagres e profecias, bem como de punições e recompensas às condutas humanas”.²⁷⁴ Ainda para esse contexto, segundo Edmilson Menezes, o que na “língua comum” denomina-se providência, entre os teólogos, chama-se “governo divino” e, para estes, a primeira expressão designa o “eterno e divino programa” e a segunda “representa sua execução histórica por

²⁷¹ PINHEIRO, *Brasil Holandez*, op. cit., 1860, p. 92.

²⁷² PINHEIRO, *Brasil Holandez*, op. cit., 1860, p. 92.

²⁷³ PINHEIRO, *Brasil Holandez*, op. cit., 1860, p. 93.

²⁷⁴ WALSHAM apud BUARQUE, Virgínia. A concepção de História na teologia católica do Oitocentos. *Estudos da Religião*, v. 24, n. 39, 61-79, jul./dez, 2010, p. 63.

Deus”.²⁷⁵ O autor sinaliza que, normalmente, o termo providência evoca a bondade divina e promove entres os cristãos uma sensação de proteção e confiança. A expressão refere-se a uma “verdade religiosa”, em que o “mundo não está entregue à sua *própria sorte* ou a causas exteriores e acidentais”, pois há uma “sabedoria que, com poder infinito, realiza o seu fim último”. Dessa forma, para Menezes, a relação entre providência e a obra divina de criação do mundo concede uma particularidade ao providencialismo cristão. Ainda que não se trate de uma concepção exclusiva do catolicismo, neste ela adquire características próprias, cuja “ideia de criação não implica somente o otimismo fundamental, segundo o qual tudo o que é, não importa em que grau, é semelhança de Deus; ela comporta, ao mesmo tempo, a afirmação da Providência, porque reger as coisas é criá-las, criar as coisas é regê-las”.²⁷⁶

Na época moderna, dois importantes pensadores refletiram sobre a proposição providencialista, foram eles Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704) e Giambattista Vico (1668-1744), letrados que nos oferecem interessantes pontos de análise para a problematização dos usos dessa noção nos trabalhos de Fernandes Pinheiro. Como elucidada Edmilson Menezes, nos “Sermões sobre a Providência”, de Bossuet, é possível exemplificar o reaparecimento do providencialismo associado aos “destinos históricos”, aspecto que marcou, de certa forma, o século XVII.²⁷⁷ Bossuet estreita o “sentido inicial de Providência como *assistência* e *proteção* e enfatiza um *governo* divino sobre o mundo” e, deste modo, tal enfoque concede à ação de Deus um papel ainda mais incisivo.²⁷⁸

No cerne da teoria bossuetiana sobre o providencialismo encontra-se a premissa de que o mundo é governado por uma “ciência” que instrui os homens a se transformarem em “dignos instrumentos da *conduta superior*”. Esta perspectiva atenua profundamente a autonomia do gênero humano e está vinculada a uma noção de obediência, pois Bossuet considera que “Deus ordena nossas ações e governa nossa liberdade, ao conduzi-la de modo certo aos fins por Ele mesmo propostos”.²⁷⁹ Portanto, para Menezes, a tese do bispo francês supõe que “*os homens são livres, porém não são independentes*”.²⁸⁰

²⁷⁵ MENEZES, Edmilson. História Universal e Providência em Bossuet. In: MENEZES, Edmilson [org]. *História e Providencialismo: Bossuet, Vico e Rousseau: textos e estudos*. Bahia: Editus, trad. Edmilson Menezes, Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Maria das Graças de Souza, 2006, p. 53.

²⁷⁶ MENEZES, op. cit., 2006, p. 54-55.

²⁷⁷ MENEZES, op. cit., 2006, p. 53.

²⁷⁸ MENEZES, op. cit., 2006, p. 66.

²⁷⁹ MENEZES, op. cit., 2006, p. 66-67.

²⁸⁰ MENEZES, op. cit., 2006, p. 67.

A liberdade humana estaria, deste modo, limitada ao comando das pequenas ações, em contraposição aos grandiosos e determinantes eventos que seriam destinados ao domínio da providência. Em Bossuet, a posição de criação divina dos seres humanos instaura uma “indissolúvel dependência, impedindo qualquer acesso dos homens aos destinos históricos”, ou seja, como um ser inacabado o homem estaria desautorizado a atingir uma noção completa da “destinação imposta por Deus à humanidade”.²⁸¹ Conforme expressa Edmilson Menezes, o bispo desqualifica o ser humano como “*agente da história*”, pois, mesmo livre, suas ações estariam inclusas nos desígnios divinos.²⁸²

Neste sentido, a atuação onipresente do criador na tese bossuetiana contém um “senso de reconhecimento” aos seus fiéis, uma “Recompensa final”. É em busca desta retribuição que se projeta a direção da História, cabendo à providência como “agente organizador” direcionar os homens. Assim, a “Filosofia de Bossuet está sustentada por uma teologia que permite asseverar que Deus faz e conhece o sentido da História”, é ele quem “eleva ou rebaixa impérios, estabelece para cada povo um destino e um papel; entre Suas mãos, os reis e os Estados não passam de instrumentos” utilizados para encaminhar a “humanidade a seu celeste destino”.²⁸³ De mesmo modo, Karl Löwith assevera que, para o religioso francês, “todo curso da história humana é guiado pela providência” e, por isso, os homens devem aguardar o juízo final.²⁸⁴ Cristo possui todo o “tempo do mundo para criar seu objetivo” e estes não devem se mostrar “impacientes ante a confusão de todos os assuntos temporais”. Aquele que acredita na ação providencial não precisa se desesperar.²⁸⁵

Por outro lado, em Giambattista Vico, a providência assume uma nova ótica, vinculando-se à história, de modo que se torna inconcebível compreendê-la sem considerar sua “existência na história da humanidade”. Segundo Humberto Guido, ela aparece sob um novo ponto de vista, pois se encontra situada na conjuntura da “filosofia moderna do Século das Luzes, ou seja, a providência não pode tolher a pessoa humana de sua autonomia”. Para Vico, a intervenção providencial “pode coexistir com a vida humana desde que não interfira

²⁸¹ MENEZES, op. cit., 2006, p. 68.

²⁸² MENEZES, op. cit., 2006, p. 69.

²⁸³ MENEZES, op. cit., 2006, p. 74.

²⁸⁴ LÖWITH, Karl. Introdução. In: *O sentido da História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977 [1949], p. 139.

²⁸⁵ LÖWITH, op. cit., 1977, p. 140.

arbitrariamente nas coisas humanas e considere as peculiaridades de cada momento histórico e de cada fase da vida singular das existências individuais”.²⁸⁶

Assim, a providência é compreendida como uma “mente legisladora” que ampara o homem sem intervir em seus atos. Por essa razão, Guido ressaltava que ela é a “força imanente que sustenta as ações humanas, cuja finalidade é a conservação do gênero humano”. Para o autor, a “autonomia do arbítrio humano” em Vico torna-se possível, pois o providencialismo não opera como uma interferência externa, exercendo domínio sobre o “mundo civil” e predestinando, dessa forma, os atos dos indivíduos.²⁸⁷

Por certo, o conceito é concebido como a “força nativa do entendimento” que realiza a “mediação entre o intelecto e a vontade”. Aspecto que torna a providência “a faculdade da mente humana responsável pela configuração das suas ações, tornando-as harmônicas no interior da marcha progressiva da história” e atribuindo a tais atos particulares uma “finalidade superior” que transpassa as aspirações individuais. Humberto Guido demonstra que, para Vico, a mentalidade do homem contém as “sementes da verdade de Deus”. Seria essa “certeza metafísica” que asseguraria a habilidade de criação do pensamento humano que, semelhante ao “intelecto divino”, constrói seu “mundo social” ou “mundo das nações”, outorgando a este a sua “autonomia peculiar”.²⁸⁸ Em síntese, o autor enuncia que “a capacidade de pensar é a providência divina atuando no homem, por intermédio da sua vontade, que mesmo percorrendo vias tortuosas, vai dando forma e conteúdo racional para os seus fins”.²⁸⁹

Outro ponto importante na análise empreendida por Guido, diz respeito ao processo vivenciado pelo próprio providencialismo na época moderna. De acordo com ele, tanto o antropocentrismo como o historicismo, interviram na “velha representação de Deus sob a forma humana”, enfatizada pelo catolicismo. Assim, a modernidade foi determinante para a “desantropomorfização da religião e do mundo”, fato que não transcorreu de maneira tranquila devido à intolerância católica às recentes abordagens racionais trazidas pela ciência.

²⁸⁶ GUIDO, Humberto A. de Oliveira. *Providência Divina e Ação Humana, A Ideia de História na Scienza Nuova, de Vico* In: MENEZES, Edmilson [org]. *História e Providencialismo: Bossuet, Vico e Rousseau: textos e estudos*. Bahia: Editus, trad. Edmilson Menezes, Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Maria das Graças de Souza, 2006, p. 118.

²⁸⁷ GUIDO, op. cit., 2006, p. 123.

²⁸⁸ GUIDO, op. cit., 2006, p. 134.

²⁸⁹ GUIDO, op. cit., 2006, p. 128.

Anteriormente, como demonstra o autor, a providência anulava o autogoverno da agência humana, deste modo, não cabia sequer à humanidade a realização de seus propósitos.²⁹⁰

Humberto Guido observa que o conservadorismo característico da noção de providência da Contra Reforma, não possibilitava a liberdade dos homens, pois “em vez do antropocentrismo imperava, ainda, nas nações católicas a velha teoria da predestinação das almas”. Com a filosofia moderna, passa-se a compreender o “antropocentrismo humanista na perspectiva da vida ativa”, ou seja, “como a história do indivíduo que faz da sua existência um projeto de vida”.²⁹¹ As prerrogativas de Vico, em especial na *Ciência Nova* (1725), situaram-se nesse contexto, no qual o pensador observou o “processo de desantropomorfização da religião e de laicização da ideia de providência” e foi motivado pelas concepções mais amplas da “interpretação histórica da narrativa bíblica”.²⁹² Assim, essa anuência da moderna “representação de Deus” possibilitou a elaboração de uma nova noção de “providência, que está presente no mundo e existe verdadeiramente na história” e que pode ser compreendida como a ajuda natural desse Deus que Vico define como “Mente senhora livre absoluta”.²⁹³

Segundo Guido, a posição tomada por Vico o distinguiu dos demais autores modernos, pois nele a capacidade racional do homem estava relacionada ao “desenvolvimento espiritual e material da humanidade”, de forma que apenas através da “autonomia da vontade” se conseguiria a independência total da mentalidade humana. Sua crítica não foi direcionada apenas à filosofia moderna, mas também para o “pensamento antigo e a teologia católica”. Dirigia-se a todos que não concebiam a “história como expressão verídica da liberdade da vontade humana”.²⁹⁴ Em suma, o autor demonstra que Vico, ao elucidar o “mundo social”, não necessitou recorrer à interferência divina nos propósitos humanos. A respeito da proposição providencial no argumento do pensador, conclui: “a história das ideias humanas pode ser conhecida, elas resultam da ação providente de Deus que habita a mente”, a princípio os indivíduos não conseguiram entender essa realidade, porém com o auxílio da filosofia

²⁹⁰ GUIDO, op. cit., 2006, p. 128.

²⁹¹ GUIDO, op. cit., 2006, p. 129.

²⁹² GUIDO, op. cit., 2006, p. 129-130.

²⁹³ GUIDO, op. cit., 2006, p. 130.

²⁹⁴ GUIDO, op. cit., 2006, p. 136.

foram capazes de entender “Deus como uma ‘mente senhora livre e absoluta da natureza’, cuja providência é o suporte do mundo civil”.²⁹⁵

Podemos verificar, através dessa breve exposição, que entre os dois pensadores modernos, há uma forma distinta de se abordar a ação da providência divina que, de certo modo, demonstra o processo de laicização do conceito. Conforme constata Karl Löwith, com Vico, “a providência se tornou tão natural, secular e histórica como se nem sequer existisse”, pois, em sua argumentação, “nada resta da operação transcendente e milagrosa” que caracterizou a perspectiva de Bossuet. Dessa maneira, “o Deus de Vico é tão onnipotente que se pode abster de intervenções especiais”, ele age completamente “no curso natural da história através dos meios naturais: ocasiões, necessidades, utilidades”.²⁹⁶

É importante atentarmos que, no transcurso do século XIX, a teologia católica se manifestou como uma narrativa referencial no campo dos “embates pela reordenação política-ideológica dos Estados europeus”, disputados em diferentes níveis de aproximação ou oposição ao “ideário liberal originado no movimento das Luzes”. De acordo com Virgínia Buarque, nesses debates alguns “postulados teológicos foram mobilizados” por meio de encíclicas, com o objetivo de “combater divergências internas no alinhamento eclesiástico, denunciar e condenar os males e erros da modernidade e contestar a perda dos Estados pontifícios”.²⁹⁷ A autora observa, no entanto, que a receptividade dos discursos católicos encontrava-se mais “desafiante para a Igreja”, em um contexto ocidental que gradualmente “secularizava sua compreensão do real, outorgando à racionalidade, tida como inerente à natureza humana, e não à ação sobrenatural da Providência divina, o papel de agente promotor da dinâmica civilizatória”. Somado a isso, o conhecimento histórico passou a ser entendido a partir de um prisma de “contínua mudança”, o que desencadeou “inéditas expectativas de futuro”, movidas pela noção de progresso. Este novo cenário “minava a representatividade de um discurso religioso pautado em referenciais eminentemente transcendentais”.²⁹⁸

A partir de tais prerrogativas e, tendo em vista que as obras de Fernandes Pinheiro foram elaboradas em um momento no qual a História constituía-se como um conceito moderno e a providência divina passava por um processo de laicização, talvez fosse possível

²⁹⁵ GUIDO, op. cit., 2006, p. 138.

²⁹⁶ LÖWITH, op. cit., 1977, p. 127.

²⁹⁷ BUARQUE, op. cit., 2010, p. 62.

²⁹⁸ BUARQUE, op. cit., 2010, p. 63.

sugerir uma relativa aproximação com as concepções de Giambattista Vico, devido à centralidade dessa noção como chave de compreensão histórica.

Entretanto, na análise dos estudos do cônego, constatamos que a intervenção divina assumiu um papel fundamental na condução dos grandes acontecimentos históricos. Foi assim no “Ensaio sobre os Jesuítas”, quando o autor afirma que o descobrimento do Brasil por Cabral foi uma revelação de Deus, também no “França Antártica”, ao defender que a integridade do território brasileiro foi conservada pela ação dos céus e, como veremos adiante, no “Brasil Hollandez”, em que a agência de Cristo propicia a formação da nacionalidade brasileira. Essa presença atuante nos assuntos terrenos nos leva a supor que a noção de providência mobilizada pelo letrado aproxima-se muito mais dos pressupostos de Jacques-Bénigne Bossuet. Em Fernandes Pinheiro, apesar da liberdade humana em seu agir cotidiano, existe um plano transcendente que guia os homens a um destino final. Pressupomos que essa destinação última em sua narrativa, alcançada através da intervenção celeste nos principais eventos coloniais, seria a construção do futuro Império do Brasil.

Assim, retomando o exame da ocupação holandesa, o letrado questiona os motivos para o fim do estabelecimento holandês em terras brasileiras ao conjecturar, “quaes, foram, porém, as verdadeiras causas da restauração de Pernambuco?”. Conforme evidenciamos, em sua narrativa, a decadência neerlandesa iniciou-se com o término do governo de Nassau e, desse modo, em resposta à questão formulada, o cônego é categórico ao elencar as motivações que se associaram a tal fato: “O sentimento nacional nunca extinto, a religião catholica que conservou no povo suas riminiscencias, lembrou-lhe sem cessar sua origem, apontou-lhe no estrangeiro o herege, consolou-o em suas desgraças” e que foi capaz de transformar o “guerreiro em martyr assegurando-lhe no céu o lugar que na terra perdia; finalmente os crimes, osvicios dos conquistadores, que fizeram trasbordar a taça da paciencia e da resignação”.²⁹⁹ Apesar de toda revolta gerada pelos excessos dos invasores estrangeiros, para Fernandes Pinheiro só existia, todavia, um elemento poderoso o suficiente para unir a nação:

Foi certamente *o catholicismo o laço mais poderoso d’união entre os membros heterogeneos dessa sociedade*: foi elle que prendeu as diversas raças, uniu desencontrados interesses. Os indigenas, para quem portuguezes e flamengos eram igualmente usurpadores do sólo, erguem-se á voz dos missionarios e commandados por Camarão combatem os hereges; os negros de Henrique Dias esquecem a protecção que lhes offerecia a Hollanda para salvarem sua fé religiosa; o colono portuguez, ou ilheo, que alheio á política

²⁹⁹ PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p.94-95.

só aspirava enriquecer desperta ao brado de J. Fernandes Vieira; porque suas crenças orthodoxas se viam ameaçadas; enfim o brasileiro protestava por seu digno órgão A. Vidal Negreiro pela conservação e pureza do culto que de seus pais recebera.³⁰⁰

A tomada de consciência nacional deveu-se, sobretudo, à crença no catolicismo. Para o eclesiástico, a união de etnias tão heterogêneas entre si, só foi possível pela constatação da necessidade de se proteger a fé católica. Através de uma leitura linear do evento histórico, o autor argumenta que o surgimento do sentimento de nacionalidade permitiu que existisse “inalteráveis as tres unidades da grande epopeia nacional: temos uma só religião, falamos uma só língua, e obedecemos a um só Monarcha”, pois, “no apocalypse da historia gloriosos destinos aguardam o imperio do cruzeiro: tenhamos fé no futuro; não pranteemos o passado; e saudemos no Imperador o Salomão d’ America”.³⁰¹ Fernandes Pinheiro conclui, portanto, que o fim da presença holandesa foi uma ação da providência divina, evidência de que em sua narrativa, essa noção possuía presença atuante nos assuntos terrenos, zelando pelos destinos dos homens e pelo Império do Brasil: “vemos com tudo na sua expulsão um favor do céu, evidente prova que a terra de Santa cruz merece, como outr’ora a d’Israel, sua especial protecção”.³⁰²

³⁰⁰ PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p.95. (grifo nosso)

³⁰¹ PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 102.

³⁰² PINHEIRO, Brasil Hollandez, op. cit., 1860, p. 101-102.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porém, das maiores até as menores, sua Providência estende-se por toda parte [...] Vós, homens, que Ele fez à sua imagem, que Ele iluminou com o seu conhecimento, que Ele chamou ao seu reino, podeis crer que Ele vos esquece, e que sejas as únicas de suas criaturas sobre as quais os olhos sempre vigilantes da sua Providência paternal não estejam abertos?
Jacques-Bénigne Bossuet.³⁰³

Neste estudo, buscamos compreender os usos do providencialismo nos escritos de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. A hipótese que tomamos como ponto de partida foi a de que a noção de providência divina funcionava como um recurso explicativo não só de elaboração do conhecimento histórico, como também fazia parte de um argumento político que buscava legitimar o governo monárquico. Além disso, questionamos como o letrado teria conciliado a intercessão divina e os elementos que caracterizavam a “ciência” histórica.

Em um primeiro momento, propomos investigar se a explicação providencialista era uma característica específica da produção do cônego ou se também figurava como uma concepção historiográfica existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Através da análise do trabalho de letrados que compunham o quadro de sócios da primeira geração, constatamos que a utilização da proposição providencial era uma prática, senão comum, mas ao menos permitida no Instituto. Assim, acreditamos que a providência foi um argumento operado para a compreensão dos acontecimentos coloniais e, portanto, constituiu-se como uma noção-chave da concepção de História de alguns membros do IHGB.

Por meio do exame dos relatórios que Fernandes Pinheiro elaborou como primeiro-secretário entre os anos de 1859 e 1876, verificamos alguns dos conceitos e princípios que nortearam o saber histórico oitocentista. Entre eles, o distanciamento temporal do evento estudado – aspecto que conferia cientificidade ao trabalho do historiador frente ao do cronista e a imparcialidade necessária para a pesquisa histórica –, a crítica documental e o próprio providencialismo. Além disso, na inquirição das obras publicadas pelo cônego na *Revista da*

³⁰³ BOSSUET, Jacques-Bénigne. Sermão sobre a Providência. Trad. Edmilson Menezes. In: In: MENEZES, Edmilson [org]. *História e Providencialismo: Bossuet, Vico e Rousseau: textos e estudos*. Bahia: Editus, trad. Edmilson Menezes, Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Maria das Graças de Souza, 2006, p 37.

agregação, podemos perceber a existência de uma interligação entre as temáticas abordadas, de modo que cada trabalho antecipava os próximos temas a serem discutidos.

O historiador debruçou-se sobre variados assuntos, no entanto, consideramos que os jesuítas e a expulsão de estrangeiros do território brasileiro, tenham sido aqueles que mais despertaram seu interesse pela intensa abordagem e a constante referência, ao longo de suas produções. Outro ponto fundamental diz respeito à questão suscitada em seus principais trabalhos, “Ensaio sobre os Jesuítas”, “França Antártica” e “Brasil Hollandez”. A indagação “ter sido benéfico” ou “prejudicial” para a nação brasileira, levantada no início dessas narrativas, demonstra que o letrado não propunha descrever somente os dados e fatos cronologicamente. Sua análise partia de um problema cuja resposta buscava dar sentido ao presente que vivenciava, isto é, por uma perspectiva linear e processual, procurava justificar e elogiar o Império. Em seus escritos, percebemos também a mobilização de outras importantes perspectivas historiográficas, tal como a fórmula da *historia magistra vitae* e o *topos* do “tribunal da História”, essenciais na construção de suas narrativas sobre os eventos coloniais.

O conceito de providência assumiu um papel fundamental na escrita da História engendrada por Fernandes Pinheiro. Entre os treze trabalhos publicados na *RIHGB*, apenas em seis não há a utilização direta do providencialismo ou a referência aos desígnios divinos e à religião católica.³⁰⁴ Contudo, nos estudos que abordaram acontecimentos decisivos da epopeia nacional, a concepção tornou-se imprescindível para a formulação de seus pressupostos. O próprio descobrimento do Brasil por Cabral e a descoberta de novas terras para propagação do catolicismo foi descrito como uma revelação de Deus. No embate contra os invasores franceses, a intercessão divina foi responsável por conservar a integridade do território brasileiro e, por sua vez, nas guerras de expulsão dos holandeses, identificamos o argumento da “intervenção dos céus” na união das heterogêneas etnias que compunham o Brasil colonial, propiciando a “estirpe do sentimento de nacionalidade brasileira”.

Essa presença atuante nos assuntos terrenos nos leva a considerar que a noção providencial mobilizada pelo cônego se assemelha à tese desenvolvida por Jacques-Bénigne Bossuet. Não podemos afirmar que o letrado foi um leitor do pensador moderno, visto que não há uma referência clara em suas obras. No entanto, de uma maneira muito similar ao bispo francês, a providência, em sua narrativa, ainda governa o mundo. Em Fernandes

³⁰⁴ São estes: “Luiz do Rego e a posteridade” (1861); “A Academia Brasílica dos Esquecidos (1868)”; “A Academia Brasílica dos Renascidos” (1869); “Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro prelúdios da Independência do Brasil” (1874) e “Os Predecessores de Colombo” (1874).

Pinheiro, apesar da autonomia humana nas ações cotidianas, existe um plano transcendente que guia os homens a um fim. Acreditamos que esse destino final, atingido por meio das sucessivas “intervenções celestes” nos principais eventos coloniais que elenca, seria a construção da monarquia brasileira, no século XIX.

Assim, concluímos que, para o eclesiástico, a concepção providencialista foi parte essencial e constitutiva de sua escrita sobre a História. Como enuncia Karl Löwith, na frase posta em epígrafe no início deste trabalho, o historiador clássico, com o olhar dirigido ao passado, perguntava “como foi que aconteceu?”, enquanto o moderno se voltava para o futuro, indagando “como vamos prosseguir?”.³⁰⁵ Tais questões também orientavam os historiadores do Brasil no Oitocentos. Afinal, não seria a perspectiva providencialista de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro uma maneira de assegurar não só um sentido às “guerras” do passado colonial, mas, sobretudo, de responder às incertezas que despontavam no horizonte futuro do Império?

³⁰⁵ LÖWITH, Karl. Introdução. In: *O sentido da História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977 [1949], p. 30.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Ainda sobre o clero. *A Tribuna Catholica*. Rio de Janeiro, n.9, 1851.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Introdução. *A Tribuna Catholica*. Rio de Janeiro, n.1, 1851.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Jesuítas. *A Tribuna Catholica*. Rio de Janeiro, n.7, 1851.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)

Ata da sessão em 24 de novembro. *RIHGB*, Tomo XVII, 1854.

FILGUEIRAS, Caetano A. de. Relatório do segundo-secretário. *RIHGB*, Tomo XXIII, 1860.

MACEDO, Joaquim Manoel. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XVII, 1854.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. As Batalhas de Guararapes. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXIX, 1866.

_____. Brasil Hollandez. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXIII, 1860.

_____. Breves reflexões sobre o systema de cathechese seguido pelos jesuítas no Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo XIX, n. 23, 1856.

_____. Ensaio sobre os Jezuitas. *RIHGB*, Tomo XVIII, 1855.

_____. França Antarctica. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXII, 1859.

_____. Luís do Rego e a posteridade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXIV, 1861.

_____. Os Últimos Vice-reis do Brazil, *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 28, 1865.

_____. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXII, 1859.

_____. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXVI, 1863.

_____. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXVII, 1864.

_____. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXVIII, 1865.

- _____. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXIX, 1866.
- _____. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXX, 1867.
- _____. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXXI, 1868.
- _____. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXXVI, 1873.
- _____. Relatório do primeiro-secretário. *RIHGB*, Tomo XXXVII, 1874.

Livro de fontes de Historiografia Brasileira

MARTIUS, Carlos F. Ph. Como se deve escrever a historia do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel L. S. *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: GUIMARÃES, Manoel L. S. *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

Bibliografia Geral

ABREU, Martha. Igreja. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

_____. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História Intelectual. *Tempo Social: Revista de Sociologia da Usp*, v. 19, n. 1, 2007.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BELCHIOR, Luna Halabi. Problematizando a nação: cônego Fernandes Pinheiro e o uso moral da história. *Revista UNIABEU*, Belford Roxo, v.8, n.19, 2015.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. *Entre o escritor e o historiador: a história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2007.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. Sermão sobre a Providência. Trad. Edmilson Menezes. In: In: MENEZES, Edmilson [org]. *História e Providencialismo: Bossuet, Vico e Rousseau: textos e estudos*. Bahia: Editus, trad. Edmilson Menezes, Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Maria das Graças de Souza, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro (1827-1903)*. Volume IV, 1970.

BUARQUE, Virgínia. A concepção de História na teologia católica do Oitocentos. *Estudos da Religião*, v. 24, n. 39, 61-79, jul./dez, 2010.

_____. de Castro. Uma história moral, apologética e... moderna? A escrita católica do século XVIII ao início do século XIX. In: *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, 2011.

CERTEAU, Michel de. *Escrita da História*. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004.

DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Religião: repercussões da polêmica sobre o retorno dos jesuítas ao Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1870)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2014. Tese de doutorado.

_____. *Política e memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2009, dissertação de mestrado.

DOSSE, François. *O télos: da Providência ao progresso da Razão*. In: *A História*. Trad. Maria Ortiz. São Paulo: EDUSC, 2003.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 1, 1993.

FARIA, Eduardo de. *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E. C. 4ª edição, volume II, 1859.

GUIDO, Humberto A. de Oliveira. Providência Divina e Ação Humana, A Ideia de História na Scienza Nuova, de Vico In: MENEZES, Edmilson [org]. *História e Providencialismo: Bossuet, Vico e Rousseau: textos e estudos*. Bahia: Editus, trad. Edmilson Menezes, Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Maria das Graças de Souza, 2006.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

_____. Historiografia e cultura histórica. *Ágora*, Unisc, v. 11, 2005.

_____. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Tradução Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos- Caminhos da Historiografia*. Vol. 1, 1988.

_____. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 2000.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2007. Dissertação de mestrado.

_____. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*, n.2, mar., 2009.

JASMIN, Marcelo Gantus. Tocqueville, a Providência e a História. *Dados*. Rio de Janeiro, v.40, n. 2, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. KOSELLECK, Reinhart. Et al. *O Conceito de História*. Autêntica: Trad. René E. Gerz. Coleção História e Historiografia, 2013.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LÖWITH, Karl. Introdução. In: *O sentido da História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977 [1949].

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.) *O Brasil imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MELO, Carlos Augusto de. As histórias literárias do cónego Fernandes Pinheiro e o cânone literário brasileiro. *Terra roxa e outras terras- Revista de Estudos Literários*, v.9, 2007.

_____. *Cónego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil*. Campinas: Programa de Pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2006. Dissertação de mestrado.

MELLO, Evaldo Cabral de. Imagens do Brasil Holandês 1630-1654. *ARS*, São Paulo, v. 7, n. 13, 2009.

MENEZES, Edmilson. História Universal e Providência em Bossuet. In: MENEZES, Edmilson [org]. *História e Providencialismo: Bossuet, Vico e Rousseau: textos e estudos*. Bahia: Editus, trad. Edmilson Menezes, Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Maria das Graças de Souza, 2006.

NARITA, Felipe Ziotti. *O tempo sagrado: História e Religião na obra do cômego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Franca: Programa de Pós-graduação em História, UNESP, 2012. Dissertação de mestrado.

ODALIA, Nilo. A nação branca e europeia. In: *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado.

_____. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. Tese de Doutorado.

PALTI, Elias. *A nación como problema*. Los historiadores y la “cuestión nacional”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

_____. Introdução. In: KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tempo: estudos sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

PIMENTA, João P.G.; ARAÚJO, Valdeir L. História. In: FERES, João (org). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Typographia de Silva, 1832.

PROST, Antoine *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

ROSA, Giorgio de Lacerda. *A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da história no Brasil*. Mariana: Programa de Pós-graduação em História, UFOP, 2011. Dissertação de mestrado.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização, Ultramontanismo, Reforma. *Temporalidades*. Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Ago/Dez, 2010.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, 1755-1824*.

SOUZA, Francisco G. de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)*. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2012.

SOUZA, Margarete Edul Padro de. Fernandes Pinheiro e as relações França-Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, n.º 3, setembro, 1995.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

TRÍPOLI, Maílde Jerônimo. Et al. Um Fragmento de diálogo nos bastidores da história: Ferdinand Denis e Fernandes Pinheiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, nº. 3, set. 1995.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *Historia da Historiografia*. n. 2, 2009.

VARNHAGEN, Francisco A. de. Prefácio à História Geral do Brasil. In: VARELLA, Flávia; OLIVEIRA, Maria de; GONTIJO, Rebeca. [Org.]. *História e Historiadores no Brasil: da América Portuguesa ao Império do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

WHELING, Arno. A concepção histórica de Von Martius. *RIHGB*, n. 385, out-dez, 1994.

_____. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.